

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E PODER**

MARCIO CAMILO DA CRUZ

**CARACTERÍSTICAS DO JORNALISMO DECLARATÓRIO EM CUIABÁ
DURANTE O PERÍODO ELEITORAL: UMA ANÁLISE DO SITE MIDIANEWS**

**CUIABÁ-MT
2022**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E PODER**

Marcio Camilo da Cruz

**CARACTERÍSTICAS DO JORNALISMO DECLARATÓRIO EM CUIABÁ
DURANTE O PERÍODO ELEITORAL: UMA ANÁLISE DO SITE MIDIANEWS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Poder da Universidade Federal do Mato Grosso, na Linha de “Estética e Narrativas”.

Orientador: Prof. Dr. Luãn José Vaz Chagas

**CUIABÁ-MT
2022**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: CARACTERÍSTICAS DO JORNALISMO DECLARATÓRIO EM CUIABÁ DURANTE O PERÍODO ELEITORAL: UMA ANÁLISE DO SITE MIDIANEWS

AUTOR (A): MESTRANDO (A) MÁRCIO CAMILO DA CRUZ

Dissertação defendida e aprovada em **29** de **JULHO** de **2022**.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. PROFESSOR DOUTOR LUÃN JOSÉ VAZ CHAGAS (Presidente Banca / **Orientador**)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

2. PROFESSOR DOUTOR BRUNO BERNARDO DE ARAÚJO (Membro Interno)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

3. PROFESSOR DOUTOR RAFAEL PAES HENRIQUES (Membro Externo)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

4. PROFESSOR DOUTOR PEDRO PINTO DE OLIVEIRA (Suplente Interno)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

5. PROFESSORA DOUTORA LUANA VIANA E SILVA (Suplente Externa)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

CUIABÁ, 29/07/1990.



Documento assinado eletronicamente por **LUAN JOSE VAZ CHAGAS, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 29/07/2022, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO BERNARDO DE ARAUJO, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 29/07/2022, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL DA SILVA PAES HENRIQUES, Usuário Externo**, em 01/08/2022, às 07:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4951272** e o código CRC **31884A7C**.

Referência: Processo nº 23108.057953/2022-61

SEI nº 4951272

Criado por **04197074336**, versão 5 por **04197074336** em 29/07/2022 17:27:16.

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

C957c Cruz, Marcio Camilo da.
CARACTERÍSTICAS DO JORNALISMO DECLARATÓRIO EM CUIABÁ
DURANTE O PERÍODO ELEITORAL : UMA ANÁLISE DO SITE MIDIANEWS /
Marcio Camilo da Cruz. -- 2022
146 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Luãn José Vaz Chagas.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de
Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cuiabá, 2022.
Inclui bibliografia.

1. Jornalismo Declaratório. 2. Fontes. 3. Conhecimento. 4. Eleições. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos ao meu povo preto: pessoas anônimas, heróis e heroínas dos quilombos que, ao longo dos séculos, disseram NÃO! a Europa dos trópicos. Resistiram, resistiram e me fizeram chegar até aqui.

Agradeço à família maravilhosa que tenho, aos amigos e amigas do peito que me acompanharam nessa trajetória, em especial, às minhas madrinhas Luana Soutos e Loana Neiva; e a Priscila Mendes, que me deu dicas valiosas, lá atrás, quando elaborei meu pré-projeto de pesquisa; assim como o mestre, professor Ailton Segura, que me apontou autores e referências de leituras cruciais na construção desta dissertação.

Agradecimentos também ao meu orientador, professor/doutor Luã Chagas, pela escuta atenta as minhas angústias (acadêmicas e pessoais). Sua orientação possibilitou uma estrutura de trabalho que foi muito elogiada pela banca de arguição. Sua pesquisa sobre pluralidade e diversidade de fontes na produção noticiosa foi fundamental para a constituição do *corpus* metodológico deste trabalho. Obrigado mesmo pela caminhada, meu querido mestre, e torço por novas parcerias!

Agradecimentos à minha professora de Português do Ensino Fundamental, Rita Mara. Ela foi a primeira a identificar aptidão em mim para contar histórias, por meio da escrita. Se hoje sou jornalista e mestre em Comunicação, devo muito ao olhar atento dela enquanto pedagoga. Viva ao ensino público!

Agradecimentos ao meu pai, Edivaldo Emiliano da Cruz, por seus ensinamentos sobre a importância de ser humilde, sempre buscar aprender mais e nunca deixar de compartilhar o conhecimento. Foram princípios que me guiaram ao longo da pesquisa.

Agradecimentos à minha mãe, Maria Catarina de Carvalho, meu quilombo maior! Atenta, carinhosa e guerreira. Mãe, sua trajetória de vida é referência: foi fonte de força e inspiração para que eu seguisse nessa empreitada da pesquisa acadêmica, por muitas vezes exaustiva e solitária. Mas são dificuldades que se tornam pequeninas perto do que a senhora já enfrentou. Te amo com todas as forças, mãe. Grato, eternamente grato, minha senhora.

Agradecimentos à minha companheira, Ana Angélica de Araújo Werneck, a Keka. Foi você, meu amor, a primeira a dizer “que vai ter mestre preto sim!”. Vibrou comigo, e, além ‘demigo’, quando, lá em 2020, meu nome apareceu na lista de aprovados para o mestrado. Se eu cheguei até aqui, tem muito da sua emoção nessa história: mulher da minha vida!

E, agradecimentos ao meu menino lua, meu filhinho de quatro aninhos, João Miguel Werneck da Cruz. Ele é a minha força revolucionária. Tudo que faço, faço pensando nele.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Jornalismo Declaratório mais comum.....	17
Figura 2 - Um ideal de Jornalismo Declaratório.....	19
Figura 3 - “Coletiva do prefeito Emanuel Pinheiro”	109
Figura 4 - “Debate dos candidatos”	115
Figura 5 - “Declaração em destaque”	116
Figura 6 - “Cabidão de empregos”	118
Figura 7 - “Recurso do ‘Olho’ que reforça o declaratório”	119
Figura 8 - “O apoio de Gisela”	121
Figura 9 - “Toma lá, dá cá”	122
Figura 10 - “ <i>Hyperlink</i> ”	123
Figura 11 - “A terceira do ciclo”	123
Figura 12 - “Declaração de Carvalho”	131
Figura 13 - “Declaração da Secretária Ozerina”	132
Figura 14 - “Ato ilocucionário de Faid”	133
Figura 15 - Prefeito promove passeata.....	135
Figura 16 - Os atos compromissivos.....	136
Quadro 1 - Notícias analisadas do Mídia News (1ºTurno).....	100
Quadro 2 - Notícias analisadas do Mídia News (2ºTurno).....	102
Gráfico 1 - Jornalista Sentado e no palco dos acontecimentos.....	107
Gráfico 2 - Tabela de fontes internas.....	112
Gráfico 3 - Tabela de fontes.....	129

RESUMO

A pesquisa investiga as características do Jornalismo Declaratório durante a cobertura eleitoral de 2020 em Cuiabá. Que tipo de conhecimento o JD se propõe quando as notícias são baseadas apenas em declarações das fontes? As vozes, argumentos e falas das fontes são a base da produção jornalística, e sua reprodução de modo indiscriminado pode favorecer discursos anticiência e governos autoritários em períodos eleitorais ou mesmo na pandemia. Para tanto, realizamos uma análise das notícias veiculadas nas duas últimas semanas do primeiro e segundo turno da cobertura eleitoral municipal de 2020, em Cuiabá, pelo site *MidiaNews*. A investigação possui duas ferramentas metodológicas para tratar o *corpus* de análise dessa pesquisa: o Protocolo de Análise de Cobertura Jornalística (ACJ) (SILVA E MAIA, 2011) e a Teoria dos Atos de Fala (AUSTIN, 1990; SEARLE, 1995). Juntas, essas ferramentas formam a metodologia da pesquisa e ajudam a extrair algumas das características e os tipos de declarações do JD, como a quantidade de fontes acionadas, de onde elas falam e quais são as suas intencionalidades. Os resultados apontam para o predomínio de fontes oficiais na produção noticiosa, fazendo com que cobertura fique centrada na agenda dos candidatos, e não em assuntos de interesse público; ausência de contraditório as declarações, no sentido de um jornalismo mais interpretativo e mediador da Esfera Pública; ausência de vozes populares e especialistas, como forma de trazer mais diversidade na construção da notícia, e assim fortalecer a democracia; e Jornalista Sentado, com a grande maioria das matérias sendo apuradas, tendo os profissionais longe do palco dos acontecimentos. Tais fatores fazem com que o jornalismo produza conhecimento de forma enviesada, que enfraquece a democracia e a cidadania, bem como a construção de entendimentos, com base num horizonte comum, dentro da Esfera Pública.

Palavras-chave: Jornalismo Declaratório; Fontes; Conhecimento; Eleições.

ABSTRACT

The research investigates the characteristics of Declaratory Journalism during the 2020 electoral coverage in Cuiabá. What kind of knowledge does JD propose when the news is based only on statements from the sources? The voices, arguments and speeches of sources are the basis of journalistic production, and their indiscriminate reproduction can favor anti-science discourses and authoritarian governments in electoral periods or even in the pandemic. To do so, we carried out an analysis of the news published in the last two weeks of the first and second rounds of municipal electoral coverage of 2020, in Cuiabá, by the website MidiaNews. The investigation has two methodological tools to deal with the analysis corpus of this research: the Journalistic Coverage Analysis Protocol (ACJ) (SILVA E MAIA, 2011) and the Speech Act Theory (AUSTIN, 1990; SEARLE, 1995). Together, these tools form the research methodology and help to extract some of the characteristics and types of JD statements, such as the number of sources triggered, where they speak from and what their intentions are. The results point to the predominance of official sources in news production, causing coverage to focus on the candidates' agenda, and not on matters of public interest; absence of contradictory statements, in the sense of a more interpretive and mediating journalism of the Public Sphere; absence of popular voices and experts, as a way to bring more diversity in the construction of the news, and thus strengthen democracy; and Journalist Sitting, with the vast majority of articles being investigated, with professionals away from the stage of events. Such factors make journalism produce knowledge in a biased way, which weakens democracy and citizenship, as well as the construction of understandings, based on a common horizon, within the Public Sphere.

Keywords: Declaratory Journalism; Sources; Knowledge; Elections.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. JORNALISMO DECLARATÓRIO.....	16
2.1 - Jornalismo Declaratório: algumas definições e exemplos.....	16
2.2 - Declarações versus fatos: o declaratório e o oficialismo.....	32
2.3 - Ritualização e naturalização dos fatos pelas declarações.....	39
2.4 Noções de objetividade e Jornalismo Declaratório.....	44
3. FONTES POLÍTICAS E A COBERTURA ELEITORAL.....	56
3.1 - Jornalismo e Conhecimento.....	56
3.2 - Quem fala no jornalismo?.....	63
3.3 - Jornalismo Político: seu ethos e caráter negocial.....	75
4. METODOLOGIA E ANÁLISE.....	85
4.1 - ACJ Análise da Cobertura Jornalística.....	86
4.2 - Teoria dos Atos de Fala.....	91
4.3 - Dados e Resultados: características do JD no <i>MidiaNews</i>	95
4.4 - Tipos de declarações (Atos de Fala)	126
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
REFERÊNCIAS.....	137

1. INTRODUÇÃO

Peço licença para começar essa introdução em primeira pessoa do singular. O interesse em estudar o Jornalismo Declaratório (JD) parte primeiro de uma experiência particular, pois foi e é algo que sempre me incomodou como repórter profissional cobrindo o caderno de Política. Hoje, depois de 10 anos atuando na área, percebo com mais clareza como as declarações dos políticos, sendo reverberadas pela imprensa, podem causar estrago no cotidiano das pessoas, principalmente se essas declarações forem reproduzidas sem o devido contexto e verificação ou então impliquem na circulação de desinformação e pseudo-fatos.

Nesse sentido, a imprensa local (e aqui me refiro principalmente aos sites mais acessados da capital de Mato Grosso) tem praticado o que a professora Sylvia Moretzsohn chama de “jornalismo de mãos limpas” (MORETZSOHN, 2007, p. 187), ou seja: noticiam as declarações dos políticos, às vezes fazem um contraponto, inserindo uma fala contrária em relação à fonte principal do texto ou nem isso. A partir daí a responsabilidade e o julgamento é da audiência, do público, internautas, ouvintes e leitores. Eles(as) que tirem suas próprias conclusões. Afinal de contas, não fomos nós, a imprensa, que dissemos aquilo, apenas noticiamos, divulgamos a informação. Esse procedimento também vai ao encontro do uso da objetividade como *ritual estratégico* (TUCHMAN, 1993), conceito que nos ajuda a pensar como se estrutura o Jornalismo Declaratório. A questão será abordada, em detalhes, no tópico 2.3 do Capítulo 2.

A pesquisa que propomos vem sendo germinada há quase uma década e parte muito das minhas experiências enquanto repórter de política, reconhecendo que o JD está longe de ser um fenômeno local. Vejamos o exemplo do ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e seu vasto repertório de declarações infundadas, imprecisas e baseadas em *fake news*¹.

No dia 4 de novembro de 2020, ele resolveu falar pela primeira vez à nação sobre o processo eleitoral com a transmissão maciça das principais emissoras de TVs daquele país. Em seu discurso, proferido da Casa Branca, Trump, praticamente derrotado, fez uma série de acusações de fraudes nas eleições presidenciais, envolvendo o voto por correspondência e de que algumas células de votação teriam chegado às pessoas após o dia oficial das eleições. Ainda chegou a declarar sua vitória em alguns estados, em que as apurações sequer tinham terminado.

¹ Trump já deu 20 mil declarações falsas ou enganosas, aponta levantamento. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/07/13/trump-ja-deu-20-mil-declaracoes-falsas-ou-enganosas-aponta-levantamento.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 01 de fevereiro de 2022.

Parecia ser mais um dos festivais de *fake news* de Trump se repetindo e sendo reverberado em cadeia nacional pelas TVs, para depois ser apropriado por grupos da ultradireita, que espalhariam esse discurso devidamente editado, com trechos específicos, para serem pulverizados pelas redes sociais do *Facebook*, canais do *Youtube* e em grupos de *WhatsApp*.

Mas, no entanto, algo inusitado e muito atípico aconteceu: pelo menos sete grandes emissoras norte-americanas começaram a interromper a transmissão do discurso para dizer que Trump estava “mentindo”, divulgando “informações falsas”.

A CNBC, por exemplo, interrompeu a cobertura e o âncora do noticiário dividiu a tela com as imagens do presidente discursando na Casa Branca para dizer: “Bem, nós vamos interromper porque o que o presidente está dizendo, em grande parte, é absolutamente falso. Ele começou e nós não vamos permitir que isso continue acontecendo”, disse o jornalista Shepard Smith. Posturas parecidas foram adotadas pelos jornais de emissoras como a *ABC*, *MSNBC*, *NPR*, *CBS*, *NBC* e *Univision*, que colocaram seus âncoras para desmentirem as informações falsas propagadas por Trump. Finalmente, após o então presidente estadunidense proferir mais de 22 mil declarações falsas ou distorcidas, desde o início de seu mandato, os veículos decidiram reagir de maneira mais enfática. Trata-se de um acontecimento simbólico sobre a importância e a presença constante das declarações no Jornalismo. Afinal, de acordo com Tambosi (2005, p. 33), “como atividade profissional, o jornalismo necessariamente se baseia em declarações, sendo o ‘jornalismo declaratório’ preponderante em todas as mídias”.

Voltando agora para o pronome “Nós”, pois entendo que essa pesquisa é uma construção coletiva, o fenômeno do Jornalismo Declaratório não é algo recente. De modo mais emblemático, na imprensa brasileira, os casos da Escola Base e do processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, ambos nos anos 1990, são exemplos desse processo. Na imprensa internacional, o que já se tornou um clássico do JD, temos a cobertura midiática dos anos 2000 da invasão ao Iraque capitaneada pelos Estados Unidos sob o pretexto de se destruir armas químicas, que nunca existiram na verdade.

No entanto, o que é mais recente é o esforço acadêmico para definir e compreender melhor esse fenômeno. Tambosi (2005), por exemplo, o define como a prática jornalística de produzir notícias baseadas exclusivamente nas declarações das fontes. Entendemos que se trata de uma definição ainda muito genérica de uma prática que perpassa redações mundo afora. Que o JD se manifesta para além das declarações das fontes, respaldado por toda uma lógica, uma estrutura, um certo *ethos* jornalístico, um fetiche da velocidade, uma objetividade como ritual estratégico, que viabiliza e perpetua essa prática.

Por isso, o objetivo desta pesquisa é investigar mais a fundo esse fenômeno, saber das suas principais características, dos tipos de declarações e das vozes que são acionadas para a construção desse declaratório. De modo mais específico, o trabalho também visa verificar como os constrangimentos organizacionais interferem no trabalho jornalístico; e estabelecer uma metodologia quantitativa e qualitativa que nos forneça uma categorização das fontes acionadas e os tipos de declarações mais frequentes nas matérias.

E dentro dos nossos objetivos, também cabe uma pergunta: que tipo de conhecimento o jornalismo promove quando se baseia apenas em declarações das fontes? A questão do conhecimento tem sido central para os estudos em jornalismo. Para autores como Meditsch (1997), a prática jornalística produz sim um certo tipo de conhecimento, que estaria entre o senso comum e a ciência. Isso significa que, para além de reproduzir conhecimento alheio, o jornalismo gera novos entendimentos sobre as coisas do mundo, a partir de suas articulações internas, de mecanismos próprios de investigação para se chegar a resultados únicos. Tendo essa premissa no horizonte, o trabalho dos profissionais da área ganha ainda mais responsabilidade, junto aos cidadãos, no sentido de apurar, interpretar e mediar as informações que chegam, principalmente no contexto atual de ascensão de governos populistas de extrema-direita pelo mundo, que trouxeram toda uma lógica de desinformação, *fake news*, e discursos negacionistas e anticência (ARAÚJO E SAFIRA, 2021).

Diante desse cenário, e tendo em vista que as declarações, os relatos, são a base da produção jornalística, pensar em que tipo de conhecimento o declaratório pode gerar e quais são às suas implicações para os processos democráticos, de cidadania e para o exercício da profissão em si, também se torna central, fazendo parte dos objetivos específicos desta pesquisa.

Essa investigação ocorre na imprensa cuiabana a partir do site de notícias *MidiaNews*². Conforme a plataforma de métricas e indicadores de audiência *Google Analytics*, da empresa de serviços *online Google LLC*, o *MidiaNews* recebeu 515.932 mil usuários, entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2021. Nesse período, 358.473 mil pessoas também visitaram o site pela primeira vez. Em um único mês, de acordo com o *Google Analytics*, mais de 4 milhões de visualizações de páginas podem ocorrer no *MidiaNews*³. Isso faz com que o *site* de notícias esteja entre os cinco mais acessados, do ramo, em Mato Grosso, conforme a plataforma de

² <https://www.midianews.com.br>

³ Visualizações de páginas é uma métrica diferente da de “Usuários”. Ela indica quantas páginas foram acessadas no site, individualmente. Isso significa, que um mesmo usuário pode acessar diferentes páginas contidas no site, e tal métrica contará como visualizações, e não como um novo acesso ao site, tendo em vista que se trata de um mesmo endereço de IP (*Internet Protocol*) externo. Disponível em: <https://dilmarames.com/o-que-sao-usuarios-no-google-analytics/>. Acesso em 15.06.2022.

serviços de ranqueamento *Web Alexa*, da *Amazon.com, Inc*⁴. Além da forte audiência, o pioneirismo foi outro motivo crucial que nos levou a investigar as características do Jornalismo Declaratório no período eleitoral, a partir do *MidiaNews*. Esse veículo é o primeiro do gênero fundado em Mato Grosso, no ano de 1999, e sua interação com o campo político é marcada por uma forte cobertura dos bastidores da política local e das eleições municipais e estaduais das últimas duas décadas. Em sua editoria de política, as matérias, em sua grande maioria, são marcadas pela busca de uma factualidade e se restringem às declarações das autoridades políticas, que repercutem os assuntos gerados pelo campo político local, como: projetos de leis, disputa eleitoral, articulação de bastidores, coligações partidárias e troca de acusações entre as figuras políticas mais proeminentes de Cuiabá e do Estado. Toda essa *expertise* fez do *MidiaNews* referência na região para os demais *sites* de notícias que se sucederam ao longo dos anos 2000.

Também escolhemos o site para essa investigação pela capacidade que essa mídia tem de produzir notícias em grande escala, em alta velocidade e baseadas em métricas de audiência (busca por assuntos que deem mais cliques a página, por exemplo) (ASSUNÇÃO e EHRENBERG, 2015). Esse Fetiche da Velocidade (MORETZSOHN, 2002) favorece a produção de notícias baseadas no declaratório.

As notícias foram coletadas com base nas definições de Jornalismo Declaratório, e produzidas nas duas últimas semanas de campanha eleitoral, relacionadas aos candidatos à prefeitura de Cuiabá, em 2020, que compreenderam os períodos de 9 a 13 de outubro (1º turno) e de 23 a 27 de novembro (2º turno).

Alguns dos conceitos base que dialogam com essa pesquisa são: Objetividade como Ritual Estratégico (TUCHMAN, 1993); Velocidade como Fetiche (MORETZSOHN, 2002); Naturalização dos Fatos (MORETZSOHN, 2007); Pluralidade e Diversidade das Fontes (CHAGAS E KISCHINHEVSKY, 2017).

⁴ Esse ranqueamento se refere a janeiro de 2021. É importante ressaltar que durante o percurso desta investigação, a *Amazon.com, Inc.* encerrou o serviços da *Web Alexa*, em 1º de maio de 2022. Tal fator, impossibilitou que um ranqueamento mais atualizado fosse aferido por esta pesquisa, a partir do *Web Alexa*. No entanto, os dados mais recentes do *Google Analytics*, aferidos em dezembro de 2021, continuam apontando o *MidiaNews* entre os sites de notícias com maior audiência na capital Cuiabá e no estado de Mato Grosso como um todo. O *Web Alexa* era um dos serviços de ranqueamento de sites mais utilizados no mundo por empresas interessadas em saber a quantidade de visitas que recebem em suas páginas eletrônicas. Para calcular os acessos, o software da *Alexa* trabalhava com uma metodologia que combinava visualizações e alcance das páginas calculadas ao longo de um período de três meses. É importante destacar que o alcance era determinado pelo número de usuário único do *Alexa* que visitavam um site em um determinado dia. No entanto, várias solicitações para a mesma página (URL) no mesmo dia pelo mesmo usuário são contadas como uma única visualização de página. O site com a maior combinação de usuários e visualizações de página era classificado pela *Alexa* como o número 1. Fundada em 1996, a *Alexa* era pioneira global no mundo do *insight* analítico e fornecia o serviço de análise da *Web* mais robusto e preciso existente, no período em que a plataforma esteve em vigor.

Objetividade porque no contexto do JD, as declarações contidas nas aspas são utilizadas mais como um ritual estratégico do que como verdadeira busca por um método objetivo de honestidade, verificação e apuração sistemática dos fatos. Essa lógica de objetividade só acentua a prática do Jornalismo Declaratório.

A velocidade como fetiche acompanha o jornalismo desde a era industrial, entre a virada do século XIX e XX. Nesse sentido, como afirma Moretzsohn (2002), a velocidade ganha vida própria, na acepção marxista, se transformando em fetiche e ocultando processos de precarização do trabalho e de interesses econômicos. Pensando nas métricas de audiência dos sites (ASSUNÇÃO E EHRENBERG, 2015), quanto mais matérias, maior o número de cliques. E quanto maior o número de cliques, mais recursos entram para o dono do veículo. Nesse contexto, matérias produzidas com base no declaratório servem para alimentar esse sistema de forma dinâmica e constante.

Naturalização dos fatos porque no JD uma declaração factual, com pretensão de verdade, é encarada como fato em si, e a notícia é construída com base nesse “fato”. Nesse sentido, a Disciplina da Verificação (KOVACH E ROSENSTIEL, 2003) e o contraditório acabam por ficar em segundo ou até em terceiro plano.

Essa disciplina, mesmo não se tratando de um conceito unificado, se converte em uma série de procedimentos que os jornalistas promovem na hora de apurar um acontecimento. São métodos pessoais, mas nem por isso deixam ter a sua racionalidade e ciência, sendo constituídos a partir de práticas como: “procurar várias testemunhas de um fato, descobrir novas fontes, indagar sobre os vários lados de uma questão” (KOVACH E ROSENSTIEL, 2003, p. 112). O conceito de Disciplina da Verificação será melhor esclarecido no capítulo dois, no subtítulo **“Noções de objetividade e Jornalismo Declaratório”**.

O contraditório, por sua vez, é um princípio que o jornalismo adaptou das regras do Direito (TEIXEIRA, 2001). Ele pressupõe que se o(a) repórter ouviu uma fonte que fez sérias acusações a outrem, essa pessoa, acusada pela primeira, tem o direito de apresentar a sua versão da história (FENAJ, 2007). No contexto jornalístico, o contraditório se torna mais necessário na medida em que a acusação não é suficientemente comprovada, demonstrada ou verificada (idem)⁵.

⁵ Esse princípio está estabelecido no artigo 14 do capítulo 3 do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (1985-2007), que diz o seguinte: “O jornalista deve: a) Ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, todas as pessoas objeto de acusações não comprovadas, feitas por terceiros e não suficientemente demonstradas ou verificadas. b) Tratar com respeito a todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar”. Disponível em: <https://fenaj.org.br/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros-1985-2007/>. Acesso em 16.06.2022.

Nesta pesquisa buscamos pensar no contraditório de maneira mais ampla, não apenas como direito de resposta, por conta de uma acusação ou ofensa, mas também em como os(as) jornalistas lançam mão desse recurso, como forma de contrapor às declarações falaciosas dos políticos, durante o período eleitoral. Essa questão será tratada durante o capítulo metodológico, em que vamos utilizar a ferramenta de Análise de Cobertura Jornalística ACJ), para quantificar e qualificar o contraditório acionado pelos(as) jornalistas.

E por último, o conceito de pluralidade e diversidade das fontes na produção jornalística serve para verificar que tipo de vozes são acionadas na produção do Jornalismo Declaratório. Quem são essas fontes autorizadas e de onde elas falam.

O método dessa investigação possui duas ferramentas: uma adaptação do protocolo de Análise de Cobertura Jornalística (ACJ) (SILVA E MAIA, 2011) e a utilização da Teoria dos Atos de Fala (AUSTIN,1990; SEARLE, 1995).

A ACJ é uma ferramenta metodológica de caráter quantitativo. Ela possibilitou que olhássemos para o *corpus* de análise de maneira mais integral, ou seja, sem separar as notícias das rotinas produtivas que as constituem. O protocolo evidencia marcas de apuração nas matérias que ajudam a caracterizar o Jornalismo Declaratório, isso por meio da quantidade de fontes, quem são essas fontes, bem como a presença ou a ausência do contraditório nas matérias. A respeito de um olhar mais integral para as etapas que constituem o jornalismo, Silva e Maia (2011, p. 23) sustentam que:

(...) em geral, o processo manifesta-se no produto, em maior ou menor medida. Partindo dessa hipótese, entendemos que, para compreender o processo jornalístico de forma menos fragmentária, é não só necessário, como também viável, pesquisar “como em um único ponto do circuito escolhido como objeto de trabalho podemos localizar informações que mostrem os demais. (...) Além de perceber o processo de produção da notícia no texto, poderíamos investigar e verificar o receptor na produção, a produção na recepção”.

Esse olhar mais holístico para produção noticiosa nos trouxe questões das rotinas produtivas da redação do *MidiaNews*, que estão diretamente ligadas com a produção acentuada do Jornalismo Declaratório durante o período eleitoral.

Já a Teoria dos Atos de Fala se apresenta nessa pesquisa num movimento mais qualitativo e discursivo, no sentido de evidenciar os tipos de declarações contidas no JD. A partir dessa ferramenta, foi possível verificar quais são as intencionalidades mais frequentes dos políticos durante a campanha eleitoral, bem como os riscos de reverberar essas declarações na imprensa sem o devido contexto e verificação.

Dentro da Teoria dos Atos de Fala, utilizamos os atos ilocucionários (AUSTIN, 1990; SEARLE, 1995), que são classes de palavras que as pessoas utilizam para agir sobre o mundo, como o próprio Austin (1990) destaca no título de seu livro: “Quando dizer é fazer”. A denominação dos atos ilocucionários pode variar, de acordo com os estudos de Austin (1990) e Searle (1995), mas no geral eles são classificados como: *assertivos* (a descrição do mundo real, pretensão de verdade do falante), *diretivos* (quando o falante busca dar conselhos ou recomendações ao seu interlocutor), *compromissivo* (quando o falante se compromete com outrem ou a fazer algo), *expressivos* (quando o falante expressa seus sentimentos a alguém ou diante de uma situação) e *declarativos*, que é a correspondência da fala com a efetivação de algo no mundo real. Logo, se um juiz eleitoral declara tal candidato como prefeito de Cuiabá, assim ele o é. A função desses atos, bem como a sua relação com as declarações do JD serão esmiuçadas com mais detalhes no capítulo metodológico, a partir de exemplos práticos retirados do *corpus* de análise dessa pesquisa.

A dissertação é dividida em uma Introdução, três capítulos e as considerações finais. No capítulo dois, logo após a Introdução, apresentamos o esforço de alguns teóricos, que buscam uma melhor definição para o Jornalismo Declaratório. É nessa parte que percebe-se que há uma lacuna teórica a se preencher a respeito da prática, que ainda tem um longo caminho epistemológico a se trilhar. Em seguida, o capítulo promove uma discussão teórica, articulando conceitos-chaves com a prática do Jornalismo Declaratório nas redações. O movimento aqui é pensar como esses conceitos, a exemplo da Objetividade como Ritual Estratégico (TUCHMAN, 1993), do Fetiche da Velocidade da Velocidade (MORETZSOHN, 2002) e a Naturalização dos Fatos (MORETZSOHN, 2007), podem ajudar a pensar melhor sobre a operacionalização do JD na construção das notícias (ALSINA, 2009).

O capítulo três inicia a partir da discussão sobre como o jornalismo pode se viabilizar como produtor de conhecimento, e como a diversidade das fontes pode ajudar nesse processo. Contribuem para esse debate, Genro Filho (2013), Eduardo Meditsch (1997), Orlando Tambosi (2003) e Liriam Sponholz (2009), na parte do jornalismo como forma de conhecimento; e Luã Chagas e Marcelo Kischinhevsky (2017), na parte sobre a diversidade de fontes.

Em seguida, o debate é centrado diretamente nas fontes que compõem o Jornalismo Político: como elas buscam instrumentalizar os veículos de comunicação, em busca de seus interesses, ao mesmo tempo em que são usadas pelos jornalistas para a construção do noticiário. E, por último, a discussão teórica é focada em saber como o Jornalismo Declaratório se sedimenta no ambiente político, mais especificamente durante a cobertura eleitoral. Nesse sentido, o diálogo é com autores como Timoty Cook (2011), que analisa a cobertura política e

os valores de negociação entre fontes e jornalistas; Bruno Araújo (2017), que trabalha com o conceito de *ethos* jornalístico e sua relação conflituosa com o campo político; e Habermas (1990), que trabalha com o conceito de Esfera Pública.

O capítulo quatro aborda o método e a análise dos resultados da pesquisa. É explicado teoricamente como as ferramentas metodológicas funcionam. Em seguida, as ferramentas são adaptadas para extrair os dados do *corpus* de análise. Com os dados em mãos, é feita uma análise dos resultados, a partir dos conceitos que foram articulados com o Jornalismo Declaratório nos capítulos dois e três.

Já as considerações finais refletem sobre os dados que foram aferidos e busca uma crítica propositiva, no sentido de pensar numa produção jornalística mais mediadora e interpretativa a respeito das declarações que são proferidas pelas diferentes fontes que constroem uma notícia.

Entendemos que as declarações têm um papel de destaque, e, por muitas vezes, um uso abusivo na produção jornalística da imprensa local e mundial. Nesse sentido, e pensando também no contexto atual da pós-verdade e das *fake-news*, torna-se necessário compreendermos melhor o fenômeno do Jornalismo Declaratório (JD), quais são suas características (os tipos de declarações) e como, afinal de contas, ele opera dentro das matérias.

Por fim, queremos salientar que a incidência dessa prática é global e atinge a imprensa em diferentes níveis e situações, influenciando comportamentos e opiniões. Compreender esse fenômeno de maneira mais ampla e científica é de suma importância.

2. JORNALISMO DECLARATÓRIO

Nesse capítulo abordaremos o que seria o Jornalismo Declaratório e alguns conceitos minimamente traçados a respeito da prática. A partir de exemplos tirados do jornalismo, nacionalmente e internacionalmente, pretendemos mostrar que o JD é uma prática corriqueira nas redações. Também abordaremos alguns conceitos e teorias que ajudam a pensar como e por que o Jornalismo Declaratório se manifesta ou pode se tornar um discurso único na construção das notícias.

2.1 Jornalismo Declaratório: algumas definições e exemplos

O que é Jornalismo Declaratório (JD)? A academia ainda não encontrou uma definição específica. Mas segundo autores como Tambosi (2005) o JD pode ser entendido como um tipo de matéria - seja de rádio, TV, online ou impresso - baseada exclusivamente nas declarações das fontes. Essa, por sinal, é uma definição bem sucinta que pode ser encontrada numa nota de rodapé de um artigo que o autor escreveu sobre informação e conhecimento no jornalismo, no ano de 2005.

Existe uma lacuna. Uma percepção - via de regra - taxativa da academia e dos repórteres sobre o fenômeno do Jornalismo Declaratório, o definindo como uma prática meramente baseada em declarações e exemplo de mau jornalismo. Seria só isso mesmo? Há potencialidades e aspectos mais positivos a se pensar em relação ao JD? Como pensar descontinuidades e continuidades na seleção de declarações oriundas de fontes oficiais autoritárias ou que baseiam discursos em mentiras?

De fato, os estudos sobre o tema no campo da Comunicação ainda são recentes, mas, por outro lado, a cada dia ganham atenção de pesquisadores e dos profissionais da área. Há uma discussão sobre o JD, principalmente sobre a sua utilização em coberturas políticas. Segundo Oliveira (2018), sem a devida apuração, as declarações podem se tornar propaganda, bem como favorecer ideologias, posicionamentos estratégicos políticos, além incitar o ódio e a guerra contra outra nação, como foi o caso da Guerra do Iraque⁶.

Israel de Oliveira (2018), inclusive, é um dos poucos pesquisadores na atualidade que se propôs a investigar o fenômeno de maneira mais crítica. Em 2012, ele iniciou o projeto de

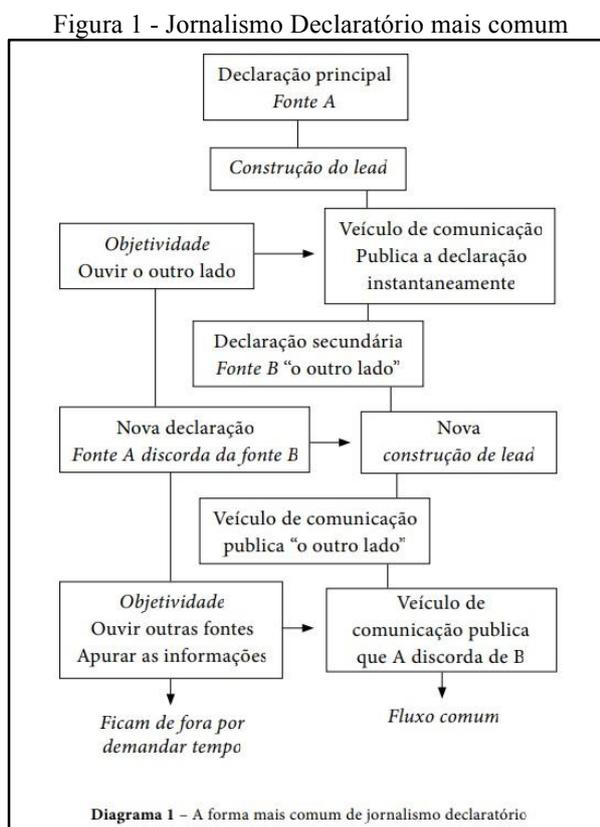
⁶ Hidalgo e Barrero (2012) ressaltam que o governo dos Estados Unidos preparou toda uma estratégia de comunicação para convencer a imprensa e a população sobre pertinência de se invadir o Iraque para destruir supostas Armas de Destruição em Massa (ADM). Após a invasão ficou comprovado que o regime de Saddam Hussein não havia produzido tais armas, mas a imprensa norte-americana “caiu na lãbia” do governo, produzindo uma infinidade de matérias baseadas em declarações oficiais.

iniciação científica “Jornalismo Declaratório: Por uma teoria crítica”, sob a coordenação de Roberto Carlos Gomes de Castro - professor/doutor da Universidade de São Paulo (USP), com bacharelado em Comunicação Social (ênfase em Jornalismo) pela Faculdade de Comunicação da Universidade Católica de Santos (Unisantos). Anos depois, a pesquisa lhe serviu de subsídio para escrever o livro “Jornalismo Declaratório”, publicado em 2018. Na obra, Oliveira busca algumas definições para o JD, além de propor que o fenômeno seja entendido como uma especialidade dentro do jornalismo, devido ao seu uso diário pelos veículos de comunicação de massa.

Na Figura 1, Oliveira (2018) ressalta que essa prática rende mais matérias para os veículos de comunicação, dentro de uma lógica de roteiro novelístico. No caso dos sites, esse aspecto atende a questões de métricas de audiência e busca por “cliques”. Uma preocupação, em especial, dos donos dos veículos, que com bons acessos (não de qualidade, mas de quantidade) podem barganhar anúncios publicitários, principalmente vindos de órgãos públicos: propagandas do Governo do Estado, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT) e prefeituras, para ficar em alguns exemplos (THOR, 2019).

Oliveira (2018) monta o que ele chama de fluxo simplificado do Jornalismo Declaratório, como forma de compreender melhor essa prática nas redações.

Vejamos:



Fonte: OLIVEIRA (2018)

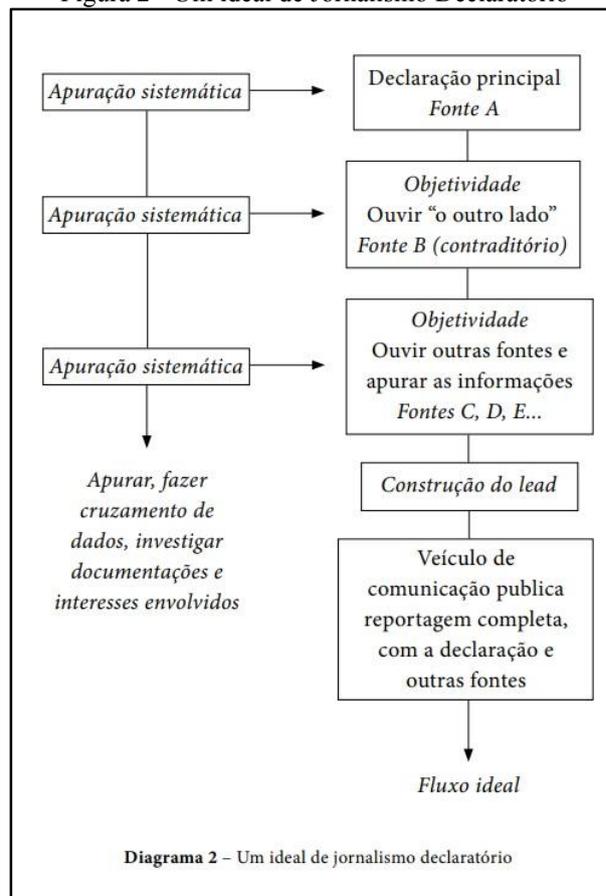
Nesse fluxo, percebe-se que o repórter consegue produzir pelo menos três matérias baseadas em declarações. Publica a primeira baseada na “fonte A”, sem ouvir o outro lado, a “fonte B”, que só vai sair numa matéria posterior. Em seguida, é produzido um terceiro texto, como que fechando a trama gerada ao colocar que “A discorda de B”. Em todas as matérias, aqueles critérios considerados como a prática de um bom jornalismo são deixados de lado, como a verificação das falas para saber se tratam de fatos; além de cruzar informações, checar dados e outras fontes que atestem a veracidade das declarações. Essas questões, como o próprio fluxograma de Oliveira aponta, “ficam de fora por demandar tempo” (OLIVEIRA, 2018, p. 24).

Essa situação de ouvir o outro lado em outra matéria se tornou uma prática corriqueira de muitos veículos do jornalismo online em Cuiabá. Os defensores dessa prática argumentam que o método se justifica devido à velocidade da produção do jornalismo online. Além disso, o outro lado em outra matéria seria até melhor, porque o direito de resposta da fonte B teria um espaço proporcional ou até maior para expor sua versão dos fatos.

Isso quebra (ou deturpa mesmo) uma regra básica da profissão, ensinada nos primeiros anos de faculdade sobre a importância do outro lado ou de vários lados para contar um acontecimento. Sem mencionar que muitos que leram a primeira matéria apenas com a versão da fonte A, não lerão a segunda matéria com a versão da fonte B, que sairá com a imagem bastante prejudicada, defendendo da acusação que sofreu. Outro agravante nessa história é que mesmo que o leitor tenha lido as duas versões, e ocorrer da declaração A não ter base factual, o próprio desmentido da declaração de B é prejudicial a B.

Oliveira (2018) também apresenta um segundo fluxo de notícias, que ele entende como mais coerente para o uso do Jornalismo Declaratório. Nesse diagrama, a declaração que pode gerar uma matéria, antes de ser publicada passa por procedimentos sistemáticos de apuração, o que, segundo o autor, demanda mais tempo e o custo pode ficar maior para a empresa. Assim, a qualidade da informação é priorizada e o que antes eram três notícias, se transformam em uma reportagem mais completa com a declaração principal e das demais fontes. Tudo, em tese, verificado, checado e confrontado pelo repórter. “Nesse modelo, a matéria é publicada com critérios de apuração em profundidade, e assim se minimizam possíveis erros e o tratamento espetacular” (OLIVEIRA, 2018, p. 23). Vejamos:

Figura 2 - Um ideal de Jornalismo Declaratório



Fonte: OLIVEIRA (2018)

A partir dessas esquematizações, o autor caracteriza o JD na construção das notícias da seguinte forma:

(...) dar voz a um agente (ator) que diz ter uma informação importante e relevante sobre outra pessoa, sendo figura de relevância política ou social. Como critério do bom jornalismo, ouve-se o outro lado. Essa prática é conhecida como “a busca pela objetividade”. A segunda voz é colocada contra a primeira, isso gera polêmica e críticas, boas e ruins. Depois de ouvido os dois lados, publica-se essa informação como verdade — para uma das fontes —, mas o que era para ser averiguado e apurado fica em segundo plano. É esse vicioso processo que caracteriza o chamado jornalismo declaratório (OLIVEIRA, 2018, p. 35).

Já Chagas (2020a) procura ampliar a discussão apontando que o JD não segue uma lógica tão dicotômica e não é meramente baseado em fontes e declarações oficiais. Segundo ele, é preciso estar atento às múltiplas vozes que podem se manifestar através do Jornalismo Declaratório.

A gente tende a ter o jornalismo declaratório com uma coisa muito mais relacionada às fontes oficiais. Mas elas também estão presentes nas fontes populares, quando se abre o microfone de uma forma indiscriminada, sem apurar qualquer coisa. Ou também das fontes especializadas, quando não se

apura, inclusive o que vem das fontes especializadas. Ninguém está dizendo que só é importante ouvir o cientista sem saber o que na verdade significa e que de forma isso está sendo colocado (CHAGAS, 2020a, s/n).

Thor (2019) também faz ponderações sobre uma aparente simplicidade do JD nas publicações. Para ele, é um erro apontar o fenômeno baseado meramente nas declarações sem observar as questões de pano de fundo, que reforçam a prática do declaratório entre os profissionais. Entende que são questões ligadas diretamente com as rotinas produtivas das redações e com a figura do repórter de bastidor, que é tido como exemplo a ser seguido pelos jornalistas mais novos no cotidiano do jornalismo online praticado em Cuiabá, sobre a qual ele desenvolveu sua pesquisa.

A respeito das rotinas produtivas, Thor (2019) destaca a “pressa”, a velocidade dos sites de notícias locais em querer garantir a informação na frente do concorrente, em primeira mão, por mais que, às vezes, essa correria prejudique a qualidade da informação. Isso faz com que os repórteres fiquem abarrotados de matérias para escrever e utilizem as declarações como recurso prático e válvula de escape para liberar rápido o texto.

A pressa, aliás, é um dos principais problemas encontrados e, talvez, um dos provocadores do estigma do declaratório nas redações analisadas. A pressa provoca não só reuniões de pauta aceleradas, desorganizadas, como também pode simplesmente excluir este tipo de encontro da rotina produtiva da redação. Em alguns casos a necessidade de rapidez é o agente provocador de erros grotescos, banais e extremamente perniciosos. Também é por conta da pressa que muitos repórteres acabam publicando releases na íntegra, com poucas apurações, tratando-os como se fossem a matéria em si e não a proposição de uma pauta que parte de uma assessoria de imprensa para um veículo da imprensa (THOR, 2019, p. 61).

A pressa, por sinal, como avalia Moretzsohn (2002), foi algo que sempre acompanhou a produção jornalística, principalmente a partir da era industrial, entre o final do século XIX e início do século XX. Ela destaca que a busca pelo furo, chegar na frente do concorrente, teve início com os jornais impressos e foi se incorporando às outras mídias que vieram em seguida: o rádio, a TV e a internet. Especialmente na era digital, o fluxo de informações disponíveis em rede é algo sem precedentes na história moderna da humanidade e acabou por afetar drasticamente a prática jornalística.

Evidentemente, há diferenças de ritmo, conforme o tipo de veículo para o qual se trabalha. Mas o importante será perceber como a lógica do “tempo real” afeta a prática do jornalismo como um todo, radicalizando a corrida “contra o tempo” que sempre marcou a profissão. Mais ainda: que as exigências do mercado financeiro, e de quem nele atua, passam a ser o relógio do noticiário em geral (MORETZSOHN, 2012, p. 130).

Moretzsohn (2002) argumenta que a velocidade, ao longo do tempo, tem sido vendida como um dos princípios do jornalismo, sob o pretexto de que os cidadãos precisam ter acesso às informações o quanto antes, para serem livres e poderem opinar a partir de seus julgamentos. Com a chegada da internet, surgiu uma euforia quase generalizada de que o meio iria democratizar o acesso à informação e quebrar o monopólio da grande mídia. Com tanta informação disponível, os receptores também se tornaram produtores de conteúdos e havia uma expectativa que, com isso, as pessoas conseguissem se emancipar e chegar mais rápido à verdade inscrita nos fatos. Mas o que se tem criado com a internet, com as redes sociais, são diferentes regimes da verdade, onde cada um tem a sua. É o que apontam importantes teóricos da Comunicação, a exemplo do professor Muniz Sodré.

Então, não se trata mais da verdade que era inscrita no fato como essência inquestionável. Essa verdade que deu origem a ideologia técnica, a ideologia ética da objetividade jornalística. Se trata agora do desejo do fato. Aquilo que você deseja receber. Você deseja receber um fato conforme a sua alucinação. E isso está articulado com a lógica segmentada do mercado, está distante de um paradigma politicamente referido a ideias de soberania popular⁷.

Moretzsohn (2002) teoriza que essa velocidade, no fim das contas, é um “fetiche”, pois as empresas jornalísticas⁸, sob o postulado de informar “os cidadãos” com rapidez e qualidade, escondem na verdade, outros interesses. Interesses mais econômicos, voltados para alimentar um sistema que é pautado pela velocidade, pela produção de notícias em escala industrial, pois só assim acontecerá o lucro. “[...] a velocidade é consumida como fetiche, pois 'chegar na frente' torna-se mais importante do que 'dizer a verdade': a estrutura industrial da empresa jornalística está montada para atender a essa lógica” (MORETZSOHN, 2002, p. 120).

O fetiche da velocidade é algo que se acentua ainda mais no jornalismo online, cujo discurso está muito pautado “no tempo real”, na instantaneidade.

(...) em tempos de webjornalismo, a velocidade é algo mais do que uma aspiração de entregar a notícia em primeira mão: tornou-se uma obsessão e um fim. O que vale é divulgar em tempo real todos os fatos quando estes forem acontecendo. O valor da notícia, nesse momento, reside mais em sua instantaneidade do que em sua credibilidade (ASSUNÇÃO E EHRENBURG, 2015, p. 54).

⁷ SODRÉ Muniz, 2021. Aula magna: O Jornalismo contemporâneo no Brasil: uma análise crítica. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qt-Owo_UtPo&list=PLnygXqKtysYx2eSEaYIMDo-AwthJXhgLf. Acesso em 18.06.2022.

⁸ Empresas baseadas no jornalismo burguês (GENRO FILHO, 2012), pautadas pela lógica capitalista.

Por trás do fetiche da velocidade do jornalismo online existem as métricas de audiência, a quantidade de acessos às páginas, a quantidade de cliques que uma matéria pode gerar se for divulgada em primeira mão, por mais que as informações estejam desconstruídas no momento. Todas essas questões são ocultadas dos cidadãos. Além do mais, como observam Assunção e Ehrenberg (2015), “a facilidade de correção, permitida pelos programas digitais, também corrobora para que o jornalista fique mais preocupado em publicar primeiro para só depois descobrir a veracidade do fato” (idem, p.58). Com o site “bombando” nos acessos é mais receita que entra, “fazendo com que a roda do negócio digital gire, obviamente, cada vez mais rápido” (ibidem). Nesse sentido, trabalhar com matérias baseadas apenas nas declarações das fontes se torna estratégico para continuar alimentando esse sistema. “[...] refletir parece ser o verbo menos conjugado nas esferas do webjornalismo, mais especificamente no jornalismo de tempo real. Os chefes preferem que os repórteres se apliquem no verbo produzir e não do verbo refletir” (ASSUNÇÃO E EHREMBERG, 2015, p.56).

A partir da ótica de Moretzsohn (2002), podemos dizer que a declaração, inserida nesse discurso da velocidade, também é um fetiche, pois no JD, ela é entendida como um fato por si só, como algo importante, que foi pronunciado por alguém muito importante. Logo, existe aí um “dever jornalístico” de divulgar “o acontecimento”. Logo, a declaração se justifica, e, por isso, transforma-se em notícia. Essa declaração como fato, que é postada no site em forma de notícia para os internautas, na verdade, oculta as rotinas produtivas das redações, as jornadas extenuantes, e uma exigência absurda de produção de matérias a qual os(as) jornalistas estão submetidos no jornalismo online - em especial os sites de notícias que são pautados por essa lógica do declaratório.

Além da velocidade, a prática do jornalista de bastidor (THOR, 2019) também favorece o declaratório nas matérias. Trata-se de um tipo de profissional que costuma estar muito próximo das fontes primárias políticas e das relações de poder. Isso lhe garante o acesso a informações privilegiadas que possam garantir a notícia em primeira mão; a sanha do furo jornalístico, tão incentivada pelos donos dos veículos e incorporada pelos profissionais.

Mas Thor (2019) observa que esse jornalismo de bastidor, se praticado de forma indiscriminada, pode criar uma relação de dependência do repórter junto às fontes proeminentes (CHAGAS, 2020c). Quando isso ocorre, o jornalista pode ser instrumentalizado para atender aos interesses dos políticos.

O resultado disso é que, muitas decisões ‘antecipadas’ não se concretizam, há erros de prognósticos políticos e falhas no momento de se relatar os acontecimentos internos. Este tipo de ocorrência é fruto não só de fontes mal intencionadas, que querem testar a aceitação de uma decisão ou colocar sob

prova determinada figura política, mas também de um comportamento de manada que vê na cobertura de bastidores o grande ‘trunfo’ do jornalismo. Quando, na verdade, faz-se apenas um jornalismo eminentemente declaratório (THOR, 2019, p.65).

Assim o autor percebe que:

[...] quando se produz um material de bastidor baseado unicamente na declaração em off de algum político ou alguma figura do mundo político, pratica-se o jornalismo declaratório. Por conta disso é que o repórter de bastidor, louvado pelos colegas e bem quisto pela chefia, é o responsável por um sem número de matérias declaratórias, com pobreza de fontes (THOR, 2019, p. 64).

Além desses dois fatores apontados pelo autor (velocidade e jornalista de bastidor), que dão complexidade ao JD, chama a atenção outra observação feita por Thor (2019) que, em muitos casos, “é mais importante que a fonte confie no repórter do que o leitor” (THOR, 2019, p.64).

Isso, de certa forma, vai contra a premissa apontada por Kovach e Rosenstiel (2003, p. 83) como sendo o “segundo elemento do jornalismo”, que é: “A primeira lealdade do jornalismo é com os cidadãos”. Os autores apontam que por mais que haja interesses comerciais das empresas jornalísticas, a lealdade primeira dos repórteres deve ser com o público. Isso, no longo prazo, seria a melhor estratégia financeira para os meios de comunicação, que mesmo colando essa lealdade acima dos interesses dos patrões, “ainda assim essa obrigação [social dos jornalistas] é a razão do sucesso financeiros desses mesmos patrões” (KOVACH E ROSENSTIEL, 2003, p. 83).

Num plano local, diante do uso indiscriminado do declaratório, esse importante elemento fica comprometido, até porque o sucesso financeiro dos sites de notícias de Cuiabá tem dependido mais das amarrações políticas que os seus donos fazem junto ao Poder Público, do que uma lealdade para com seus leitores.

Não à toa o jornalismo declaratório é tão importante para veículos locais, cujas relações com o poder político e econômico da região onde os veículos estão instalados são muito mais estreitas, tratando-se de relações de parasitismo ou de mutualismo. Parasitismo porque do ponto de vista jornalístico e social, o veículo perde com a adoção de um sistema de reprodução de discurso que não preza pela intensidade jornalística. Mutualismo porque, do ponto de vista econômico e político, o veículo sai beneficiado com segurança e estabilidade do apoio daqueles que detém o poder na região em que está inserido. Ganha também porque é beneficiado com a destinação de verbas publicitárias em um acordo que quase sempre foge à percepção dos órgãos fiscalizadores – intencionalmente ou não (THOR, 2019, p. 41).

Na verdade, os pesquisadores vêm percebendo uma crescente do JD na produção das notícias, desde meados dos anos 2000. Os professores Rubim e Colling (2006), por exemplo, ao analisarem a cobertura da grande imprensa durante as eleições presidenciais de 2006, notaram como a produção de veículos da imprensa hegemônica⁹, como a Revista *Veja* e o jornal *Folha de S. Paulo*, se limitaram a “reportagens” baseadas, em sua grande maioria, em declarações e dossiês sobre casos de corrupção que no fim das contas não se sustentavam.

Conforme os autores (2006), nesse tipo de jornalismo, o declaratório, “cabe ao repórter apenas a tarefa de coletar as declarações das fontes, sem nenhuma preocupação em saber se as informações são verdadeiras ou não” (idem, p. 181).

Na mesma linha de raciocínio, Di Franco, em seu artigo “Repensando os jornais”, destaca que está na hora da imprensa abandonar as declarações dos políticos, experientes em manipular o noticiário e adotar a agenda dos cidadãos, saber realmente quais são as pautas que afligem a população. Ele observa que o jornalismo virou “shows business”, abandonou a velha e boa reportagem para dar lugar a matérias com uso excessivo de aspas e baseadas em dossiês (ou, mais atualmente, em delações premiadas de políticos indiciados, que costumam vazarem de maneira seletiva à imprensa).

Oliveira (2018) também entende que as declarações devem funcionar como ponto de partida para produção de matérias. No entanto, ele tem uma visão mais ponderada sobre o Jornalismo Declaratório ao dizer que a prática não pode ser condenada sumariamente, tendo em vista que as declarações são aspectos importantes na construção de uma matéria. Para o autor, por mais contraditório que seja, os usos das declarações são necessárias para o jornalismo, principalmente para o jornalismo diário. O problema, segundo ele, é quando não se verifica devidamente uma declaração importante, e isso pode ser uma “arma midiática letal” (OLIVEIRA, 2018, p. 55) para políticos e organizações interessadas em impor suas ideologias

⁹ O termo imprensa hegemônica (ou grande imprensa) é pensado a partir do conceito de hegemonia elaborado por Antonio Gramsci. Barbero (2003) ao explicar esse conceito, destaca que o filósofo italiano percebeu que na sociedade capitalista, os grupos dominantes, às elites financeiras, já não impunham suas ideologias somente por meio de grandes recursos econômicos ou a base do poderio militar. Essa imposição passava também por um processo de negociação com as classes subalternas, através dos aparelhos culturais de dominação do Estado e das elites, como forma de padronizar as relações culturais entre as pessoas e criar a ideia de estado-nação/povo unificado. Nesse sentido, os veículos de comunicação de massa, seja no âmbito local, regional ou nacional, integram a relação desses aparelhos de dominação, com objetivo de impor a ideologia das elites econômicas, o *status quo* do capitalismo, à população de uma maneira geral. Na imprensa brasileira, se encaixam nesse conceito gramsciano de hegemonia, as cinco famílias empresárias do ramo da comunicação que controlam metade dos 50 veículos de comunicação com maior audiência no país, são elas: os Marinhos, do Grupo Globo; os Saad, do Grupo Bandeirantes, a família Edir Macedo, da Record, os Sirotsky, da RBS; e os Frias, do Grupo Folha. Os dados são da pesquisa Monitoramento da Propriedade da Mídia (Media Ownership Monitor ou MOM), financiada pelo governo da Alemanha e realizada em conjunto pela ONG brasileira Interozes e a Repórteres Sem Fronteiras. Disponível em: <http://brazil.mom-rsf.org/br/midia/>. Acesso em 13.02.2022

hegemônicas.

Thor (2019) segue a mesma linha de raciocínio ao escrever que as declarações não são descartáveis no jornalismo:

Pelo contrário, é importante que o leitor saiba sobre pronunciamentos de autoridades ou de fontes que tenham alguma proeminência no espaço político, cultural ou policial que é abrangido por determinado jornal. As declarações são importantes e relevantes, sobretudo se utilizadas da forma correta dentro de um texto (THOR, 2019. p.38).

Oliveira (2018) conta que foi despertado para o tema a partir de uma reflexão do experiente jornalista Caco Barcelos, durante o programa *Em Pauta*, da Globo News.

Eu tenho uma preocupação com este momento da imprensa brasileira. Parece que muitas das acusações que se faz à imprensa estão sendo baseadas em declarações de uma determinada fonte. Evidentemente, boa parte dos que fazem isso de matéria é de jornalista muito criterioso e tem cuidado antes de divulgar a informação, mas há colegas que já divulgam sem sequer checar o outro lado, sem sequer fazer uma apuração mínima antes de saber se há procedência ou não na acusação (BARCELOS *apud* OLIVEIRA, 2018, p. 11).

Caco Barcelos se referia ao período em que Dilma Rousseff foi eleita a primeira presidenta do país, em outubro de 2010. Ela assumiu o país em janeiro de 2011 e logo nos primeiros meses de gestão começam a sair na imprensa matérias sobre supostos casos de corrupção envolvendo o seu governo.

Em 15 de maio daquele ano, o jornal *Folha de S. Paulo* publica matéria sugerindo que o ministro da Casa Civil do governo de Dilma, Antonio Palocci, teria ampliado seu patrimônio de maneira ilícita em 20 vezes¹⁰. A partir disso, outros veículos da imprensa hegemônica, como o portal *G1*¹¹, repercutiram a matéria da *Folha*, gerando o que Oliveira (2018, p. 38) considera como “narrativa novelística que trazia um fato revelador a cada capítulo”. Essa “novela”, que começou com o Palocci, considerado um dos políticos mais influentes do Governo Dilma, se estendeu ao longo de 2011, até fevereiro de 2012, envolvendo uma série de ministros que acabaram sendo afastados - inclusive Palocci - por denúncias de corrupção veiculadas na imprensa, que depois não se confirmaram na Justiça (OLIVEIRA, 2018).

Oliveira (2018) avalia que o Jornalismo Declaratório foi a grande substância das matérias que resultaram no afastamento dos políticos: “Declarações assumidas como pseudodenúncias

¹⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1505201102.htm>. Acesso em 08.04.2021

¹¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/05/palocci-tem-patrimonio-multiplicado-20-vezes-e-oposicao-quer-explicacao.html>. Acesso em 08.04.2021.

culminaram em narrativas que apontam a cronodramaturgia como o ápice desse cenário midiático e político que a imprensa ajudou a construir” (OLIVEIRA, 2018, p.39).

O autor observa que, como de costume, a imprensa criou o seu espetáculo midiático. Os ministros, acostumados com esse tipo de jogo, se afastaram dos cargos, como forma de botar panos quentes nas denúncias. Quando a "faxina presidencial"¹² terminou, os veículos da imprensa hegemônica pararam de investigar os casos, principalmente a denúncia envolvendo o enriquecimento ilícito de Palocci. Oliveira (2018) então conclui que “Cacos Barcelos tinha razão”.

Nada foi provado e a denúncia foi arquivada quase um ano depois (FOLHA DE S. PAULO, 2012). A estrutura do governo federal foi alterada em favor de manchetes jornalísticas, que acabaram por não apresentar nada que contribuísse para a consolidação da democracia e a favor do cidadão. Tratou-se de um típico exemplo de jornalismo declaratório, nesse caso, praticado pelo veículo de comunicação de massa para atingir uma figura pública (OLIVEIRA p.39).

Voltando um pouco no passado, nos anos 1990, temos o caso do processo de impeachment do presidente Fernando Collor de Mello: exemplo emblemático de Jornalismo Declaratório praticado pela imprensa hegemônica brasileira. A derrocada de Collor teve início a partir da entrevista de seu irmão, Pedro Collor, à *Revista Veja*, em maio de 1992. Na oportunidade, ele acusou Paulo César Farias, o PC Farias, tesoureiro da campanha do presidente, de comandar um grande esquema de corrupção. Collor de Mello, segundo o próprio irmão, também estaria envolvido nas ilicitudes com a compra de um apartamento em Paris, que seria fruto de desvios de recursos públicos. O imóvel estaria no nome de PC Farias, que seria uma espécie de “testa de ferro” do presidente¹³.

As declarações do irmão do presidente, que deveriam ser o ponto de partida da investigação jornalística, foram o ponto de chegada. Na esteira da entrevista bombástica, sob o título “Pedro Collor conta tudo”, inúmeros veículos de comunicação (TVs, rádios e jornais impressos) começaram a repercutir a denúncia, cujo principal ponto de apoio permanecia nas declarações de Pedro Collor.

A grande repercussão na mídia mobilizou políticos da oposição no Congresso Nacional, movimentos sociais e sociedade em geral. Os Caras Pintadas saíram às ruas de várias cidades do país com o slogan “Fora Collor”. O *impeachment* era iminente. Pressionado por todos os

¹² “Faxina presidencial” foi o nome que a própria imprensa deu quando Dilma começou a afastar seus ministros devido aos supostos casos de corrupção.

¹³ Disponível em: <https://guiame.com.br/noticias/sociedade-brasil/a-entrevista-de-pedro-collor-a-veja.html>. Acesso em 08.04.2021.

lados, Collor renuncia à presidência da República em 30 de dezembro de 1992. “Com todas as forças agindo contra, a partir de uma publicação puramente declaratória, o presidente renunciou e o vice-presidente Itamar Franco assumiu a presidência” (THOR, 2019, p. 43). No entanto, dois anos mais tarde, quando o caso foi efetivamente julgado pela Justiça, a maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) absolveu Collor das acusações de corrupção passiva. Eles entenderam que não havia provas de que o ex-presidente teria cometido o crime durante o exercício do mandato.

Caco Barcellos também refletiu sobre esse episódio no programa Em Pauta, da Globo News. Para ele, muito do que ocorreu com o Collor foi gerado a partir do Jornalismo Declaratório.

Ali foi uma iniciativa da imprensa, mas acho também que foi uma iniciativa que nasceu do jornalismo declaratório. Foi o irmão do presidente que fez aquela denúncia. O que aconteceu com o presidente? Ele foi punido politicamente, sofreu o *impeachment*. Na Justiça ele não foi punido. Por que? Porque a justiça é venal? Não sei. Ou será que nós não investigamos tão seriamente como poderíamos e não levamos uma prova mais contundente para a Justiça avaliar, nós da imprensa ou o Ministério Público (*apud* OLIVEIRA, 2019, p. 12).

Mais recentemente, podemos identificar a prática do Jornalismo Declaratório e o “sumiço do Jornalismo Investigativo” (NASCIMENTO, 2017) durante a cobertura das ações da força-tarefa da Lava Jato, formada pela Polícia Federal, Ministério Público e Poder Judiciário.

Gonçalves (2018) cita, por exemplo, uma reportagem do portal UOL, em abril de 2017, baseada exclusivamente na famosa delação premiada do empreiteiro Léo Pinheiro sobre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter recebido um apartamento triplex no Guarujá-SP, como forma de propina para beneficiar a empreiteira OAS em contratos com a Petrobras. Gonçalves (2018) ressalta que não apenas o UOL, mas diversos veículos de comunicação se apropriaram das falas do ex-presidente da OAS para produzir reportagens baseadas no declaratório que tiveram repercussão internacional, inclusive. A autora avalia a manifestação do JD na reportagem levando em conta a escolha do título e a grande quantidade de aspas utilizadas no texto:

No título já encontramos indícios de jornalismo declaratório: "Triplex do Guarujá era de Lula, diz Léo Pinheiro a Moro na Lava Jato". A matéria dá credibilidade a apenas uma fonte, às declarações feitas por ela e não economiza nas aspas. No texto são recorrentes: "segundo Léo Pinheiro", "afirmou o ex-presidente da OAS", "Pinheiro diz"; para lançar mão das denúncias contra Lula. Trata-se, portanto, de uma reportagem construída apenas com base nessas declarações. Não há, na matéria, nenhuma outra entrevista feita pelo próprio jornalista ou provas colhidas por ele. O portal

apenas se apropriou das declarações de Léo Pinheiro e as transformou em uma reportagem. É importante frisar que isso não aconteceu apenas no UOL, praticamente todos os veículos de comunicação se utilizaram da voz de Pinheiro, por meio do jornalismo declaratório, para sustentar a denúncia (GONÇALVES, 2018, p. 40).

Para o jornalista Luis Nassif, veículos de comunicação da imprensa hegemônica foram instrumentalizados pela força-tarefa da Lava-Jato, que utilizou a mídia para ganhar aceitação da opinião pública. Para ele, a cobertura da operação, ao longo de cinco anos, foi um “fracasso retumbante” do jornalismo brasileiro, em que alguns jornalistas se transformaram em meros “repassadores de release”, fazendo com que a Lava Jato tivesse o controle das narrativas (NASSIF, 2021, s/n).

Ali estava a definição clássica da deturpação do jornalismo produzido pela Lava Jato. Divulgar as informações recebidas passou a ser o mantra, mesmo desacompanhada de qualquer filtro, qualquer espírito crítico, deixando-se cavalgar pelas fontes. Sem essas ferramentas, o repórter tornava-se um mero instrumento da fonte (NASSIF, 2021, s/n).

Outro aspecto observado por Nassif foi que, não só as empresas jornalísticas estavam engendradas nessa lógica da Lava Jato; muitos repórteres aceitaram a narrativa dos promotores, agentes da Polícia Federal e do ex-juiz Sergio Moro por uma questão de *status*: “ganharam manchetes, escreveram livros, conquistaram prestígio junto às chefias pelo trabalho sujo ofertado” (NASSIF, 2021, s/n)¹⁴.

Essa questão do *status* vai ao encontro com de um *ethos* jornalístico observado pelo jornalista Lázaro Thor durante uma live no *Youtube* no canal “Iaras e Pagus”, que discutiu os impactos do Jornalismo declaratório na imprensa brasileira¹⁵. Conforme Thor, esse “*ethos* jornalístico” trata-se de certa cultura dos repórteres de quererem galgar espaços de prestígios na profissão. Isso, somado aos interesses das empresas jornalísticas, já citado por Nassif (2021), pode reforçar e estruturar a prática do declaratório nas redações. Neste contexto, não são apenas os constrangimentos organizacionais (PENA, 2017), o Fetiche da Velocidade (MORETZSHON, 2002), a pressão das rotinas produtivas das redações que viabilizam o JD; entra nessa história o *ethos* jornalístico (THOR, 2021).

O *ethos* jornalístico aqui em Cuiabá, pelo menos, e eu acho e acredito, que isso se repete em outras metrópoles regionais e talvez se repita em Brasília, é uma visão... o jornalista valorizado é o jornalista de bastidor. É o cara que é próximo de político, que toma café com político, que acessa desembargadores, que acessa juízes. (...) Então eu fui perceber que é um pouco cultural, que é um pouco do *ethos* profissional mesmo a coisa do declaratório. Essa cultura

¹⁴ Nassif: a Lava Jato e a falência do jornalismo investigativo brasileiro. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2021/02/lava-jato-jornalismo-investigativo/> Acesso em: 02.02.2022

¹⁵ Debate disponível em: <https://www.youtube.com/c/IarasePagus/about>. Acesso em 09.04.2021.

do jornalista perniciosamente próxima do político, essa cultura do cara que quer só fazer bastidor, do cara que tem problema de fazer uma matéria que incomoda o político XIS, essa cultura ela permite a solidificação estrutural do jornalismo declaratório. (...) Cada dia de trabalho eu percebo isso, mais e mais arraigado (IARAS E PAGUS/YOUTUBE, 2021)¹⁶.

Essa questão do *ethos* será conceituada com mais precisão no capítulo três, a partir dos estudos do professor Bruno Araújo (2017).

A teoria do *newsmaking*¹⁷, por sinal, chama a atenção sobre “o relacionamento dos jornalistas com a fonte” (LOPES E RUTILLI, 2014, p. 177), como parte do processo de construção das notícias. Nesse sentido, Pena (2017) reforça que as rotinas de produção dentro das redações nem sempre são determinantes no resultado final de uma notícia. Existe aí, conforme o autor, “espaços de manobras para os jornalistas e eles estão localizados na interação com os agentes sociais”. Dessa forma, ele acrescenta que:

A rede de fontes, a capacidade de negociação e um talento para a investigação são trunfos utilizados para demonstrar que o processo de produção das notícias é interativo. Depende das rotinas profissionais, mas também de iniciativas dos jornalistas de demandas da sociedade e outros fatores (PENA, 2017, p. 132).

Essa “capacidade de negociação” é outra premissa importante para a nossa investigação das características do JD durante o período eleitoral. Voltaremos nesse assunto, também no capítulo três, a partir do conceito de “valores de negociação” (COOK, 2017) entre jornalistas e fontes durante a produção de uma notícia.

No entanto, há outro lado da moeda nessa questão observado por Pena (2017). Se os espaços de manobras, o relacionamento com as fontes, são armas dos jornalistas, que podem forçar as empresas a pautar assuntos, que realmente importam para a sociedade, por outro lado, esses mesmos aspectos podem agravar, cada vez mais, o uso indiscriminado das declarações de políticos (e outras fontes interessadas) nas matérias, dependendo de como está o *ethos* jornalístico. Se pegarmos o exemplo da Lava Jato, vamos perceber que muitos dos jornalistas, que receberam informações privilegiadas das fontes da força-tarefa, se preocuparam mais em surfar no prestígio da operação do que fazer jornalismo de verdade: verificar os documentos, cruzar os dados e as informações. Não à toa que durante cinco anos muitas das condutas ilegais da Lava Jato não foram criticadas por setores importantes da imprensa hegemônica. Era como

¹⁶ Comunicação e Poder - Hoje: Jornalismo Declaratório. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-nXVxgaVD_0. Acesso em 02.02.2022.

¹⁷ De acordo com o doutor em jornalismo Felipe Pena (2017), a teoria do *newsmaking* se ocupa em saber dos processos internos e externos que levam à construção das notícias. Dessa forma, uma matéria, passa por uma série de procedimentos dentro das empresas jornalísticas antes de ser veiculada para o público. São procedimentos como critérios de noticiabilidade, valores-notícias, constrangimentos organizacionais, construção da audiência, rotinas de produção e a cultura profissional.

se os promotores de Curitiba-PR e o então juiz Sergio Moro estivessem acima de qualquer suspeita. Esse cenário só foi mudar depois da série de reportagens da “Vaza Jato” publicadas pelo *The Intercept*, em 2019¹⁸.

No âmbito internacional, temos o que já pode ser considerado um clássico moderno do Jornalismo Declaratório: a cobertura da imprensa hegemônica norte-americana da Guerra do Iraque. Foi um caso em que alguns dos principais jornais impressos dos Estados Unidos – entre eles o *The New York Times* e o *The Washington Post* – abusaram no uso das declarações oficiais, ao mesmo tempo em que uma verificação mais detalhada dessas falas foi deixada de lado.

Hidalgo e Barrero (2012), no artigo “Notícias falsas, incorretas e incompletas”, nos dão a dimensão de como o governo norte-americano preparou uma ofensiva midiática para justificar a invasão, a pretexto de que o regime de Saddam Hussein estaria produzindo Armas de Destruição em Massa (ADM) que colocariam em ameaça à paz, a democracia e segurança internacional. Um tipo de discurso que repercutiu não apenas na imprensa hegemônica estadunidense, como também na imprensa mundial e de países – a exemplo da Espanha – que estavam alinhados com os Estados Unidos para invadir o Iraque. Os autores observam que, mesmo quando se mostrou que as tais armas não existiam, as declarações de George W. Bush, presidente à época, continuaram vigorando na imprensa:

É claro, foi Bush quem fez as declarações e é ele o responsável por elas. Contudo, esse tipo de lógica levanta um questionamento: seria função do jornalista apenas comparecer a uma entrevista coletiva e repetir tudo o que foi dito ali, sem solicitar outro tipo de documentação ou a verificação do que tem sido dito? Naquele caso, nenhum deles fez isso (HIDALGO E BARRERO, 2012, pp. 218-219).

Os autores analisam que três meses antes da invasão – entre janeiro até meados de março de 2003 –, o governo norte-americano convocou uma série de coletivas de imprensa e apresentava relatórios de inteligência, “de natureza pouco convincente (idem, 2012, p. 2019)”, num esforço para apontar que o Iraque estava produzindo as ADMs.

A justificativa para a invasão também vinha da própria imprensa. Hidalgo e Barrero (2012) destacam que o manifesto “Estamos Unidos” partiu de uma iniciativa do *The Wall Street Journal*, que teve repercussão na imprensa europeia e contava com a assinatura de oito chefes de estado daquele continente (Espanha, Portugal, Itália, Reino Unido, Hungria, Polônia,

¹⁸ Série de reportagens demonstrou o conluio entre os promotores de Curitiba e o então juiz Sergio Moro para perseguir e prender adversários políticos, sem provas e ao arripio da lei. Os textos foram produzidos a partir de mensagens vazadas do aplicativo de conversa pelo celular Telegram, em que os envolvidos combinavam as medidas. A Série de reportagens pode ser lida através deste link: <https://theintercept.com/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato/>. Acesso em 03.02.2022.

Dinamarca e República Checa). O manifesto continha a seguinte declaração: “Nossa meta é resguardar a paz e a segurança mundial, assegurando que esse regime desista de ter armas de destruição em massa” (HIDALGO e BARRERO, 2012, p. 219).

Quanto ao texto, originado a partir da iniciativa do The Wall Street Journal, foi produzido no âmbito da campanha orquestrada para justificar a guerra. Nos Estados Unidos, a administração Bush encarregou-se de distribuir essa mensagem por meses; ela apareceu em diários de prestígio como o The New York Times, e foi repedita por jornalistas especializados, como Judith Miller (HIDALGO e BARRERO, 2012, pp. 219-220).

Vale destacar que o governo norte-americano também apelou para o contexto patriótico, no sentido de mobilizar tanto a imprensa quanto a população para a invasão. Isso porque faziam dois anos do atentado de 11 de setembro às torres gêmeas do *World Trade Center*.

Por fim, após essa grande investida midiática, o que aconteceu de resto, como diz o ditado popular, “é história”, e no dia 20 de março de 2003 uma força de coalizão internacional liderada pelos Estados Unidos invadiu o Iraque, “sob o slogan da Operação Liberdade Iraquiana” (HIDALGO E BARRERO, 2012, p. 220). Ocorre que nos meses seguintes à invasão começaram a sair na imprensa, principalmente na europeia, reportagens mostrando a fragilidade das declarações sobre as ADMs.

Em 17 de maio de 2003, Ernesto Ekaizer, um jornalista do El País sugeriu, em um texto intitulado “O Mistério das ADM”, que “seguindo um considerável número de falsos rumores, não houve o menor sinal das armas que foram brandidos como a ameaça que precisava ser eliminada por meio da guerra”. Ekaizer insiste que houve uma guerra de propaganda sobre o tema das ADM, que começou na quinta-feira, 5 de fevereiro [2003], com a entrevista coletiva de Powell. Quatro meses depois, em setembro, El País anunciou que “1.400 investigadores norte-americanos foram incapazes de encontrar evidências de armas de destruição em massa” (25 de setembro de 2003), apesar da insistência do governo espanhol pela verdade da história (HIDALGO e BARRERO, 2012, p. 222).

O experiente jornalista Bill Kovach, em uma entrevista ao repórter Ernest Ekaizer (2005), do jornal *EL PAÍS*¹⁹, observa que os grandes jornais poderiam ter checado as declarações do governo com mais vigor. No caso do *The New York Times*, ele chama a atenção para o fato dos editores do jornal não terem verificado com mais cuidado a procedência da fonte que repassava as informações sobre as ADMs à repórter Judith Miller. Segundo Kovach, se os editores fossem mais criteriosos, iriam perceber que informações dos textos de Miller não se sustentavam (EKAIZER, 2005). Para o jornalista, a falta de verificação dos jornais estava

¹⁹ "A imprensa comprou as 'nobres mentiras' de Bush". Disponível em: https://elpais.com/diario/2005/02/06/sociedad/1107644404_850215.html. Acesso em: 30.11.2020

relacionada com as relações econômicas e de poder que os veículos tinham com a administração Bush. Isso, de certa forma, pode ter viabilizado a prática do Jornalismo Declaratório.

Eles preferiram olhar para o outro lado. Os grandes jornais, que outras vezes tiveram papel crítico, decidiram, por razões políticas e econômicas, assumir uma posição de princípio: não enfrente a administração Bush na questão do Iraque. Ou se preferir, quase sempre conceda a ele, na fase de preparação para a guerra, o benefício da dúvida (EKAIZER, 2005, n.p).

Depois de todo estrago já feito pelas tropas da coalizão no Iraque, Hidalgo e Barrero (2012) ressaltam que, somente dois anos depois, em 2005, os Estados Unidos admitiram que as tais Armas de Destruição em Massa nunca existiram.

A partir do exemplo da cobertura da imprensa sobre a guerra do Iraque, podemos observar que o Jornalismo Declaratório é muito mais do que aparenta ser. Em um tipo de produção de notícias mais factual, do dia-dia, sua manifestação tende a ser naturalizada ao tratar declarações assertivas (SPONHOLZ, 2009) como verdades absolutas ou como os fatos falando por si só (MORETZSOHN, 2007) - conceitos que iremos abordar com mais profundidade nos próximos tópicos deste capítulo. Dessa forma, o JD pode estar carregado de intencionalidades, que por trás de notícias aparentemente simplórias, revelam disputas de narrativas, de poder e de imposição de ideologias hegemônicas.

Neste tópico, abordamos algumas definições e exemplos do Jornalismo Declaratório na imprensa regional, brasileira e internacional. Adiante, iremos tensionar o JD com as perspectivas de fatos e objetividade e Fetiche da Velocidade (MORETZSOHN, 2002). Entendemos que essas questões nos ajudam a continuar nessa caminhada epistemológica sobre esse fenômeno na construção das notícias.

2.2 Declarações versus fatos: o declaratório e o oficialismo

Declarações, fatos e oficialismo. No Jornalismo, esses termos tendem a se misturar. Nesse contexto, uma declaração pode funcionar como um fato e o mesmo se aplica à versão de uma fonte oficial sobre determinado acontecimento. Fatos jornalísticos, então, podem ser declarações e acontecimentos em si (SPONHOLZ, 2009), interpretações preexistentes (RANCIÈRE, 2004), construção social e conhecimento (GENRO FILHO, 2012), podem ser naturalizados (MORETZSOHN, 2007) e produzidos por meio de pseudoeventos (GOMIS, 2005) e pseudofatos (CHAGAS, 2020a).

Via de regra, quando se fala em Jornalismo Declaratório, a tendência é reduzi-lo a só

um tipo de declaração, normalmente de viés nocivo, com a intenção de prejudicar alguém. Mas Sponholz (2009) esclarece que as matérias podem ficar suscetíveis a diferentes tipos de declarações. Em especial, ela destaca três: “as descritivas, as diretivas e as expressivas ou declarativas” (SPONHOLZ, 2009, p. 22). Entendemos que os tipos de declarações são um ponto de partida para caracterizarmos melhor o JD na construção das notícias. Vamos a cada uma delas.

Começando pelas *descritivas* (ou *assertivas*). Conforme a autora, são as declarações que têm a “pretensão de verdade” (SPONHOLZ, 2009, p. 22). Ela ressalta que esse é um tipo de afirmação que busca uma correlação com a realidade, a partir da descrição do mundo exterior. Essas declarações são possíveis de serem verificadas ou checadas *in loco*, empiricamente.

Consequentemente, a única forma de refutar a declaração “A casa está pegando fogo” é através de verificação, e não de argumentação (cf. Habermas, 1981 I: 69). Já a frase “João pretende apagar o fogo” ou “João é um bom bombeiro” não são verificáveis, mas podem ser submetidas a um processo de argumentação (SPONHOLZ, 2009, p. 22).

Sponholz (2009), no entanto, pondera que, embora uma declaração descritiva tenha a pretensão de verdade, justamente pela característica de descrever o mundo exterior, não quer dizer que necessariamente ela diz a verdade: “É importante ressaltar que uma declaração descritiva não é per se verdadeira, ou seja, nem sempre corresponde à realidade. Para tomar isto claro, a declaração ‘A casa está pegando fogo’ pode ser falsa” (SPONHOLZ, 2009, p. 24).

Já as declarações *diretivas*, segundo a autora, são aquelas relacionadas à “correção de decisões práticas, dos conselhos ou orientações de ação”; e as *expressivas* ou *declarativas* dizem respeito à “veracidade ou sinceridade das expressões”. A autora observa que esses dois tipos de declarações entram num campo mais subjetivo, não verificável empiricamente, como as declarações *descritivas*. Mas ela pondera que elas podem ser submetidas a um processo de argumentação, a exemplo de frases como “João é um bom bombeiro” (SPONHOLZ, 2009, p. 23).

Essas declarações são encontradas facilmente no corpus de análise dessa pesquisa. Muitas delas são declarações descritivas, porque, numa campanha eleitoral - que envolve o nosso objeto de investigação - os candidatos e seus assessores querem passar ao eleitor essa pretensão de verdade.

Durante o segundo turno da eleição à prefeitura de Cuiabá, o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB), candidato à reeleição, declarou à imprensa que o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) havia anulado uma decisão que mantinha seu secretário de Saúde, Antônio Possas de Carvalho, afastado do cargo, por indícios de corrupção.

Sobre a questão, o site *MidiaNews* - analisado nesta pesquisa - reproduziu a seguinte declaração do prefeito: “*Ele merece [voltar ao cargo de secretário] por uma questão de Justiça. O que tripudiaram em cima dele, o que arreventaram com a honra e com a moral. Um advogado que durante 40 anos viveu dos seus bens e seus patrimônios, não é [sic] justo*”, afirmou o prefeito²⁰.

Na mesma matéria, foram colocadas as seguintes aspas do advogado do prefeito, Francisco Faiad: “*Foram revogadas todas as cautelares como afastamento do cargo, recolhimento do celular e a proibição de ocupar cargos públicos*”.

O site *Olhar Direto*²¹ também reproduziu a declaração do prefeito, em uma cobertura feita em tempo real do debate: “*Ontem, a terceira câmara do TJ anulou a operação que afastou o secretário Luis Possas de Carvalho. Isso mostra que somos probo*”²².

A declaração foi dita pelo prefeito e seu advogado a vários veículos de imprensa (principalmente aos sites de notícias) no final da manhã do dia 27 de novembro de 2020, durante e após o debate televisivo envolvendo os candidatos à prefeitura de Cuiabá, promovido pela TV Vila Real (Canal 10), do Grupo Gazeta de Comunicação (afiliada da Record TV em Mato Grosso).

Não apenas o *MidiaNews* e o *Olhar Direto*, mas outros veículos da imprensa hegemônica na Capital também criaram um fato em cima da fala do prefeito e o transformaram em notícia²³.

No entanto, no início da tarde do mesmo dia, a movimentação do processo, no sistema do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, desmentiu a declaração do prefeito ao informar que o

²⁰ **Faiad diz que TJ anulou decisão que afastou ex-secretário de Saúde.** Disponível em: <https://www.midianews.com.br/politica/faiad-diz-que-tj-anulou-decisao-que-afastou-ex-secretario-de-saude/388974>. Acesso em 18.02.2021.

²¹ O site *Olhar Direto* é um veículo digital da imprensa hegemônica local, com sede em Cuiabá, capital de Mato Grosso. Ele também é pioneiro em webjornalismo no Estado, sendo fundado em 2002, ou seja: apenas três anos depois do *MidiaNews*, nosso objeto de investigação. Também possui forte cobertura de bastidor político e, juntamente com o *MidiaNews*, está entre os mais acessados do Estado. Disponível em: <https://olhardireto.com.br/olhar-direto/index.asp?id=3&item=quem-somos>. Acesso em: 19.06.2022.

²² **“Fantasma”, “corrupto” e “lixo”: debate entre Abílio e Emanuel tem ofensas e bate-boca fora do ar; veja como foi.** Disponível em: <https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=479214&edt=33¬icia=fantasma-corrupto-e-lixo-debate-entre-abilio-e-emanuel-tem-ofensas-e-bate-boca-fora-do-ar-veja-como-foi&edicao=58>. Acesso em 18.02.2021.

²³ Alguns dos sites de notícias mais acessados de Mato Grosso, como o Reporter MT (encurtador.com.br/eWZ78) e o RD News (encurtador.com.br/uOVZ1) também fizeram matérias sobre a declaração falsa do prefeito. Mas há de se ressaltar que nem todos os sites seguiram esse efeito manada, e optaram por apurar melhor a informação do que fazer uma matéria baseada apenas na declaração do prefeito.

juízo do caso ainda não estava concluído²⁴. Ou seja, o secretário de Saúde ainda permanecia afastado do cargo.

O *Olhar Direto* tentou consertar a “informação” ao fazer outra matéria, mais contextualizada sobre o assunto, no final da tarde. Mesmo assim, o texto, de certa forma, continuava a reforçar a declaração equivocada do prefeito²⁵. Já o *MidiaNews* nem se deu ao trabalho de fazer qualquer reparo em relação à primeira notícia publicada.

Ocorre que na semana seguinte, no dia 4 de dezembro de 2020, o TJMT concluiu o julgamento, e os desembargadores da corte decidiram manter o secretário de Saúde afastado de suas funções na prefeitura²⁶. Nenhum veículo envolvido nessa cobertura reconheceu a falha de modo mais explícito, ao produzir matérias meramente baseadas nas declarações dos envolvidos. O *MidiaNews*, por exemplo, ao divulgar que o secretário continuava afastado, fez uma breve contextualização ao mencionar a declaração que o prefeito havia dado na matéria anterior, defendendo a inocência de Possas.

Na última quarta-feira (25) [de novembro de 2020], o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) e do [sic] advogado Francisco Faiad chegaram a declarar que o TJ havia anulado o afastamento. O Tribunal, no entanto, negou a versão afirmando que o julgamento do processo não havia sido concluído por conta de um pedido de vista do desembargador Juvenal Pereira. Na ocasião, o relator, juiz convocado Francisco Alexandre Mendes Neto votou a favor do HC. Nesta sexta, Juvenal proferiu voto divergente e foi acompanhado pelo desembargador Rondon Bassil Dower Filho²⁷.

Percebe-se que, na contextualização, ocorre um reforço do declaratório ao dar a ele o mesmo peso de valor em relação à informação correta, neste caso, o TJMT não havia concedido o *habeas corpus* ao secretário. Para Sponholz (2021), quando isso ocorre, o jornalismo perde o seu poder de mediação e de produtor de conhecimento, ao permitir que informações notadamente falsas tenham espaço na esfera pública. Ela é taxativa ao dizer que o jornalismo deve contrapor efetivamente essas declarações, no sentido de restabelecer a verdade inscrita

²⁴ **Emanuel diz que Possas merece voltar à prefeitura, mesmo sem decisão do TJ.** Disponível em: <https://www.rdnews.com.br/eleicoes-2020/emanuel-diz-que-possas-merece-voltar-a-prefeitura-mesmo-sem-decisao-do-tj/137000>. Acesso em 18.02.2021.

²⁵ **Emanuel planeja retorno de Possas de Carvalho para staff na secretaria de Governo.** Disponível em: <https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=479244¬icia=emanuel-planeja-retorno-de-possas-de-carvalho-para-staff-na-secretaria-de-governo&edicao=2>. Acesso em 18.02.2021.

²⁶ **TJ nega recurso e mantém afastamento de ex-secretário de Saúde.** Disponível em: <https://www.midianews.com.br/judiciario/tj-nega-recurso-e-mantem-afastamento-de-ex-secretario-de-saude/389474>. Acesso em 18.02.2021.

²⁷ **TJ nega recurso e mantém afastamento de ex-secretário de Saúde.** Disponível em: <https://www.midianews.com.br/judiciario/tj-nega-recurso-e-mantem-afastamento-de-ex-secretario-de-saude/389474>. Acesso em 14.03.2022.

nos fatos. Em muitos casos, na opinião dela, tais declarações sequer merecem ser veiculadas pela imprensa.

Quando nós questionamos uma declaração, nós reconhecemos a sua pretensão de validade, independente de concordarmos ou não. Se alguém faz uma declaração factual e a gente vai discutir essa declaração, a gente automaticamente está dizendo que essa declaração é discutível, que ela deve ser levada a sério. E, ao discutir algo, nós transformamos essa declaração em uma opinião entre outras, em uma possibilidade entre outras, ou seja: problematizar legítima, indiferente de nós concordarmos ou não com a declaração²⁸.

No caso em questão, a declaração do advogado do prefeito: “*Foram revogadas todas as cautelares como afastamento do cargo, recolhimento do celular e a proibição de ocupar cargos públicos*” foi tomada como um fato pelos veículos de comunicação. Se essa não era a intenção, pelo menos essa foi a impressão deixada por esses sites, já que a fala foi o principal gancho das notícias, sem que houvesse outras informações para contextualizar ou até mesmo para contrapor a declaração. E foi tomada como fato, principalmente se pensarmos neste termo sob o ponto de vista ontológico (o acontecimento em si).

Ainda no segundo turno, quando a disputa à prefeitura da capital se polariza entre Emanuel Pinheiro (MDB) e Abílio Júnior (Podemos), o *MidiaNews* reproduz uma declaração de Abílio que chama a gestão do atual prefeito de corrupta. No texto, o candidato da oposição destaca que suas declarações “são baseadas em fatos”:

As minhas críticas são contra os mal [sic] feitos, de uma gestão corrupta, de uma conduta imoral, que é motivo de vergonha nacional. São críticas baseadas em verdades, em fatos. Da realidade que Cuiabá conhece muito bem e nenhuma propaganda eleitoral vai conseguir desmentir (MIDIANEWS, 2020, s/n)²⁹.

Aqui ocorre o que Sponholz (2009) chama de imprecisão da linguagem, já que o fato é visto aqui como algo inevitável, óbvio e sem contraponto. Só que muitas das acusações que Abílio fez contra Emanuel foram baseadas em declarações assertivas - aquela com a qual se tem a pretensão de verdade, mas que não necessariamente corresponde à realidade -. Durante a campanha – e principalmente fora dela, no tempo em que atuou como vereador de oposição –, Abílio constantemente fazia declarações sobre a prefeitura “ser um cabide de emprego”, cujos cargos das secretarias eram loteados para atender aos interesses do grupo político do prefeito.

²⁸ A professora Liriam Sponholz aborda esse assunto em palestra magna proferida aos alunos da PUC de Goiás. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y5d2h0tgoWM&list=PLnygXqKtysYx2eSEaY1MDo-AwthJXhgLf&index=12&t=3756s>. Acesso em 13.04.2021.

²⁹ **Abílio acusa Emanuel de espalhar fake news: “Não seja covarde”**. Disponível em: <https://www.midianews.com.br/politica/abilio-acusa-emanuel-de-espalhar-fake-news-nao-seja-covarde/388644>. Acesso em 03.02.2022.

Ele chegou até a apresentar um dossiê sobre o assunto³⁰. No entanto, a imprensa de um modo geral, principalmente os sites de notícias, produziram matérias com base nas declarações de Abílio sobre o conteúdo do dossiê, ou seja: os veículos não verificaram a veracidade das acusações do documento em si. Esse tipo de prática se aproxima do conceito de Reportagem Sobre Investigação (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003), em que o veículo produz matéria sobre uma investigação em andamento feita por outro agente ou órgão de fiscalização. Nestes casos, o veículo abre mão de fazer sua própria investigação.

Nesse sentido, Sponholz (2009) explica que os fatos podem ser encarados de diferentes formas, mas principalmente como uma declaração ou como um acontecimento. Em fatos como acontecimentos, busca-se o significado original da palavra que vem do latim *factum*, participípio do verbo *facere*, ou seja, algo que realmente aconteceu, que está presente no mundo (SPONHOLZ, 2009, p.23), é o fato abordado em sua perspectiva ontológica (coisas que existem, independentemente das relações sociais). O que é bem diferente de encarar um fato como uma proposição, que seria uma declaração com pretensão de realidade, em que as pessoas podem tomar isso como uma verdade. Sponholz explica que essas duas visões sobre o que é um fato não podem coexistir: “Ou um fato é o que aconteceu, ou é um tipo de declaração com a qual se conta o que aconteceu. Ser ambos ao mesmo tempo não é possível” (SPONHOLZ, 2009, p.23).

Pegando esses dois exemplos (o caso do secretário de Saúde de Cuiabá e as acusações de Abílio contra o prefeito), tanto um como o outro, enquadram-se como declarações tomadas como fatos. E nesse sentido, como diz Sponholz (2009, p. 22), é preciso complementar o velho ditado de que “contra fatos não há argumentos”, pois no jornalismo a regra precisa ser: “contra fatos só há a possibilidade de verificação”.

No jornalismo há uma tendência de achar que uma declaração factual é um fato. ‘A prefeitura inaugurou 30 escolas’. Isso não é um fato. Isso é uma declaração factual. Se eu não verificar, se o governo de fato não inaugurou, não é um fato. É um tipo de declaração. Há diversas formas de “transformar” essa declaração num fato, por exemplo: a pessoa que diz, o formato da mensagem; o título, as fotos, o texto é escrito com lide, isso é um fato, não é um fato, é um formato, é uma declaração factual, se é um fato ou não eu vou ter que verificar. Quando a gente consome mídia, a gente tem que ter isso em

³⁰ Aqui é feita uma Reportagem Sobre Investigação (KOVACH E ROSENSTIEL, 2003), em que o veículo produz matéria sobre uma investigação em andamento feita por outro agente ou órgão de fiscalização. Nestes casos, o veículo abre mão de fazer sua própria investigação. Além disso, na matéria em questão, todo o texto é feito em cima da declaração de Abílio sobre o dossiê, ou seja: o veículo não verificou a veracidade das acusações do documento em si. **Abílio: Saúde é "cabide" para aliados de deputados e vereadores**. Disponível em: <https://www.midianews.com.br/politica/abilio-saude-e-cabide-para-indicados-de-deputados-e-veredores/37022>. Acesso em 13.04.6.2021.

mente. Isso é só uma declaração que tem a pretensão de ser verdadeira. Se ela é verdadeira ou não, eu como leitor vou fixar em determinados critérios: quem é que está dizendo isso? Em qual meio que está dizendo isso? Outras fontes disso... Enquanto jornalista, eu vou checar. Eu vou verificar³¹.

Ocorre então que na imprensa, em muitas situações, gasta-se energia reproduzindo essas declarações imprecisas ou até mesmo falsas. Depois, quando se percebe que as informações não procediam, gasta-se ainda mais tempo para repará-las. Oliveira (2018), ao citar artigo do jornalista Reinaldo Azevedo³², detalha como essa lógica funciona:

Começa pelo jornalismo declaratório. O jornalista publica uma matéria no veículo de comunicação. Depois, a partir dessa declaração, passa a dar voz ao outro lado, que nega a declaração que foi dada anteriormente. Diante disso, o jornalista publica que “Fulano não quis comentar o assunto” ou que “a assessoria disse que não pode informar nada a respeito”. No final, ainda envolve o “jornalismo investigativo”, pois outros jornalistas passam a apurar essas declarações, dando, por fim, um parecer mais preciso para algo que nasceu do jornalismo declaratório. Em muitos casos tudo acaba por tomar tempo dos jornalistas e não servir ao interesse público (OLIVEIRA, 2018, p. 31).

Quem tem tomado muito tempo da imprensa nesse sentido é o presidente Jair Bolsonaro, com suas declarações falsas e equivocadas que têm pautado o noticiário nacional, afinal de contas, ele é o presidente, e o que ele fala tem um grande potencial de virar notícia de se transformar em fatos ou pseudofatos (CHAGAS, 2020b).

Henriques (2020) observou bem esse movimento ao analisar como o Jornal O Globo repercutiu as primeiras declarações de Bolsonaro sobre a pandemia do novo coronavírus. Uma das que mais chamou atenção ocorreu no final de março de 2020, quando os casos de infecção começavam a ficar mais numerosos no Brasil. Mesmo diante do alto poder de disseminação do vírus, o Governo Federal emitiu um decreto liberando o funcionamento das casas lotéricas em todo país, como serviço essencial. Ao justificar a medida, Bolsonaro disse que o vidro que separa os atendentes do público era blindado e que por isso a covid-19 não poderia transpassá-lo: “Agora, pelo amor de Deus, fechar casa lotérica? Pelo amor de Deus, fechar casa lotérica... Inclusive, o cara que trabalha na lotérica tem um vidro blindado. Não vai passar o vírus ali. O

³¹ A professora Liriam Sponholz aborda esse assunto em palestra magna proferida aos alunos da PUC de Goiás. O trecho destacado nesta pesquisa encontra-se a partir do minuto 1:06:46. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y5d2h0tgoWM&list=PLnygXqKtysYx2eSEaY1MDo-AwthJXhgLf&index=12&t=3756s>. Acesso em 13.04.2021.

³² **O jornalismo e a arte de transar com rinocerontes.** Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-jornalismo-e-a-arte-de-transar-com-rinocerontes/>. Acesso: 07.02.2021

vidro é blindado, não vai passar, ele trabalha no lado de cá³³”.

Henriques (2020) destaca que essa informação correu imprensa afora, pautando uma série de veículos nacionais e influenciando a percepção da opinião pública sobre a gravidade do vírus. O autor observou ainda que muitas dessas notícias, principalmente as de *O Globo*, analisadas por ele, tomaram aquela informação como um fato (ou um pseudofato, se preferirmos) sem nenhum tipo de contraponto.

É capaz – levando em conta a alta popularidade do presidente à época – que milhares de brasileiros deram crédito à declaração de Bolsonaro comparando um vírus altamente contagioso a um projétil de bala a ser parado por vidro blindado. Uma comparação surreal que fez muita gente relativizar a gravidade da pandemia, se aglomerar por aí e fazer pouco caso das normas sanitárias e de distanciamento social. Resultado: muitas dessas declarações negacionistas do presidente – repercutidas pela imprensa sem a devida apuração – contribuíram para o Brasil ser a segunda nação do mundo com maior número de mortes por coronavírus, perdendo apenas para os Estados Unidos³⁴.

A partir desses dois exemplos - um local e outro nacional - de matérias baseadas no declaratório, é de se perguntar que tipo de reconstrução da realidade e produção de conhecimento a imprensa está gerando a partir dessas declarações.

2.3 Ritualização e naturalização dos fatos pelas declarações

Sylvia Moretsohn (2007) observa que, da metade do século XIX, e início do século XX os jornalistas começaram a mudar suas percepções quanto ao que seriam objetividade e o fato na cobertura dos acontecimentos.

Antes havia um "empirismo ingênuo", em que os profissionais acreditavam na possibilidade de separar os fatos da opinião: "fatos como afirmações acima das influências de qualquer preferência individual e valores como opções pessoais quanto ao que o mundo deveria ser, consideradas em sua subjetividade e por isso sem legitimação em relação a outras pessoas" (MORETZSOHN, 2007, p. 190).

Mas a autora observa que a partir das experiências de cobertura da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os jornalistas perceberam as manipulações de certos grupos econômicos

³³ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-diz-que-coronavirus-nao-passara-em-lotericas-porque-vidro-blindado-1-24331311>. Acesso em 07.02.2021

³⁴ Disponível: <https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419>. Acesso: 0702.2021.

e políticos, interessados em impor suas narrativas nas páginas de jornais e influenciar a opinião pública. Isso, com muita influência das relações públicas, (as atuais assessorias de imprensa) que construíam todo o suporte de propaganda para viabilizar as ideias desses grupos. Dessa forma, os repórteres perceberam que o que eles acreditavam relatar como fatos crus, muitas vezes se tratavam de fatos construídos para atender determinados interesses.

Então, esse empirismo ingênuo foi deixado de lado, depois da Primeira Guerra, e os profissionais passaram a buscar a legitimidade dos fatos, e não apenas reproduzi-los, a partir das fontes e narrativas mais convenientes e próximas da informação. Dessa forma, Moretzsohn (2007) ressalta que esse empirismo foi:

[...] superado por outra perspectiva, segundo a qual a "objetividade" significava uma concepção de mundo confiável desde que subordinada a regras estabelecidas por uma comunidade profissional. Os fatos, então, deixavam de ser expressões da realidade, tornavam-se afirmações válidas sobre ela (MORETZSOHN, 2007, p. 190).

Já Adelmo Genro Filho (2012) entende que os fatos, a realidade histórica-social, são construídos a partir de um processo dialético entre sujeitos e objetos, entre objetividade e subjetividade. Essas forças atuam de modo sinérgico, influenciando e alterando umas às outras, de modo a dar significação aos fenômenos e à construção social da realidade. Ou seja, ao mesmo tempo em que o ser humano é influenciado pela objetividade e pelos fatos, ele também influencia esses fenômenos tanto objetivamente como subjetivamente.

Ele destaca que o conhecimento científico, por exemplo, é gerado a partir desse processo, das relações dos sujeitos-históricos com o mundo. Porque no jornalismo, na construção da notícia e dos fatos inseridos nela seria diferente? “Isso significa que o conhecimento sobre a realidade histórico-social é sempre comprometido politicamente, pois ele se configura solidário com certas possibilidades do real e adversário de outras” (GENRO FILHO, 2012, p. 196).

Essa construção social do fato também encontra terreno fértil nas teorias de Michel Foucault (2014) sobre “Poder” e a “Ordem do Discurso”. “A Vontade de Verdade”, segundo o autor, seria um mecanismo do discurso em que se busca fundamentar o argumento. São princípios, racionalidades para justificar certas práticas e condutas, para dizer o que é certo e o que é errado. Sendo assim, uma declaração pode ser uma “Vontade de Verdade”, que, por sua vez, pode se tornar um fato, não do ponto de vista ontológico, mas um fato construído socialmente a partir de declarações descritivas (SEARLE, 1995; SPONHOLZ, 2009).

Esse foi um tipo de procedimento para justificar, por exemplo, a reforma da previdência no Brasil, aprovada pelo Congresso Nacional, em outubro de 2019. Neste caso, o Governo

Federal e a elite empresarial usaram os dogmas do liberalismo, da austeridade, para fundamentar suas vontades de verdade e, a partir disso, criar uma narrativa, um fato de que se a reforma não fosse feita “o país iria quebrar”. Uma narrativa, por sinal, comprada pelos principais veículos de comunicação do país, como aponta o estudo de Campos e Araújo (2020)³⁵.

(...) creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção. (...) Penso, igualmente, na maneira como as práticas econômicas, codificadas como preceitos ou receitas, eventualmente como moral, procuram, desde o século XVI, fundamentar-se, racionalizar-se e justificar-se a partir de uma teoria das riquezas e da produção (FOUCAULT, 2014, p.18).

Fatos também podem ser interpretações preexistentes, produzidas pelo que Rancière (2004) chama de “máquina social de produção da informação”. Essa máquina alimenta e é alimentada pela mídia, reforçando ideias e preconceitos do senso comum, dentro dessa lógica do “jornalismo burguês”, já destacada aqui por Genro Filho (2012).

O autor ilustra a ideia em um artigo publicado no Jornal *Folha de S. Paulo*, em que analisa o comportamento da mídia diante de uma denúncia de uma jovem francesa, com seu filho de colo, que teria sido agredida e assaltada por um grupo de jovens magrebinos e negros em um trem, na região suburbana de Paris³⁶.

O caso provocou revolta na opinião pública e movimentou o noticiário com análises de sociólogos e políticos que tentavam explicar tanto o comportamento daqueles jovens como o dos outros passageiros, que teriam assistido as agressões inertes, sem que ninguém tivesse a coragem de ajudar a moça. Mais tarde, no entanto, com a devida apuração da polícia, ficou comprovado que a jovem estava mentindo. Não houve nenhum tipo de agressão ou assalto. O que havia, na verdade, era uma moça irritada com o término de uma relação, querendo chamar

³⁵ No estudo, Campos e Araújo (2020) fazem uma análise de 20 editoriais (10 de cada periódico) de dois dos principais jornais da imprensa hegemônica do país: *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* (Estadão). A partir da Análise de Enquadramento dos textos, os dividindo em categorias como: a definição de um problema; a identificação de suas causas; a elaboração de julgamento morais; e a sugestão de soluções para o problema, os pesquisadores concluíram que as duas empresas jornalísticas defenderam a reforma da previdência a partir da cartilha liberal: "Com efeito, os enquadramentos identificados nos editoriais permitem perceber uma crítica contundente ao Estado de bem-estar social ao lado do enaltecimento de modelos de economia neoliberais". (CAMPOS e ARAÚJO, p. 112, 2020). **Enquadramentos da Reforma da Previdência: uma análise de editoriais dos jornais O Globo e O Estado de S. Paulo sobre a PEC 287**. Disponível em: <<http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/294/262>>. Acesso em 19.03.2022.

³⁶ **As novas razões da mentira**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2208200403.htm>. Acesso em: 03.02.2022.

a atenção do namorado.

Rancière (2004) destaca que o relato da jovem teve uma aceitação imediata de boa parte da opinião pública porque foi baseado em interpretações que já existiam sobre aqueles jovens imigrantes dentro da sociedade francesa. Um estereótipo reforçado pelo noticiário policial quase sempre vinculando os corpos negros à violência, ao crime e à periferia. Ou seja, os fatos já estavam construídos a partir dessa preexistência de uma suposta realidade. Neste caso, eles independem de imagens para existir:

A invenção "individual" dessa agressão racista era possível e plausível porque o acontecimento era, de certo modo, esperado pela máquina social de fabricação e de interpretação dos acontecimentos. Precisemos as coisas. Não se trata de dizer, como alguns críticos da mídia, que a tela de TV torna a realidade e o simulacro equivalentes e que os acontecimentos não têm mais necessidade de existir de verdade porque suas imagens existem sem eles. Não importa o que digam esses críticos, não é a imagem que constitui o núcleo do poder midiático e de sua utilização pelos poderes. O núcleo da máquina de informação é, mais exatamente, a interpretação. Tem-se necessidade de acontecimentos, mesmo falsos, porque suas interpretações já estão aí, porque elas preexistem e chamam esses acontecimentos. Do fato de nenhuma testemunha ter-se manifestado, nenhum comentador pensou em tirar a conclusão mais simples: se nenhuma testemunha do acontecimento fez alguma coisa, é talvez porque nada havia a fazer, é porque o acontecimento não ocorrera. O que é insuportável aos olhos do jornalista moralista é, na verdade, a idéia mesma de que nada tenha se passado, é a falta de acontecimentos. A interpretação deve então funcionar pelo avesso: se não há testemunha, é porque as testemunhas se mostraram covardes (RANCIÈRE, 2004, n.p).

Moretzsohn (2007) observa que a angústia pela produção de notícias, também contribui para essa máquina social de produção da informação, pensada por Racière (2004). Com isso vem a "naturalização dos fatos". Ela cita exemplos de cobertura de guerras, em que repórteres e cinegrafistas, habitualmente pressionados pelas rotinas das redações, forçam a barra para entregar alguma coisa a seus editores. Mesmo que essa coisa seja um fato forçado, mas que aparece na TV de maneira natural.

Em cenários de guerra, as movimentações em trincheiras, os disparos e tantas outras ações para exclusivo benefício das câmeras de TV são cenas mais corriqueira do que se imagina, como indicam os relatos colhidos por Rodrigues dos Santos (2002b), e fornecem um exemplo particularmente eloquente do irracionalismo jornalístico a serviço do capital, pois o investimento no aparato tecnológico deslocado para a região de conflito precisa dar retorno, e então só repórteres entram ao vivo apenas com comentários genéricos - pois o que importa é menos o que eles vão dizer, e sim a demonstração de que "estão lá" (...) (MORETZSHON, 2007, p. 206).

Em seu livro "Pensando Contra os Fatos", a autora destaca o relato do premiado jornalista português, Carlos Fino, especialista em cobertura de guerras. Em 2001, quando havia um impasse se a guerra no Afeganistão de fato ocorreria ou não, o repórter comentou a respeito dos "simulacros de ação" que a imprensa produziu junto com as tropas, tanto para atender aos interesses político-militares, que buscava a aceitação da opinião pública sobre a guerra, quanto para acalmar a ânsia das redações por qualquer tipo de notícia.

Durante muito tempo, a partir de outubro, novembro, não se estava a passar nada, havia um completo impasse na frente de batalha, apenas tiros esporádicos, mas havia uma espécie de visita guiada à frente de batalha. (...) E quando se chega à frente de batalha os caras estão lá sem fazer nada porque não há batalha, há um impasse há meses, e os caras dizem, ah, são repórteres, querem aquela corridinha de costume pela trincheira, e nós fazemos um vivo junto à trincheira, grande repórter de guerra! E eles atirando, não é? dão uns tiros, pra ser mais real (FINO apud MORETZSOHN, 2007, p. 207)

Diante dessa situação, Moretzsohn (2007, p. 208) conclui que os fatos jornalísticos estão atrelados a essa máquina da informação "que os produz ou enquadra". Tudo isso, conforme a autora, leva a uma "naturalização dos fatos", como que se as situações ali postas seguissem uma sequência natural dos acontecimentos, uma espécie de espelhamento da realidade.

Assim, de acordo com a autora (2007), "subverte-se o ideal de esclarecimento a pretexto de oferecer elementos que o público forme a sua opinião, o jornalismo apresenta elementos que se enquadram numa 'opinião' já formada" (MORETZSOHN, 2007, p. 208). Isso vai ao encontro da ideia de jornalismo burguês da qual Genro Filho (2012) fala, em que as notícias são produzidas para atender o *status quo* dos interesses do sistema capitalista e das classes dominantes. Dessa forma, esses fatos soam como que naturais para o senso comum, e isso também se abate nas classes sociais mais pobres, que tendem a decodificar esses "acontecimentos" numa perspectiva mais conservadora e favorável às elites: "Assim, a 'notícia crítica', que apanha os fatos numa perspectiva revolucionária, constitui a singularidade como algo que transborda sua relação meramente funcional com a reprodução da sociedade" (GENRO FILHO, 2012, p. 198).

Ainda seguindo essa linha de raciocínio, Moretzshon entende que os fatos "tais quais são" estão permeados de mediações, que o processo de comunicação oculta, e será difícil aceitar que essa mistificação, na origem do processo, possa vir a esclarecer o que quer que seja. O jornalismo estaria aí definitivamente preso ao senso comum, corrompendo seu papel de mediador (MORETZSOHN, 2007, p. 209).

2.4 Noções de objetividade e Jornalismo Declaratório

Quando se discute o conceito de objetividade no contexto jornalístico é preciso ter uma coisa em mente: afinal de contas, estamos falando de objetividade, sob qual ou quais perspectivas, já que se trata de um conceito polissêmico e muito disputado. Dependendo do ponto de vista, objetividade pode ser reproduzir fielmente às declarações das fontes ou ser equilibrado, dando o mesmo peso para versões antagônicas numa matéria. Pode ser também a “correlação entre a realidade social e a realidade midiática” (SPONHOLZ, 2009, p. 11); ou, o resultado das interpretações dos jornalistas sobre os fatos do mundo (GENRO FILHO, 2012). Ela pode ser mais ontológica ou mais epistemológica ou mais metodológica. Pode ser, inclusive, a junção dessas três dimensões. O conceito é central para o jornalismo e também pode nos ajudar a pensar na operacionalização do Jornalismo Declaratório.

Neste tópico, vamos abordar quatro noções de objetividade, que ajudam na reflexão do nosso problema: o *Ritual Estratégico* (TUCHMAN, 1993), o *Intersubjetivismo* (SPONHOLZ, 2009) e a *Dialética* (GENRO FILHO, 2012). A primeira noção se estrutura apenas na dimensão metodológica; enquanto que as outras duas possuem as três dimensões estruturadas (ontológica, epistemológica e metodológica). Também vamos abordar uma quarta noção de objetividade, que se encaixa mais como uma proposta. Trata-se da sistematização de um método objetivo de investigação jornalística, pautado pela *Disciplina da Verificação* (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003). A premissa foi pensada pelo jornalista norte-americano Walter Lippmann, no início do século XX, num tempo em que os repórteres começavam a se preocupar em cobrir os acontecimentos, a partir de suas próprias investigações e não somente pautados pelas declarações das autoridades. No século XXI, em um contexto de crise de credibilidade do jornalismo (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003; PERAÇA VITÓRIA, 2021), a proposta está mais atual do que nunca.

Ontologia e epistemologia são áreas filosóficas importantes para o aprofundamento do conceito de objetividade jornalística. Ontologia, etimologicamente falando, é uma palavra que vem do grego, dos termos *onto* (ser) e *logos* (estudo ou discurso). Então, trata-se do estudo das coisas que existem (MUSSATO, 2018). Epistemologia também é uma palavra derivada de dois termos gregos, *epistème* (conhecimento) e *logos* (discurso). Essa área, por sua vez, faz uma investigação filosófica da natureza: o que é conhecimento, o que provê conhecimento e os limites do conhecimento (MUSSATO, 2018).

Já o método pode ser entendido como “uma série de ações ou decisões planejadas e adotadas conscientemente para alcançar um determinado objetivo” (SPONHOLZ, 2009, p.

118). Essas ações, conforme a autora, não são tomadas automaticamente, “e representam uma escolha entre possibilidades diferentes” (idem). Nesse sentido, Sponholz (2009) destaca que fazem parte do método jornalístico procedimentos como: escolher os temas, enquadrá-los, selecionar as fontes, e formular perguntas para as mesmas.

As decisões tomadas também não são arbitrárias, pois levam a um determinado objetivo, que pode ser resumido como a mediação de informações atuais, relevantes e concordantes com a realidade. As fontes escolhidas precisam estar relacionadas com aquilo que o jornalista quer descobrir, ou seja, os informantes precisam ser adequados para fornecer as informações que ele precisa. Pode-se, portanto, afirmar que existe um método jornalístico (SPONHOLZ, 2003, p. 122-123).

Na primeira noção de objetividade que iremos abordar, o *Ritual Estratégico*, não há uma preocupação com as dimensões ontológica e epistemológica, pois o foco aqui é em procedimentos metodológicos que os jornalistas utilizam para dizer que foram objetivos na produção das matérias: “O método jornalístico é o resultado de um ritual estratégico que reivindica a objetividade e determina uma série de procedimentos que visam a salvaguardar os jornalistas das pressões profissionais e eventuais processos judiciais”³⁷ (HENRIQUES, 2021, p. 2).

Trata-se de uma das noções mais conhecidas de objetividade – dentro dos estudos científicos sobre os fenômenos comunicacionais – sendo muito aplicada na produção das notícias. O termo foi criado pela socióloga Gaye Tuchman, que na década de 1970, durante dois anos, fez uma intensa pesquisa para saber como funcionavam as rotinas produtivas de dois jornais diários dos Estados Unidos. A partir de uma etnografia nessas redações, ela concluiu que os repórteres usavam a objetividade de maneira defensiva, para evitarem, por exemplo, críticas vindas dos leitores e processos judiciais de alguma fonte, que eventualmente se incomodasse com a matéria.

Daria a impressão de que os procedimentos noticiosos exemplificados como atributos formais das notícias em jornais são, efetivamente, estratégias através das quais os jornalistas se protegem dos críticos e reivindicam, de forma profissional, a objetividade, especialmente porque a sua experiência profissional não é suficientemente respeitada pelos leitores e pode até ser alvo de críticas (TUCHMAN, 1993, p. 89).

Os procedimentos formais a que Tuchman (1993) se refere seriam atributos incorporados às notícias como o uso de aspas, para os jornalistas dizerem que não estão

³⁷ A partir de uma revisão bibliográfica, o autor (2021) cria um quadro no qual ele descreve as dimensões ontológicas, epistemológicas e metodológicas de quatro noções de Objetividade. Além das três já citadas neste trabalho, ele acrescenta a noção do *Realismo*. Essas noções se estruturam a partir dessas três dimensões, no entanto, atacam o problema da objetividade jornalística, cada uma a seu modo.

emitindo opinião; e “ouvir os dois lados”, como forma de apresentar versões diferentes de um mesmo fato. De acordo com a autora (1993), tratam-se de atributos com os quais os jornalistas reivindicam a sua objetividade. Com esses recursos inseridos no texto, há uma sensação de que a objetividade foi alcançada pelos profissionais, o que, não passa de uma falsa percepção da realidade.

Embora esses procedimentos possam fornecer provas demonstráveis de uma tentativa de atingir a objetividade, não se pode dizer que a consigam alcançar. De fato, tem sido sugerido que esses procedimentos 1) constituem um convite à percepção seletiva, 2) insistem erradamente na ideia de que os fatos falam por si, 3) são limitados pela política editorial de uma determinada organização jornalística, e 5) iludem o leitor ao sugerir que a análise é convincente, ponderada ou definitiva. (TUCHMAN, 1993, p. 89)

Ao analisar esses procedimentos, a socióloga conclui que existe uma diferença entre os objetivos procurados pelos jornalistas e o que de fato se alcançou com esse ritual estratégico. Outra coisa que chama atenção é que não existe relação entre “os objetivos procurados (a objetividade) e os meios utilizados (os procedimentos noticiosos descritos)” (TUCHMAN, 1993, p. 89).

Na lógica desse ritual, as declarações passam a ser fatos em si, o que acaba por ser conveniente ao repórter, via de regra, pressionado pelas rotinas produtivas do jornalismo; pelo furo, pela notícia em primeira mão. Nesse sentido, conforme a autora (1993), os fatos são tratados de maneira mais pragmática no exercício da profissão, não havendo tempo para uma busca filosófica ou epistemológica do conceito de objetividade.

O problema disso, observa Tuchman (1993), é que esses diferentes pontos de vista, postos como pretensão de verdade, podem criar diferentes possíveis realidades, que, dependendo das falas das fontes, não podem ser verificadas empiricamente ou, pelo menos, demandam tempo de verificação por parte dos jornalistas (SPONHOLZ, 2009). Declarações podem gerar polêmicas que, por sua vez, normalmente resultam em mais matérias. Assim, o que começou a partir de uma declaração de um político, por exemplo, dependendo da gravidade do assunto, passa a contar com diferentes atores a reivindicar a verdade dos fatos. Um vereador pode afirmar, por exemplo, que a prefeitura de Cuiabá se tornou um antro de corrupção e que o prefeito fez dela um cabide de empregos para acomodar pessoas com indicações políticas. O prefeito certamente vai negar e declarar na imprensa que o corrupto da história é o vereador, que contratou funcionários fantasmas para trabalhar em seu gabinete. Vereadores de oposição à prefeitura na Câmara podem aproveitar a discussão para sugerir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a situação. Já alguma Organização Não Governamental de transparência das contas públicas pode acusar o prefeito de dano ao erário público e provocar o

Ministério Público para que intervenha na situação. Um secretário do prefeito, pode, por sua vez, acusar a ONG de estar aparelhada politicamente, com objetivo de desgastar a imagem da gestão municipal perante a população. A essa altura, pelo menos quatro atores estão a reivindicar pretensão de verdade, com diferentes pontos de vista. São matérias baseadas em declarações, que vão sendo produzidas ao longo dos dias, semanas e até meses, dentro de uma "narrativa novelística" (OLIVEIRA, 2019, p.47) em que os desdobramentos do fato gerador vão sendo apresentados a cada capítulo. Um tipo de roteiro do jornalismo brasileiro com o qual o público está bem acostumado³⁸.

A segunda noção de Objetividade que iremos abordar é a do *Intersubjetivismo*, investigada por pesquisadores e pesquisadoras como Philip Meyer (1989), Paes Henriques (2020) e Liriam Sponholz (2009). Trata-se de uma perspectiva que assume um rumo diferente da objetividade como *Ritual Estratégico*, tendo em vista que o conceito proposto por Tuchman (1993) não procura desenvolver bases ontológicas e epistemológicas para pensar a objetividade jornalística, sendo mais uma série de procedimentos percebidos pela autora, com os quais os jornalistas buscam apenas reivindicar a objetividade durante a produção da notícia.

Mas, no caso do *Intersubjetivismo*, as três dimensões estão definidas. Na ontológica, apesar de haver uma cisão entre o sujeito e a natureza, a construção dos fatos jornalísticos se dá a partir da subjetividade do repórter (HENRIQUES, 2019). Na epistemológica, conhecer os fatos é recriá-los a partir de uma realidade objetiva do mundo externo (HENRIQUES, 2019). Já na dimensão metodológica, o repórter estrutura seu trabalho, evitando, ao máximo, que os fatos sejam contaminados por suas impressões, durante a investigação jornalística (HENRIQUES, 2019).

Dessa forma, tendo essas três dimensões no horizonte, essa noção de objetividade promove uma mediação entre a “realidade social e a realidade midiática” (SPONHOLZ, 2009, p.18). Por realidade social, entende-se o acesso do repórter ao mundo exterior, a uma realidade primária, que independe do sujeito para existir (a dimensão ontológica). Em seguida, a realidade midiática seria o resultado do conhecimento do jornalista sobre a realidade (dimensão epistemológica). E todo processo de conhecimento implica em subjetividade, em como o profissional tensiona os fatos ou a realidade que lhe é imposta. Ou seja, apesar da preexistência

³⁸ O autor observa que esse roteiro novelístico foi colocado em prática pela grande imprensa brasileira envolvendo o impeachment do presidente Collor, em 1994; e a “faxina presidencial” que culminou na demissão de vários ministros durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). Uma série de matérias baseadas em declarações foram produzidas nos dois casos e, ao final das contas, pouca coisa ficou comprovada (OLIVEIRA, 2018, p. 38)

dos fatos, independente dos sujeitos, em um segundo momento, esses fatos ou essa realidade, de acordo com Sponholz (2009), é reconstruída quando entra em contato com o jornalista ou qualquer outro sujeito cognoscente.

A autora (2009) destaca que não é uma tarefa fácil o(a) jornalista ter acesso a essa realidade primária. Que ele(a) não faz isso sendo neutro ou escrevendo um *lead* com estilo e clareza. Para Sponholz (2009), o(a) jornalista só se aproxima da realidade quando investiga, quando checa às informações, quando canaliza a sua subjetividade para se aproximar da realidade.

Por isso objetividade é um elemento constituinte do jornalismo, pois o que o diferencia do entretenimento, da arte, da literatura e da propaganda é a disciplina da verificação (cf. Kovach e Rosenstiel, 2001). Também por este motivo, a palavra-chave para objetividade – quando este princípio é entendido com relação à procura e à aproximação da realidade, à verdade como correspondência – não é neutralidade, mas sim investigação (SPONHOLZ, 2009, pp. 20-21).

Mas a autora (2009) reconhece que nem todas as declarações são verificáveis, como, por exemplo, “ele não é um bom policial”. Tal afirmação figura no campo mais interpretativo, não podendo ser checado pela dimensão ontológica. Mesmo para esse caso, que seria o “como” e o “porquê” das seis perguntas do *lead*, Sponholz (2009) avalia que uma aproximação da realidade ainda é possível, por meio do *Intersubjetivismo*, só que pela ação da dimensão epistemológica, ao ouvir diferentes lados para uma questão. Neste ponto, é importante frisar que o “outro lado” aqui deixa de ser uma noção de objetividade, para ser uma das ferramentas de busca pela objetividade.

É claro que há questões que não envolvem um nível factual, de forma que não se pode dizer se estão corretas ou falsas. No entanto, mesmo para as perguntas como e por quê, que envolvem o nível interpretativo, há ainda a possibilidade de aproximar-se da realidade ao procurar-se mais de uma explicação, ou seja, ao ouvir os dois lados (SPONHOLZ, 2009, p.179).

Sponholz (2009) destaca ainda que a *Intersubjetividade* é um meta-critério de aproximação da realidade. Isso significa que o jornalista que trabalha com essa noção precisa ser o mais transparente possível com os seus métodos. Essa transparência serve para que outro profissional entenda como as informações foram obtidas, para que ele também chegue às mesmas conclusões do colega, em sua reportagem.

A autora (2009) aponta alguns procedimentos para o *Intersubjetivismo*, como: 1) a citação de fontes; 2) a transparência no uso de dados estatísticos; 3) e a transparência do método do repórter. No primeiro caso, o jornalista deve detalhar quem é a fonte. Evidenciar coisas, como: “nome, profissão, cargo ou função que a qualifique a prestar às informações”

(SPONHOLZ, 2009, p. 165). No segundo ponto, o jornalista deve proceder com a transparência máxima de como os dados foram obtidos: “o jornalista deve pesquisar o período, o universo da pesquisa, o método utilizado, a organização responsável pelo levantamento e, se houver, a organização ou as pessoas que financiaram a pesquisa” (idem). Já no caso do terceiro procedimento [a transparência do método do jornalista], funciona no sentido do profissional deixar claro às circunstâncias em que as informações foram levantadas. “Se um jornalista escreve, por exemplo, uma notícia sobre o novo programa de bem-estar de uma empresa para os seus funcionários e a viagem à fábrica foi paga pela empresa, o restante da redação e o leitor precisam saber disso” (SPONHOLZ, 2009, p. 167). Esses, então, seriam alguns dos fatores da metodologia do *Intersubjetivismo* para a objetividade jornalística.

Pela lente dessa noção, uma coisa fica clara: a objetividade é vista como uma utopia, pois, para cada dez passos que você dá na direção dela, em mais dez ela se distancia. Isso quer dizer, para Sponholz (2009), que objetividade é algo que sempre tem que ser perseguido pelos jornalistas, por mais que o profissional não a alcance em sua totalidade. Para Henriques (2021), tal posicionamento levanta uma dúvida de ordem filosófica: “como se pode ter a garantia de que se está o mais próximo possível daquilo cuja determinação nos é inacessível?” (idem, p. 69). É uma dúvida relevante a se destacar, mas que este trabalho não pretende responder. Primeiro, porque se trata de uma questão de fôlego, que exigiria uma pesquisa específica para isso, e, em segundo, não se trata do nosso objeto de investigação.

Até aqui abordamos duas maneiras de se pensar a objetividade no jornalismo: o *Ritual Estratégico*, apenas de dimensão metodológica; e o *Intersubjetivismo*, de dimensões ontológicas, epistemológicas e metodológicas. Agora, vamos inserir uma terceira e quarta lentes para pensar na questão: a *Dialética*, articulada pelo jornalista e teórico político, Adelmo Genro Filho (2012); e o método objetivo para investigação jornalística, dos pesquisadores Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2003).

Para Genro Filho (2012), existe um processo dialético na construção dos fatos e da objetividade, entre sujeitos e objetos. Ele entende que há um “fluxo da realidade” onde o jornalismo faz um recorte de determinados fatos. A partir desse recorte, os fatos são construídos, a partir de um jogo entre subjetividade e objetividade. Ou seja, diferente do *Intersubjetivismo*, não existe separação entre sujeito e realidade primária. Pelo contrário, a realidade se faz a partir do diálogo entre o repórter e as coisas do mundo.

É interessante que apesar do autor (2012) entender que os fatos, que se apresentam, não são em si mesmos, ou seja, sofreram alterações a partir do contato com os sujeitos, ele alerta que é preciso evitar o “subjetivismo” e o “relativismo” na produção de matérias jornalísticas.

Para isso, é necessário compreender que os fatos jornalísticos, retirados do fluxo contínuo da realidade, estão vinculados a uma “(...) matéria objetiva, ou seja, por uma substância histórica e socialmente constituída, independentemente dos enfoques subjetivos e ideológicos em jogo” (GENRO FILHO, 2012, p. 197).

Trocando em miúdos: embora haja essa parceria entre subjetividade e objetividade na construção dos fatos, Genro Filho (2012) reforça que existe um núcleo duro da objetividade que não pode ser mudado pelo jornalista. Em torno desse núcleo, a respeito das informações que circundam o fato, o repórter pode trabalhar com a sua subjetividade, trazendo leituras, interpretações e contextualização para o acontecimento, mas enquanto profissional gerador de conhecimento, ele não pode escapar de algumas inevitabilidades. O pesquisador esclarece a questão com um exemplo bem didático:

(...) ocorreu um fato que envolve Pedro e João, no qual o último resultou mortalmente ferido por um tiro disparado pelo primeiro. Posso interpretar que Pedro “matou”, “assassinou” ou “tirou a vida de João”. Ou, ainda, que Pedro apenas executou, sob coação, um crime premeditado por terceiros. Não posso esconder, entretanto, que Pedro atirou contra João e que este resultou morto (GENRO FILHO, 2012, p.197).

O autor faz críticas ao que chama de “ideologia da objetividade” (GENRO FILHO, 2012). Um tipo de objetividade simplista do “jornalismo burguês”, que parte do pressuposto de que os fatos falam por si só, e que cabe ao jornalista apenas reproduzi-los. Mas por detrás disso, conforme o autor (2012), há uma reprodução das relações e interesses do capitalismo.

Essa objetividade implica uma compreensão do mundo como um agregado de “fatos” prontos e acabados, cuja existência, portanto, seria anterior a qualquer forma de percepção e autônoma em relação a qualquer ideologia ou concepção de mundo. Caberia ao jornalista, simplesmente, recolhê-los escrupulosamente como se fossem pedrinhas coloridas. Essa visão ingênua, conforme já foi sublinhado, possui um fundo positivista e funcionalista. Porém, não é demais insistir, essa “ideologia da objetividade” do jornalismo moderno esconde, ao mesmo passo que indica, uma nova modalidade social do conhecimento, historicamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo e dotado de potencialidade que o ultrapassam (GENRO FILHO, 2012, p.197).

Por fim, o que Genro Filho argumenta é que na *Dialética* não existe acesso ao mundo externo. Desse modo, a objetividade não é acessada pelos (as) jornalistas, e sim interpretada por eles (as): “Os fatos jornalísticos são um recorte no fluxo contínuo, uma parte que, em certa medida, é separada arbitrariamente do todo. Nessa medida, é inevitável que os fatos sejam, em si mesmos, uma escolha” (GENRO FILHO, 2012, p.197).

Henriques (2021) destaca que na dimensão metodológica, essa noção de objetividade

precisa dar transparência na maneira de como os fatos foram interpretados para a produção da reportagem.

Apesar de ser a âncora de toda a realidade, a objetividade precisa necessariamente ser significada pelos sujeitos. O método jornalístico mais adequado é, portanto, aquele que procura dar transparência à interpretação desde a qual os fatos jornalísticos são construídos, obedecendo a parâmetros e critérios não somente do jornalismo como instituição, como também da organização jornalística responsável pelo produto (HENRIQUES, 2021, p. 3).

A última noção de objetividade a ser abordada aqui é a sistematização de um método objetivo de investigação jornalística, pautado pela *Disciplina da Verificação*, defendida por Kovack e Rosenstiel (2003). Antes de continuarmos com a explanação da proposta, cabe uma ressalva: essa noção de objetividade também é focada na dimensão metodológica, assim como no *Ritual Estratégico*, de Tuchman (1999). No entanto, as duas perspectivas se diferenciam na abordagem de quem precisa ser objetivo. No *Ritual Estratégico*, a objetividade recai mais em cima dos jornalistas; enquanto que no entendimento de Kovack e Rosenstiel (2003), é o jornalismo que precisa ter um método sistematizado para a objetividade.

Dito isso, os autores explicam que o conceito original de objetividade no jornalismo se perdeu ao longo do tempo e precisa ser resgatado. Destacam que o termo começou a ser discutido pela profissão por volta de 1920, justamente “com base na crença de que os jornalistas trabalhavam, de fato, com muitos preconceitos, às vezes em nível inconsciente” (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003, p. 114).

Explicam que, naquela época, a objetividade não era para livrar os profissionais dos preconceitos e de suas subjetividades, mas sim para impor um método objetivo durante a investigação jornalística: “um método consistente de testar a informação – um enfoque transparente com as provas disponíveis – precisamente para que os preconceitos pessoais ou culturais não prejudicassem a exatidão de seu trabalho” (KOVACH E ROSENSTIEL, 2003, p. 114). Com isso, eles concluem que no conceito original “o método é objetivo, não o jornalista” (idem, 2003, p. 116).

Também observam que muitos jornalistas buscam trabalhar a objetividade mais como uma técnica e não para pensar o conceito de uma maneira mais ampla e profunda. E o que chama atenção é que a pesquisa dos autores constatou que “a noção de um método de reportagem objetivo existe em fragmentos” (KOVACH E ROSENSTIEL, 2003, p. 118), que passam de repórter a repórter, longe dos bancos das faculdades de Jornalismo:

O psicólogo William Damon, da Universidade de Stanford, por exemplo, identificou várias “estratégias” que os jornalistas desenvolvem para checar os dados de uma reportagem. Damon perguntou aos seus entrevistados onde haviam aprendido tais conceitos. Disse a maioria: errando e aprendendo, por minha conta, ou de um colega. Raros disseram ter aprendido numa escola de jornalismo ou de seus próprios editores (...) (KOVACH E ROSENSTIEL, 2003, p. 118).

Os autores defendem que a academia é quem deveria puxar esse debate, pensar numa disciplina específica para verificação jornalística, como forma de sistematizar esses métodos individuais: “Não existe nada que se aproxime de regras padrão para levantar provas, como no Direito, ou um método consensual de observação, como na realização de experiências científicas” (KOVACK e ROSENSTIEL, 2003, p 118).

Entendem que, a partir da sistematização desses métodos, questões como equilíbrio e isenção seriam mais ponderadas pelos jornalistas. Elas serviram mais como técnicas da objetividade jornalística, durante a apuração dos fatos.

Sob esse ponto de vista, isenção e equilíbrio ganham um novo significado. Em vez de serem considerados como altos princípios, na verdade são técnicas - recursos - para ajudar os jornalistas no desenvolvimento e verificação de seus relatos. Essas técnicas, contudo, nunca devem ser utilizadas só na fachada ou invocadas como os objetivos do jornalismo. Seu valor reside em ajudar-nos a chegar mais perto de uma verificação autêntica e uma versão confiável dos fatos (KOVACK e ROSENSTIEL, 2003, p. 121).

Kovach e Rosenstiel (2003) não chegam a propor um conceito robusto para o método. Mas na pesquisa eles apontam para um “conjunto firme de conceitos básicos da disciplina da verificação. São os princípios intelectuais da ciência da reportagem” (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003, p. 123):

- 1- Nunca acrescente nada que não exista.
- 2 - Nunca engane o público.
- 3 - Seja o mais transparente possível sobre seus métodos e motivos.
- 4 - Confie só no seu próprio trabalho de reportagem.
- 5 - Seja humilde (KOVACK e ROSENSTIEL, 2003, p. 123).

Desde o início deste capítulo, estamos tensionando o Jornalismo Declaratório com elementos basilares da profissão. Vimos que os fatos podem ser construídos socialmente, a partir das interações entre os indivíduos, a exemplo da criação de leis ou porque o estado de Mato Grosso tem esse nome; que, apesar dessa construção, existe um núcleo mais duro dos fatos, com pouca margem para interpretações, a exemplo das coisas que existem na natureza, independente da existência dos seres humanos, como os paredões de rocha do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães (MT). Um(a) repórter pode abordar de diferentes formas como um

acidente de carro aconteceu. Se o motorista estava alcoolizado e bateu no poste, ou se distraiu ao olhar no celular e bateu no poste. Mas em seu relato, o(a) jornalista não pode fugir de que, de fato, o personagem da matéria bateu no poste. Vimos também que os fatos podem ser preexistentes (RANCIÈRE, 2004), criados a partir de estereótipos, como os programas policiais fazem no Brasil, ao reforçar a ideia na sociedade de que a população negra é mais propensa à criminalidade (REIS, 2019).

Na produção do JD tais fatos estão presentes o tempo todo, por meio de diferentes declarações, que representam diferentes intenções. Às *assertivas* são declarações possíveis de serem verificadas, como a de que “o prefeito de Cuiabá renunciou ao cargo”. Já a declaração: “o prefeito deve renunciar ao cargo”, trata-se de uma fala *diretiva*, mais voltada ao conselho, dessa forma, não cabendo o processo de verificação.

Sendo o JD povoado por essas diferentes declarações, que podem gerar fatos tanto do ponto de vista ontológico quanto do epistemológico, qual das quatro noções de objetividade, abordadas no último tópico deste capítulo, seria a melhor ou a mais adequada, quando o assunto são matérias baseadas nas declarações das fontes? Como a produção do JD pode se aproximar mais da realidade, a partir das declarações?

Depois desse percurso pelas noções de objetividade, nos parece que no *Intersubjetivismo*, essas declarações passam por um processo de verificação mais acurado. Isso, diga-se de passagem, não só no contexto da produção do JD, mas na prática jornalística com um todo.

Em um modelo de JD mais comum, conforme o diagrama apresentado por Oliveira (2018) (*rever figura 1*), o(a) repórter escuta uma determinada fonte e produz a matéria, apenas com base nesta declaração, sem ouvir o outro lado, que, normalmente sai numa segunda matéria, como direito de resposta, inclusive. Já no *Intersubjetivismo*, estudado por autoras e autores como Sponholz (2009) e Henriques (2020), as declarações são checadas, verificadas. Podem ser checadas de modo mais empírico, quando se tratam de declarações assertivas; ou o(a) jornalista pode ouvir diferentes fontes, para tentar se aproximar ao máximo da realidade dos fatos, no caso de se tratar de declarações diretivas ou expressivas.

Tais premissas vão ao encontro do segundo diagrama proposto por Oliveira (2018), no qual ele estabelece o que seria uma forma ideal de Jornalismo Declaratório. Nesse fluxo da produção do JD, tanto a declaração da fonte A, como da fonte B, passariam por um processo sistemático de apuração, aos moldes do *Intersubjetivismo*, que envolveria procedimentos como: cruzamento de dados, investigação de documentos e interesses dos envolvidos. Além disso, tal processo também envolveria a escuta de outras fontes, além de A e B, para apurar as

informações. Só depois disso, ocorreria a construção do *lead*, e o veículo publicaria a reportagem completa, com a declaração - que originou a pauta -, além das outras fontes (*rever o fluxo do diagrama em detalhe na figura 2*).

A partir dessa perspectiva, pressupostos como neutralidade, imparcialidade e pluralismo ou *fairness* ganham novos sentidos e deixam de ser confundidos com a objetividade. Na verdade, esses atributos, tensionados pelo método intersubjetivista, se tornam aliados da objetividade, como aproximação da realidade.

Neutralidade no jornalismo pode ser entendida como a ausência da opinião do repórter na matéria: “Isto ocorre quando não se pode reconhecer a posição do jornalista sobre o tema noticiado e/ou quando este escreve um texto sem adjetivos e outras expressões opinativas” (SPONHOLZ, 2009, p. 27). Tendo a objetividade como aproximação da realidade, esse atributo pode ajudar o jornalista a se afastar de certos preconceitos e estereótipos durante a apuração dos fatos. Mas a neutralidade não pode servir de ausência de subjetividade, tendo em vista que subjetividade ajuda o jornalista a confrontar a realidade. Neutralidade também não pode anestesiar o profissional diante das informações que lhe chegam, o tornando mero reproduzidor das declarações: “Como o jornalista não pesquisa, as declarações também não são verificadas (por exemplo, confrontadas com as de uma segunda fonte). Desta forma, o jornalista se torna manipulável” (SPONHOLZ, 2009, 29). Isso faz, inclusive, com que a apuração seja menos objetiva, mais distante da realidade.

Já na imparcialidade, diferente da neutralidade, o jornalista está inserido no problema, mas não toma partido de nenhum dos dois lados (CASTILHO, 2021). Trata-se de um princípio que surgiu a partir do jornalismo norte-americano, quando em meados do século XIX, a atividade começou a perder credibilidade perante a opinião pública, devido aos jornais serem financiados pelos políticos (LOPES, 2015). De panfletária, a imprensa adota o discurso apartidário, no início do século XX, inclusive, com previsão legal, já que a *Fairness Doctrine* (Doutrina da Imparcialidade) foi criada pela Comissão Federal de Comunicações dos EUA (FCC), tornando-se obrigatória na TV estadunidense em 1949 (CASTILHO, 2021). Em sua visão mais clássica, o princípio pode ser entendido como: “a atuação do jornalista de forma isenta na produção da notícia ou reportagem, ouvindo os dois lados da história sem se posicionar frente ao fato. Assim, deixa para o leitor/ouvinte/telespectador ou internauta fazer suas próprias conclusões, sem induzi-lo a qualquer opinião” (EM PAUTA, 2015, s/n). No entanto, tal isenção na construção das notícias pode levar o jornalismo a dar, para informações falsas, a mesma proporcionalidade de espaço em relação a informações verdadeiras. Fazendo isso, tendo a realidade como parâmetro, o jornalista não está sendo objetivo em sua atividade. Mas, se a imparcialidade for usada como ferramenta de apuração dos fatos, no sentido do profissional se

manter equidistante das partes envolvidas, ela pode ser muito útil pela busca da objetividade. Dessa forma, imparcialidade pelo viés do *Intersubjetivismo*, segundo o nosso entendimento, é o jornalista ouvir o que cada envolvido no fato tem a dizer, e, em seguida, o profissional processa as informações - às checando, às cruzando com outros dados -, fazendo a mediação da realidade (GENRO FILHO, 2012; MEDITSCH, 1997). Neste caso, é a metodologia que é imparcial. O jornalista, não.

Por outro lado, é de se ponderar que as rotinas produtivas nas redações, principalmente aquelas relacionadas ao *deadline* - via de regra, prazos apertados para entregar uma matéria -, podem inviabilizar alguns dos procedimentos do *Intersubjetivismo*, a exemplo da falta de transparência e verificação de dados, que permitam que outro(a) profissional possa chegar aos mesmos resultados do primeiro colega que produziu o texto.

No entanto, mesmo que o(a) repórter não tenha tanto tempo para apurar uma declaração, por meio de documentos mais concretos, a noção de objetividade, pela lente do *Intersubjetivismo*, lhe permite a possibilidade de escutar diferentes fontes, para se aproximar da realidade. Isso já seria uma redução de danos e uma forma de produção jornalística mais objetiva e não apenas um ritual estratégico de objetividade. E por falar em fontes, é justamente esse componente que iremos investigar no próximo capítulo. Quais vozes compõem o *ethos* do Jornalismo Político e como elas atuam e são acessadas durante o período eleitoral? E como essas fontes podem ajudar o jornalismo ser uma forma de conhecimento?

3. CONHECIMENTO, FONTES E COBERTURA ELEITORAL

Nesse capítulo, iniciamos uma reflexão sobre o jornalismo como forma de conhecimento e qual a importância da diversidade de fontes na produção noticiosa, para o fortalecimento desse processo. Nesse sentido, o diálogo é feito com autores como Genro Filho (2013), Eduardo Meditsch (1997), Orlando Tambosi (2005), Liriam Sponholz (2009), Luã Chagas e Marcelo Kischinhevsky (2017).

Também investigamos as vozes que costumam ser acionadas no cotidiano do trabalho jornalístico e qual é a posição de destaque delas na construção das notícias. Tensionamos essa questão para a realidade da cobertura eleitoral ao pensar quais fontes dominam o cenário, reivindicando o protagonismo e a versão oficial ou principal dos fatos. Também discutimos os conceitos de *ethos* jornalístico (ARAÚJO; FEITOSA; MARIA; OLIVEIRA E ÚRSULA, 2017); “valores de negociação” (COOK, 2017), Esfera Pública (HABERMAS, 1990); e passividade e dependência dos jornalistas (O’NEILL e O’CONNOR, 2008).

3.1. Jornalismo e conhecimento

Uma questão que vem sucedendo debates no meio acadêmico é se o Jornalismo seria uma forma de conhecimento. Ao longo das décadas o tema ganhou e ganha a dedicação de importantes pesquisadores e pesquisadoras da área, a exemplo de Park (1976), Genro Filho (2012), Meditsch (1997) e, mais recentemente, Sponholz (2009).

Park, sociólogo e ex-jornalista, publicou importante artigo, na década de 1940, onde definiu a notícia como uma forma de conhecimento. Para fazer isso, ele analisou dois tipos de conhecimento: “o conhecimento de trato” e o “conhecimento acerca de”. O primeiro refere-se às coisas com que lidamos no nosso dia-dia. É um tipo de conhecimento baseado na experiência prática, que adquirimos ao longo da vida, como forma de sobreviver no mundo.

Um tipo de conhecimento de trato seria o empírico, a exemplo da agricultura tradicional dos quilombolas, que, ao longo dos séculos, aprenderam, diretamente no trato com a terra, a selecionar as melhores sementes, chamadas de crioulas, e a enriquecer do solo para o plantio, de maneira natural, sem a utilização de agrotóxico. Um conhecimento transmitido de geração a geração³⁹.

³⁹ Um exemplo desse conhecimento ocorre na comunidade quilombola de Mata Cavalo, no município de Nossa Senhora do Livramento (MT). Por lá, a comunidade desenvolveu seu próprio sistema de cultivo tradicional, baseado em rotação de áreas, para fazer a terra “descansar”, e recuperar seus nutrientes de forma natural: “Esse tipo de plantação eu aprendi com o meu pai, que aprendeu com o meu avô, que aprendeu como o meu tataravô. A gente cresce sabendo que é assim que tem que fazer”, diz Oildo Ferreira da Silva, de 43 anos. Ele é uma das lideranças quilombolas da comunidade Mata Cavalo, que fica distante a 50 quilômetros da capital de Mato Grosso,

Já “o conhecimento acerca de” é baseado na observação. Ele é sistemático e criado a partir de hipóteses, perguntas e respostas. Segundo Park (1976) é um tipo de conhecimento que conceitua, que permite que palavras, ideias, interajam com as coisas do mundo real, possibilitando que tais conceitos formulados, possam ser verificados e testados na prática. São coisas que se estabelecem de tal modo, que, a partir delas, é possível antever acontecimentos e estabelecer determinadas condições para o futuro. Dessa forma, segundo Park (1976), fazem parte do “conhecimento acerca de”, áreas do saber como a Filosofia, a Lógica, a Histórica e as Ciências Naturais ou de classificação.

Depois de estabelecer essas duas formas de conhecimento, Park (1976) caracteriza a notícia como uma forma de conhecimento intermediário, entre essas duas posições, se aproximando um pouco mais do “conhecimento de”, com objetivo de orientar as pessoas em seu cotidiano. Seria, por assim dizer, uma ciência menor, que no seu fazer, traz métodos similares ao da Ciência e da História.

Genro Filho (2012), no entanto, faz críticas ao trabalho de Park (1976). Ele afirma que o sociólogo possui uma visão muito funcionalista do jornalismo como forma de conhecimento, no sentido de apenas cumprir uma função social para manter o *status quo* capitalista. O autor observa que Park não leva em conta o potencial transformador da prática, e a própria subjetividade dos fatos e dos processos históricos que compõem a cosmologia humana, em sua jornada no planeta Terra. Genro Filho (2012) - que no Brasil foi um dos pioneiros nos estudos do jornalismo relacionado à produção de conhecimento -, enfatiza que a profissão é atravessada por processos históricos e igualmente por uma “dimensão simbólica do processo global de apropriação coletiva da realidade” (GENRO FILHO, 2012, p. 55). Desse modo, a profissão tem força para se sobressair às relações burguesas e capitalistas, das quais, inclusive, o jornalismo nasceu. Dessa forma, as reflexões mais atuais, no Campo da Comunicação, têm se debruçado no sentido de pensar que o jornalismo pode ser produtor e reproduzidor de conhecimento, a partir de um ponto de vista menos funcionalista e mais racionalista e cognitivo (MEDITSCH, 1997).

Aqui, vale as observações de Meditsch (1997), que, com base no pedagogo Paulo Freire, afirma que nenhum conhecimento é meramente transmitido a uma pessoa, pois, quando um sujeito cognoscente recebe uma informação, ele, primeiro, a processa, segundo a sua bagagem cultural, ou seja, antes de conhecer, ele precisa re-conhecer.

Cuiabá”, relata Oildo Ferreira, uma das lideranças de Mata Cavallo. Disponível em: <https://remmt.com.br/index.php/pt/noticias/item/220-especial-simbolo-regional-industrializacao-da-banana-crioula-beneficia-milhares-de-familias-da-comunidade-de-mata-cavallo>. Acesso em: 23.05.2022.

O cérebro humano não é um recipiente onde se possa depositar conhecimentos: a aprendizagem implica numa operação cognitiva, onde quem aprende tem um papel tão ativo quanto quem ensina. Assim, tanto quem ensina quanto quem aprende não se limitam a reproduzir um saber que existia anteriormente a seus atos, mas recriam este conhecimento nos próprios atos de aprender e de ensinar. Desta forma, pode-se afirmar que o conhecimento não se transmite, antes se reproduz (MEDITSCH, 1997, p. 5).

Na mesma linha, Sponholz (2009, p. 91) afirma que "(...) Conhecimento resulta do processo e da estruturação dos conteúdos vivenciados e da posterior comparação daquilo que foi recebido e processado com os esquemas já gravados no cérebro".

Esse tipo de conhecimento mais subjetivo, menos duro, por assim dizer, trata-se de um campo que foi aberto pelas ciências sociais, pela linguagem, que possibilita pensarmos o jornalismo como agente transformador e produtor de conhecimento, e não apenas, mero transmissor de coisas que acontecem no cotidiano: “O estudo do discurso, que se interessa pela utilização concreta das linguagens, demonstrou que todo o enunciado que se refere à realidade, ao refletí-la de certa maneira, também necessariamente a refrata de certa maneira” (MEDITSCH, 1997, p.4). Na Teoria dos Atos de Fala, que abordaremos em detalhe no capítulo metodológico, a pesquisa de Austin (1990) e Searle (1995) investigam as expressões do dia-dia, do senso comum, procurando se distanciar dos pensamentos filosóficos. A conclusão a que eles chegam é que as palavras, a linguagem, o ato de dizer, não se restringem ao campo retórico. Para os autores, o ato de dizer, de se expressar, é uma forma de agir sobre o mundo, de criar situações na vida real, a exemplo de um juiz que sentencia um réu a prisão.

Os auditórios a que se dirigem os diferentes discursos também tornam mais complexa a questão do saber em nossa sociedade. A sociologia e a antropologia do conhecimento, ao se debruçarem sobre o cotidiano das pessoas comuns, e não apenas sobre os relatos dos sábios, reforçaram a idéia de que a metodologia científica não é o único modo de conhecer e provavelmente sequer o mais importante para a nossa sobrevivência individual e de nossa existência gregária (MEDITSCH, 1997, p. 4).

Genro Filho (2012) e Meditsch (1997) defendem o jornalismo como forma de conhecer o mundo, e acreditam que ele pode elaborar conhecimento inédito, a partir da subjetividade do ser humano, que busca decodificar, em seu cérebro, as informações das notícias, e dar uma nova perspectiva da realidade para elas. Meditsch (1997) acrescenta ainda que o jornalismo pode revelar, trazer à tona certos aspectos da realidade que a ciência e o senso comum não conseguem trazer. Exemplo prático disso é a investigação da agência de notícias *The Intercept Brasil*. Se não fosse um *hacker* ter vazados as mensagens do *Telegram* aos jornalistas, e estes não tivessem

dado sentido a elas, é muito provável que os procedimentos ilegais dos promotores da força-tarefa da Operação Lava Jato e do ex-juiz Sergio Moro, não viessem à tona, e a sociedade, dessa forma, dificilmente teria acesso a esse tipo de conhecimento por outras vias⁴⁰.

Outro exemplo evidente de jornalismo como forma de conhecimento foi a reportagem que a Pública - agência de jornalismo investigativo - fez sobre o racismo institucional do sistema jurídico do município de São Paulo. O trabalho trouxe ao conhecimento dos cidadãos que a justiça paulistana condenou, durante o ano de 2017, mais negros do que brancos por tráfico, e com menos drogas. Para isso, os jornalistas Thiago Domenici e Iure Barcelos fizeram um minucioso trabalho de Jornalismo de Dados: uma investigação, que analisou 4 mil sentenças, ao longo de quatro meses. O conhecimento não estava dado. Eles precisaram tensionar a realidade - conforme suas pré-concepções do mundo existente - para reconstruí-la, para desvendá-la. Assim como na ciência, partiram de hipóteses: “Antes de buscar os dados, a gente se perguntou: será que existe, de fato, pelos dados, esse mecanismo que a gente imagina na sociedade, que já é claro, de certa maneira, no nosso cotidiano, de que os negros são sempre mais prejudicados do que os brancos?” (IARAS E PAGUS/YOUTUBE, 2021)⁴¹. Ou seja, existe dentro do senso comum, a ideia, certo entendimento, de que negros sofrem racismo no sistema judicial, um esquema, que inclusive, já estava gravado nos cérebros de Domenici e Barcelos. A partir disso, eles buscaram verificar/testar essa hipótese. O sistema judiciário da cidade de São Paulo não tinha as sentenças de forma discriminada, por raça. Quem fez isso foram os jornalistas. Eles retiraram essa informação, dentro dos dados universais, que estão no fluxo contínuo dos fatos objetivos (GENRO FILHO, 2012), e, a partir da subjetividade, criaram um dado singular e objetivo: o fato de que “(...) Setenta e um por cento dos negros julgados foram condenados por todas as acusações feitas pelo Ministério Público no processo – um total de 2.043 réus. Entre os brancos, a frequência é menor: 67%, ou 1.097 condenados”.

(...) o Jornalismo não revela mal nem revela menos a realidade do que a ciência: ele simplesmente revela diferente. E ao revelar diferente, pode mesmo revelar aspectos da realidade que os outros modos de conhecimento não são capazes de revelar. Além desta maneira distinta de produzir conhecimento, o jornalismo também tem uma maneira diferenciada de o reproduzir, vinculada

⁴⁰ Série de reportagens investigativas da agência revelou o *modus operandi* dos promotores da Operação Lava, que cometeram um série de irregularidades jurídicas, que tiveram como alvo principal o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele chegou a ficar 580 dias preso pelas acusações, mas depois teve os processos, oriundos das investigações da Lava Jato, anulados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que apontou uma série de irregularidades nos procedimentos investigatórios da Operação Lava Jato, e de Sergio Moro, juiz, à época, que analisou o caso. A antologia da investigação do The Intercept sobre a força-tarefa da Operação Lava Jato está disponível: <https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>. Acesso em: 20.05.2022

⁴¹ Iaras e Pagus. Comunicação e Poder - Hoje: Jornalismo Declaratório. Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=iaras+e+pagus+JORANLISMO+DE+DADOS. Acesso em: 22.05.2022

à função de comunicação que lhe é inerente. O Jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais. A hipótese de que ocorra uma reprodução do conhecimento, mais complexa do que a sua simples transmissão, ajuda a entender melhor o papel do Jornalismo no processo de cognição social (MEDITSCH, 1997, p. 3).

Meditsch (1997), entretanto, faz um alerta: pensar no jornalismo como forma de conhecimento implica mais transparência e responsabilidade no tipo de informação que é processada. Significa dizer que o jornalista deixa de ser apenas um comunicador para ser um produtor e reproduzidor de conhecimento: “Ao se deixar de considerar o jornalismo apenas como um meio de comunicação para considerá-lo como um meio de conhecimento, estará se dando um passo no sentido de aumentar a exigência sobre os seus conteúdos. Conhecimento implica em aperfeiçoamento pela crítica e requer rigor” (MEDITSCH, 1997, p. 11).

Nesse sentido, o professor e pesquisador Luãn Chagas (2020b) afirma que o jornalismo como forma de conhecimento acontece ao diversificar as vozes durante a construção de uma notícia. Isso implica não só em pluralidade, mas em diversidade de fontes. Pluralidade na produção noticiosa pode ser o repórter ouvir diferentes vozes, que se contradizem, sobre determinado assunto, partindo do princípio de *fairness* (ouvir os lados) e de objetividade como ritual estratégico. Mas essa notícia não será diversa se tais fontes virem de uma mesma origem, como, por exemplo, políticos (fontes oficiais) debatendo sobre a alta da inflação e dos preços dos alimentos e dos combustíveis. Sem o posicionamento da dona de casa (fontes populares), que lida diretamente com a falta de comida; do especialista (fonte especializada), que estuda os fenômenos da economia, não há diversidade de ideias.

Também são importantes as contribuições de Sponholz (2009) e Tambosi (2005) nesse debate. A autora (2009) defende o jornalismo como uma forma híbrida de conhecimento, que bebe de informações da ciência e do senso comum para se constituir. Enquanto que o segundo autor (2005), entende que dificilmente o jornalismo pode ser uma forma de conhecimento, tendo em vista que sua produção se baseia em declarações, que podem ser falsas. Para Tambosi (2005), não existe conhecimento sem verdade.

Sobre o jornalismo ser uma forma de conhecimento híbrido, Sponholz (2009) defende que a profissão se assemelha ao senso comum por causa da função que ambos têm: de fornecer às pessoas subsídios para “sobrevivência; fornecimento de modelos de ação/orientação” (SPONHOLZ, 2009, p. 115) perante o mundo. Nesse sentido Kovach e Rosenstiel (2003) destacam que o jornalismo foi o sistema criado pelas sociedades - isso desde as épocas mais

primitivas⁴² - para a veiculação de notícias. Isso, para divulgar desde as coisas mais banais, como fofocas, até questões de orientação e sobrevivência.

Precisamos de notícias para viver nossas vidas, para nos proteger, para nos ligarmos uns aos outros, identificar amigos e inimigos (...). Por isso nos preocupamos com a natureza das notícias e do jornalismo de que dispomos: influenciam a qualidade de nossas vidas, nossos pensamentos, nossa cultura (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003, p. 18).

Por outro lado, o jornalismo se distancia do senso comum e se aproxima mais da ciência nas justificativas e hipóteses. Enquanto o senso comum não exige justificativas para acreditar em suas crenças, e “suposições são tratadas como verdade óbvias” (SPONHOLZ, 2009, p.108). No jornalismo, essencialmente falando, essas suposições são colocadas em cheque; devem ser verificadas, pois, quando um repórter apura uma matéria não pode aceitar as fontes informações do tipo “ouvir dizer que é assim”. Quem falou que “é assim”? E porque é assim? Quais são as justificativas?

Nesse aspecto, conhecimento científico e jornalístico se aproximam, pois ambos trabalham com hipóteses que são expostas a um método profissional (cada área com o seu método). No jornalismo, as hipóteses surgem a partir das pautas. Se elas se confirmarem, a reportagem é produzida. Se não, “a pauta cai”. Já na ciência, as hipóteses são elaboradas por meio de fundamentações teóricas que envolvem determinados objetos (SPONHOLZ, 2009). De qualquer forma, independente dos diferentes caminhos metodológicos, o fato é que ambos os conhecimentos (jornalismo e ciência) testam suas hipóteses para desenvolverem seus respectivos trabalhos.

Tambosi (2005), por sua vez, entende que o jornalismo só pode ser um tipo de conhecimento por meio do “conhecimento proposicional”, que é um tipo de conhecimento baseado em declarações. O autor defende que esse tipo de conhecimento é o mais adequado para o jornalismo, tendo em vista que a profissão essencialmente se baseia em declarações para produzir as notícias, principalmente se pegarmos o Jornalismo Declaratório, como exemplo. É aqui, segundo Tambosi (2005), que reside um problema de ordem epistemológica do jornalismo como forma de conhecimento, tendo em vista que nem todas as declarações podem ser checadas e muitas delas podem ser falsas.

Essa questão da verdade para o autor é fundamental para o conhecimento. Em seu artigo “Informação e conhecimento no jornalismo”, ele é taxativo ao dizer que conhecimento é uma

⁴² Aqui no Brasil, antes das chegadas dos Europeus, os povos originários já possuíam um complexo sistema de comunicação por meio de batidas de tambores. Cada batida tinha um significado diferente, dependendo do que se pretendia noticiar, variando, assim, na sua intensidade, ritmo e timbre.

“crença verdadeira e justificada” (TAMBOSI, 2005, p.33). Ou seja, para que haja conhecimento tem que haver verdade: “(...) a informação pode ser falsa, mas não o conhecimento, que é sempre verdadeiro, ou não é conhecimento” (TAMBOSI, 2005, p.34). A partir disso, o autor avalia que quanto mais declaratório o jornalismo for, mais distante ele ficará como forma de conhecimento, pelo menos de maneira autônoma, já que, na acepção de Tambosi (2005), se as declarações nas notícias se confirmarem como verdadeiras, dessa forma, o JD podem sim ter gerado conhecimento. Mas isso seria num segundo momento, dentro de uma perspectiva histórica/testemunhal, mais a posteriori, que se prova como verdade ao longo do tempo.

Num primeiro momento, Tambosi (2005) acredita que só o “Jornalismo Investigativo” teria a capacidade de se aproximar do conhecimento. Nessa modalidade, o autor (2005) entende que o repórter quando apura uma notícia, não sai só em busca de informações dentro de um processo mais pragmático/instrumental. Ele também busca a cognição, o conhecimento, pois todo processo investigativo, conforme Tambosi (2005), envolve hipóteses e crenças justificadas, no sentido de estabelecer a verdade.

Trata-se de uma lógica que se aproxima muito da ciência que produz conhecimento a partir de crenças justificadas. Mas Sponholz (2009), por sua vez, discorda de Tambosi. Para ela, nem toda crença, necessariamente precisa ser justificada, e nem por isso ela deixa de ser conhecimento.

Há pelo menos dois problemas neste conceito de saber ou conhecimento, que derivam da condição de verdade. O primeiro é que nem todo processo de conhecimento resulta necessariamente de uma crença verdadeira e justificada (cf. Tambosi). Ou seja, conhecer não é a mesma coisa que conhecimento. O resultado de um processo de conhecimento pode ser uma crença falsa. Além disso, nem todos os tipos de processo de conhecimento exigem uma justificativa (SPONHOLZ, 2009, p. 96-97).

Se, no contexto do jornalismo, as informações precisam passar por um processo mais elaborado de cognição do repórter, para gerar um novo conhecimento, se torna muito difícil que tal conhecimento seja produzido pelo Jornalismo Declaratório, em sua acepção mais clássica: “aquele que se baseia exclusivamente em declarações e informações das fontes” (TAMBOSI, 2005, p. 33). Principalmente se o(a) jornalista beber de uma fonte, cujas declarações venham de um mesmo campo simbólico de produção de sentidos. Trocando em miúdos, significa dizer que uma matéria construída apenas com fontes oficiais irá produzir um tipo de conhecimento parcial e limitado, podendo até, em muitos casos, gerar uma falsa percepção da realidade nas pessoas. Por outro lado, o JD estará mais próximo de produzir conhecimento, se o material abarcar uma gama diversificada de fontes, vindas de diferentes setores da sociedade (CHAGAS, 2020c). E ouvir diferentes lados não tem relação direta com a objetividade, mas sim, dentro do

contexto do Jornalismo Declaratório, possibilitar que diferentes vozes construam a notícia. Ao coletar essas informações, o jornalista irá processá-las de acordo com os esquemas já gravados no cérebro (SPONHOLZ, 2009), ou seja: para além de reproduzi-las, o jornalista, antes de mais nada, irá (re) conhecer essas diferentes vozes, e (re) transmiti-las aos cidadãos em forma de matéria. Os cidadãos, por sua vez, também irão gerar novos processos de decodificação em torno do assunto abordado na matéria, que, se estiver diversificada, irá construir um conhecimento mais amplo e menos unilateral.

3.2. Quem fala no jornalismo?

As fontes são um aspecto central na construção das notícias (ALSINA, 2007; CHAGAS, 2020c). Muito do conhecimento adquirido vem do que os outros falam, das testemunhas de um acontecimento, seja ele histórico ou factual, um acidente de carro, por exemplo. O problema não são as fontes em si, mas a falta de pluralidade e diversidade delas na produção das notícias.

Gonçalves (2018) define fonte no jornalismo como “algo ou alguém que repassa informações para os jornalistas” (GONÇALVES, 2018, p.32). Essas informações podem vir através de livros, documentos, dossiês, pessoas comuns que testemunharam um fato importante, políticos, instituições privadas e governos: “É através das fontes que o jornalista consegue o embasamento, a confirmação de uma informação” (idem).

Nesse sentido, Lage (2001) reforça que “poucas matérias jornalísticas originam-se integralmente da observação direta” (idem, p.49). Destaca que é tarefa dos profissionais “selecionar e questionar essas fontes, colher dados e depoimentos, situá-los em algum contexto e processá-los segundo técnicas jornalísticas” (ibidem).

Alsina (2009) chama atenção que, nesse processo de escolha das fontes, há uma institucionalização das vozes que compõem o acontecimento, e, conseqüentemente, constroem as notícias. Ao citar a socióloga norte-americana Gaye Tuchman, o autor explica que as rotinas produtivas e os constrangimentos organizacionais da atividade jornalística criam redes informativas que engendram tanto os jornalistas quanto os atores escolhidos como fontes. É nesse processo de rotina diária da profissão que se naturalizam as vozes que se tornam preferenciais na construção das notícias. “(...) podemos perceber como existem fontes privilegiadas que são consultadas com prioridade. Isso, inevitavelmente, determinará o viés da própria notícia” (ALSINA, 2009, p. 13).

Entre essas fontes privilegiadas estão os *definidores primários*. Apesar do jornalismo ser entendido por muitos autores como um espaço de disputa de interesses, narrativas e fluxo

de poder, os definidores primários, na atualidade, ainda possuem muita influência de ditar e definir a narrativa dos acontecimentos, que se transformam em notícias.

Isso fica evidente quando a imprensa noticia crimes de tráfico de drogas e homicídios nas periferias. Nos sites de notícias de Cuiabá, por exemplo, a cobertura é baseada quase que exclusivamente nas informações repassadas pelos policiais nos boletins de ocorrência (HALL et al, 1999)⁴³. Nesse sentido, esses definidores primários acabam por definir o acontecimento, bem como reforçar estereótipos e imagens preexistentes (RANCIÈRE, 2004) ao vincular, em seus discursos na imprensa, a criminalidade à população pobre, em sua grande maioria parda e preta, que reside nas favelas e periferias das metrópoles nacionais e regionais brasileiras.

Mas a coisa não é assim tão fatalista e existem disputas de espaços das fontes no processo de construção das notícias. Os definidores primários não reinam absolutos nessa história. Governos e poderosas instituições privadas sofrem a resistência dos *definidores secundários*, que são especialistas em determinadas áreas das quais são esperadas opiniões balizadas dos fenômenos sociais.

Na operação da Polícia Civil, que resultou na morte de 28 pessoas na Favela do Jacarezinho, no Rio de Janeiro, em 6 de maio de 2021 - a maior chacina já perpetrada naquele estado por agentes da polícia - os definidores primários, no caso as fontes oficiais, os delegados responsáveis pela operação, “correram” para convocar uma coletiva de imprensa para definir a narrativa dos acontecimentos: de que a operação foi um sucesso, planejada com inteligência e de que todos os mortos (com a exceção de um policial) se tratavam de criminosos que estavam aliciando adolescentes para o tráfico de drogas.

Por outro lado, os definidores secundários (especialistas em segurança pública, pesquisadores de universidades, ONGs e movimentos sociais) disputaram o espaço na mídia e trouxeram complexidade ao acontecimento, ao mostrar que esse tipo de operação ocorre há décadas nas favelas do Rio de Janeiro, sem resultados efetivos na diminuição da criminalidade e no fim do aliciamento de adolescentes pelo tráfico.

O ativista Louback faz uma bateria de perguntas: “Eram necessárias tantas mortes? Quais são os protocolos da polícia? Foram aplicados? E onde estão as outras políticas públicas, a cultura, o lazer... Porque a única política pública que chega (à favela) é a do confronto”. E moradores e defensores dos direitos humanos —sempre insultados por Bolsonaro— dizem que mesmo que as vítimas traficassem drogas tinham o direito a ser detidas, julgadas e, se

⁴³ Faço essa afirmação com base em Hall et al (1999) e em minhas experiências atuando como repórter, desde 2013, em sites de notícias de Cuiabá, nas editorias de Cidade e Polícia.

preciso, condenadas e presas (EL PAÍS, 2021)⁴⁴.

Neveu (2006) explica que foi o sociólogo britânico-jamaicano Stuart Hall quem estabeleceu o conceito de definidor primário, no final da década de 1970. Hall entendia que somente os governos, os órgãos oficiais, as instituições e os poderosos tinham esse poder de controlar a narrativa dos noticiários. Dessa forma, só eles teriam esse estatuto dos definidores primários.

Mas Neveu (2006) ao citar Schlesinger e Tumber (1995), destaca que, 15 anos mais tarde dos estudos de Hall, os dois pesquisadores argumentaram que os definidores primários não são algo fixo, se tratando mais de disputas envolvendo os agentes sociais dos acontecimentos, as fontes por assim dizer. Logo, o estabelecimento dos definidores primários pode partir do repórter, quando o mesmo busca tensionar e interpretar os fatos. Foi exatamente isso que o repórter do jornal El País fez ao ouvir o ativista Louback - e outras fontes populares, como os moradores locais - para produzir a reportagem sobre a chacina da favela do Jacarezinho.

Ser definidor primário constitui mais o resultado instável de um processo que um estatuto garantido. A análise de Hall supõe que o definidor primário fale com uma só voz e possa prevenir em sua instituição todo vazamento ou toda proposta dissonante. Ele parece excluir a possibilidade, para os jornalistas, de se comportarem eles mesmos como definidores primários, transformando fatos sociais em problemas ou acontecimentos (NEVEU, 2006, p. 98).

Chagas e Kischinhevsky (2017) fizeram uma análise sobre quem são as vozes que ditam o tom das notícias no programa de rádio Band News Rio - uma das emissoras mais ouvidas em todo país, em formato *All News* (notícias 24 horas) com transmissão também pela internet, seguindo a lógica do rádio expandindo e hipermediático (CHAGAS E KISCHINHEVSKY, 2017).

Eles concluíram que 55% das fontes utilizadas para construir as notícias foram oficiais, em temas como: política, segurança pública e economia. Em segundo lugar, com 23% de utilização, vieram as fontes populares; seguidas de especialistas (11%); testemunhas (4%); fontes empresariais (4%); notáveis (2%); e institucionais (1%).

Os autores (2017) ponderam que, apesar das fontes populares serem o segundo tipo mais ouvido, a inserção das mesmas na programação não se reverteu numa participação realmente

⁴⁴ “Não vai embora, vão me matar!”: a radiografia da operação que terminou em chacina no Jacarezinho. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-13/nao-vai-embora-vaio-me-matar-a-radiografia-da-operacao-que-terminou-em-chacina-no-jacarezinho.html>. Acesso em maio de 2021.

efetiva, no sentido de trazer diversidade de sentidos nos conteúdos das notícias mais importantes, relacionadas ao mundo político e de segurança pública, por exemplo.

As participações [das fontes populares] via WhatsApp, telefone ou Facebook se restringiram às informações sobre condições de trânsito e casos voltados à segurança, como tiroteios ou roubos. Em apenas um caso, uma moradora da Cidade de Deus relata situações vivenciadas pela comunidade com a invasão de residências pela Polícia Militar (CHAGAS e KISCHINHEVSKY, 2017, p. 120).

Vale observar que esse único caso tendo uma fonte popular como definidora primária de um acontecimento está situado num universo de 223 fontes detectadas pelos pesquisadores, que ouviram ao longo de uma semana 25 horas de transmissão radiofônica.

Essa predominância das vozes oficiais também foi percebida nos dois maiores jornais do país, a *Folha de S. Paulo* e o *Estado de São Paulo* (Estadão), pelas pesquisadoras Liziane Soares Guazina e Gabriela Guerreiro Leite. Elas analisaram como os veículos repercutiram e favoreceram a agenda anti-gênero do deputado federal Jair Bolsonaro ao longo de 10 anos, até ele vencer as eleições presidenciais do Brasil, em outubro de 2018.

Ao coletarem 215 matérias, somando os dois jornais, as pesquisadoras constataram que a maioria delas (140) possuía o contraditório, o “outro lado” de alguém respondendo aos ataques de Bolsonaro contra minorias, especialmente a comunidade LGBTQIA+.

A princípio, parece que houve diversidade ou pelo menos um contraponto qualificado às falas ofensivas e preconceituosas de Bolsonaro no noticiário. No entanto, quando a análise detalha de quem seriam essas vozes antagônicas, nota-se que maioria delas também vinham de fontes oficiais, ou seja, de políticos que faziam oposição a Bolsonaro.

Fizemos uma listagem das fontes presentes em cada reportagem, mostrando numericamente quem foram os personagens mais presentes como contraponto a Bolsonaro – que não são especialistas ou pesquisadores das áreas de gênero, mas seus colegas no Parlamento e demais personagens do cenário político brasileiro (GUAZINA e LEITE, 2021, p. 50).

Trocando em miúdos, das 197 fontes que contradiziam Bolsonaro, 109 eram de políticos da oposição, o que representa “53,3% do total”. Essa porcentagem de fontes oficiais sobe para 73% quando a pesquisa engloba fontes do Poder Judiciário “como juízes de primeira instância ou a Procuradoria Geral da República, que determinaram sentenças contrárias a Bolsonaro ou se posicionaram contrariamente ao parlamentar”. Em contrapartida, especialistas e movimentos sociais ligados à causa LGBTQIA+ representaram apenas 12,6% das falas de contraponto a Bolsonaro.

Isso nos permite inferir que as fontes com conteúdo qualificado [fontes especializadas na classificação de Chagas e Kischinhevsky, 2017] para rebater a fala do político foram praticamente excluídas pelos jornais Folha e Estado de São Paulo, que priorizaram o embate ‘políticos esquerdistas x Bolsonaro’ em suas reportagens (GUAZINA e LEITE, 2021, p. 50).

A pesquisa também revela que, além da predominância das fontes oficiais, 75,5% das matérias surgiram a partir das falas ou ações de Bolsonaro. Se os textos não envolviam declarações diretas dele, se tratavam de matérias baseadas nas reações à postura de Bolsonaro. Em pouquíssimas ocasiões - apontam as pesquisadoras - o mote das reportagens foi uma iniciativa que partiu dos jornalistas. E quando fizeram isso, as declarações de Bolsonaro foram confrontadas com fontes especializadas que trouxeram diversidade e uma visão mais qualificada para contrapor os ataques constantes que ele fez (e ainda faz) às minorias.

Apenas 9,8% das reportagens surgiram do trabalho investigativo realizado pelo jornalista autor do texto. Um desses casos é a matéria “Caso Bolsonaro põe imunidade em xeque”, publicada pelo Estado de São Paulo no dia 03 de abril de 2011, no qual o jornal amplia a discussão sobre as consequências jurídicas relacionadas a liberdade de fala no Parlamento. Foram ouvidos como fontes um professor de Direito Constitucional e um conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), sem que a pauta fosse diretamente provocada por Bolsonaro ou por agenda (GUAZINA E LEITE, 2021, p.51).

Nos três veículos citados (Band News Rio, Folha e Estado de São Paulo) percebe-se como o noticiário da imprensa hegemônica está dominado por vozes, que representam uma parcela mínima da sociedade. Nesse sentido, Chagas e Kischinhevsky (2017) defendem que é preciso trazer pluralidade e diversidade à construção das notícias. Só assim o jornalismo se torna efetivamente democrático e de interesse público.

Para eles, a participação popular não deve se resumir a audios de *WhatsApp* enviados às emissoras para falar de maneira breve sobre a situação do trânsito, por exemplo. É preciso que vozes diversificadas ajudem na construção das notícias, em toda sua ressonância. E isso se faz com os populares opinando diretamente sobre as políticas de saúde, saneamento básico e segurança pública. Se faz, não com a polarização de fontes oficiais, mas sim a partir de contrapontos de fontes especializadas que dão uma interpretação qualificada aos acontecimentos.

Se o professor Miguel Rodrigo Alsina (2009) define notícia como “uma representação social da realidade cotidiana, gerada institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível” (*idem*, p. 14), é preciso que essa instituição seja plural e diversificada para que esse mundo possível também seja ampliado.

É necessário, em suma, garantir tanto a pluralidade de fontes, com uma representatividade dos atores sociais, quanto a diversidade, com a incorporação de outras vozes além daquelas identificadas com o poder público e os grupos políticos e econômicos mais organizados para assegurar acesso contínuo aos meios de comunicação (CHAGAS E KISCHINHEVSKY 2017, p. 121).

Esse domínio das fontes oficiais tem relação com o que Chaparro (2007) chama de “revolução das fontes” e Neveu (2006) chama de “profissionalização das fontes”. Na ideia de revolução das fontes, Chaparro (2007) destaca que o fenômeno ocorreu por meio das tecnologias de difusão, “graças às quais a notícia se tornou a mais eficaz ferramenta do agir institucional, nos cenários de conflitos da atualidade” (CHAPARRO, 2007, p.14).

Nessa lógica, quem “fala bem” (CHAGAS, 2020a), se profissionaliza ou possui uma boa assessoria de imprensa, terá seu espaço facilitado nos meios de comunicação, com objetivo de interferir na pauta jornalística e proferir seus discursos.

Chaparro (2007) considera positivo que atores sociais cada vez mais tenham a possibilidade de proferir seus discursos, cuja difusão tem sido facilitada pela tecnologia. Por outro lado, percebe que esse é um dos grandes desafios do jornalismo no século 21, que, nos últimos anos, perdeu o monopólio da informação.

(...) o jornalismo precisa, urgentemente, descobrir, tomar consciência, se preparar para exercer os novos papéis que lhe cabem, em uma sociedade movida pelas energias da informação e pelos embates discursivos de instituições que sabem o que dizer, como dizer e quando dizer (CHAPARRO, 2007, p. 14).

As fontes oficiais estão capacitadas. Sabem muito bem os meandros do jornalismo, os assuntos que rendem audiência, as declarações que chamam atenção dos veículos da imprensa, que de alguma forma precisam repercutir essas polêmicas para garantir seus lucros e sustentar o negócio. Essa necessidade é patente em especial na internet, nas redes sociais, em que o lucro se dá pela caça desenfreada de cliques, curtidas e compartilhamento dos conteúdos (ASSUNÇÃO e EHRENBURG, 2015). E para ter engajamento nas redes, muitas vezes os veículos apelam para o sensacionalismo barato: “Às vezes a mídia confunde o interessante com o importante” (ALSINA, 2009, p. 146).

Outro aspecto da profissionalização das fontes, é que elas também conhecem muito bem, tanto as rotinas produtivas desenfreadas das redações, quanto a precarização a que estão submetidos os jornalistas. Diante de redações cada vez mais enxutas, os repórteres precisam produzir cada vez mais e em menor tempo. A pressa, conforme já vimos no capítulo dois, é um dos fatores que favorece o Jornalismo Declaratório. Sabendo claramente dessas situações, as

fontes oficiais enviam, por meio de suas assessorias de imprensa, conteúdos, releases atrativos em formatos jornalísticos, com uma série de dados e informações “prontas” para serem publicadas. O que era uma “sugestão de pauta” - o ponto de partida para uma investigação jornalística - acaba virando a matéria em si, na acepção de Alsina (2009, p.167): “acontecimentos que explicam outros acontecimentos”.

Essa profissionalização, diga-se de passagem, não vem de hoje. No Brasil, teve início durante a ditadura militar (1964-1985), quando o regime sistematizou esse setor para propagar suas ações na imprensa da época. Diante da censura e da repressão, os releases cumpriam dois objetivos: divulgar ao máximo as ações do governo, e, por outro lado, “impedir ou minimizar a publicação de informações, versões e opiniões que contrariassem os interesses governamentais” (CHAPARRO, 2007, p. 86).

Do governo central, Chaparro (2007) destaca que as assessorias se espalharam rapidamente pelos governos estaduais e municipais: “Em dois ou três anos, o serviço público transformou-se em gigantesco e generoso empregador de jornalistas (...)” (idem, p.86).

Essa expansão também alcançou o setor empresarial, principalmente a partir dos anos 1970, quando a assessoria de imprensa começou a se tornar um setor prioritário e estratégico para as grandes corporações, muito por conta do desenvolvimento industrial no Brasil, que ocorria naquele período. Diante de um clima festivo e ufanista, os grandes empresários, juntamente com os militares, conseguiam espaços privilegiados nos principais veículos de comunicação para publicarem “notícias, referências e comentários que lhes convinham. Ou - se fosse esse o interesse - a inibir a publicação” (CHAPARRO, 2007, p. 87).

Chaparro, ao citar o jornalista Alberto Dines, observa que o regime militar trouxe a era do oficialismo na imprensa brasileira, que limitou drasticamente o poder de investigação dos repórteres. Nessa lógica, os profissionais reproduziam quase que na íntegra os releases das assessorias. “O máximo que o jornalista se permite é acrescentar uma cabeça ou lead (...) Os grandes jornais preferiram a linha empresarial, que consiste, basicamente, em informar sem comprometer-se” (apud CHAPARRO, 2007, p.86).

Nos dias atuais, uma boa assessoria de imprensa é entendida como fundamental para as instituições ou qualquer personalidade que busque espaço na mídia, em especial nos veículos de comunicação de formato tradicional (jornais, rádios, TVs e sites noticiosos). Nesse sentido, Neveu (2006) observa que, diante da profissionalização das fontes, houve uma inversão na lógica: se antes eram os jornalistas que iam atrás das fontes para a produção da notícia, agora são as fontes que tomam a iniciativa e abarrotam os repórteres de informações: “(...) a profissionalização das fontes e sua capacidade de desenvolver uma racionalidade estratégica

baseada na antecipação das rotinas e das práticas dos jornalistas para abastecê-los com material pronto para publicar ou veicular” (NEVEU, 2006, p.95).

Boa parte dos políticos possui assessoria de imprensa, o que facilita e muito a mediação com os jornalistas. Mas como já foi destacado por aqui, os jornalistas têm uma tendência natural de buscar essas fontes oficiais para a construção das notícias, já que elas estão institucionalizadas nas redes informativas (ALSINA, 2009), que estabelecem quais acontecimentos irão se transformar em notícia.

No jornalismo político de Cuiabá quem dita as regras são as fontes oficiais. Conforme Thor (2019), na verdade, existe até um certo *ethos* entre os profissionais de se buscar ao máximo cultivar essas fontes de poder. Nessa lógica, a preocupação do jornalista é fazer com que a fonte confie mais nele do que o próprio leitor.

Trata-se de uma produção jornalística em que sobra pouco espaço para outros tipos de fontes, como as populares, por exemplo. Às declarações dos políticos tratam-se de acontecimentos secundários (ALSINA, 2009), quando a própria fala da fonte se configura num acontecimento que explica o acontecimento. Segundo Alsina (2009), o sistema político vem sempre nesse sentido de controlar os “fatos primários” (ALSINA, 2009, p.164), que seriam acontecimentos excepcionais, que fogem do controle das instituições. A partir do fato primário, são criados fatos secundários cujas fontes oficiais buscam controlar a narrativa do acontecimento.

Prevalece nessa história a figura do repórter de bastidor (THOR, 2019), já abordada no Capítulo 2. Thor (2019) observa que essa conduta - se focada apenas em repercutir as declarações dos bastidores da política, como ponto de chegada e não de partida da apuração da notícia - pode tanto criar uma relação de dependência dos jornalistas dessas fontes, quanto resumir a produção noticiosa baseada em somente um tipo de fonte.

Notícias baseadas em declarações é uma escolha editorial velada dos veículos de comunicação, pensando no contexto de Cuiabá. Os políticos, que são fontes profissionalizadas, sabem muito bem disso. Aproveitam para abusar das declarações, diante dos *gatekeepers* fragilizados das redações, para transformá-las em notícias. Às vezes, lançam mão de balões de ensaio para ver como o caso repercute na mídia ou de que forma a declaração prejudicou o adversário político.

Thor (2019) observa que, muitas vezes, o jornalista entra nesse jogo de poder, e estabelece uma relação de escambo com os políticos. Nessa lógica, os profissionais produzem a notícia com base na declaração de um político, que tem interesse em projetar seu nome na mídia, e, em troca, ou num futuro próximo, pode receber uma informação de bastidor desse

mesmo político. Essa informação se transforma em furo jornalístico, que faz o profissional ganhar status entre os seus pares e prestígio junto ao seu editor. Isso, conforme o autor, pode gerar um tipo de promiscuidade que faz com que o jornalista, por exemplo, tenha dificuldades de eventualmente produzir uma reportagem contra essa mesma fonte.

Existem regras nessa relação criadas no sentido de limitar a pesquisa do jornalista (ALSINA, 2009). Se um jornalista começa a incomodar demais determinada fonte de prestígio ou uma instituição (políticos, governos e empresas privadas) ela pode se queixar do trabalho do profissional junto ao seu superior. Isso, conforme Alsina (2009), pode até resultar que o jornalista perca seu emprego. É um tipo de constrangimento organizacional (PENA, 2017) que o autor, baseado no professor de Ciência Política Erik Neveu, chama de “estratégia de punição” (ALSINA, 2009, p. 167).

Na outra ponta dessa regra do jogo entre os jornalistas e as fontes está a estratégia de “prêmio” (ALSINA, 2009), que também funciona como uma forma de limitação do trabalho jornalístico, só que de maneira velada:

Determinadas empresas, quando apresentam seus produtos, dão presentes aos jornalistas convidados, podem ser alguns objetos ou convites aos jornalistas e seus companheiros, com todas as despesas pagas, para participarem do lançamento do produto (...) (ALSINA, 2009, p.167-168).

Em Cuiabá, por exemplo, o político José Riva⁴⁵, enquanto foi presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, de 1997 a 2014, todo final de ano costumava dar um whisky de presente aos jornalistas que cobriam os acontecimentos reverberados e produzidos pela casa de leis. Situações como essas, conforme Alsina (2009), fazem com que os profissionais se sintam em dívida com a fonte.

Segundo Alsina (2009), o sistema político reconfigura os acontecimentos a partir de seus interesses. E, algo que era de interesse público, se mistura com a "valorização estabelecida pelo sistema político" (ALSINA, 2009, p. 164).

Percebemos que isso ocorre com frequência ou em praticamente durante todo o período eleitoral, em que os candidatos a todo tempo buscam estabelecer suas agendas a partir dos acontecimentos de interesse público. Em muitas ocasiões, o que acaba saindo na cobertura jornalística é uma distorção desses interesses, a partir dessa reconfiguração do sistema político; o que era para ser abordado dentro de uma perspectiva popular, de interesse e serviço social,

⁴⁵ Deputado com mais de 100 processos faz discurso de despedida em MT. Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2015/01/deputado-com-mais-de-100-processos-faz-discurso-de-despedida-em-mt.html>. Acesso em: 04.07.2022

que é a essência do jornalismo (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003) - como no casos de temas como à segurança pública, saúde, educação, saneamento básico, pavimentação asfáltica - se transforma em notícias meramente baseadas nas declarações e promessas dos candidatos sobre esses temas. Nessa lógica de produção noticiosa, as fontes oficiais ficam à vontade para definir os acontecimentos a partir de uma nova realidade.

Além do mais, o jornalista que precisa re-contextualizar rapidamente o acontecimento excepcional tem a tendência de privilegiar as interpretações estabelecidas pelo sistema político, e isso o leva a misturar a importância pública do acontecimento com a valorização estabelecida pelo sistema político (ALSINA, 2009, p. 164).

Em toda a história da imprensa, o poder político tentou controlar os acontecimentos (ALSINA, 2009). Na idade média, quando os jornais eram controlados por reis absolutistas ou pelo clero; ou no iluminismo, quando os jornais eram controlados por uma burguesia em ascensão, que concedeu essa natureza liberal-democrática ao jornalismo do mundo ocidental, seja em ambos os casos, sempre se procurou controlar os acontecimentos para que isso não afetasse o *status quo*, o regime vigente.

Na atualidade, o poder político também tenta controlar a narrativa, os acontecimentos, mas hoje em dia sente muito mais dificuldades de fazê-lo devido a multiplicidade dos canais midiáticos, pois às plataformas de redes sociais quebraram o monopólio da informação, antes concentrado na mídia tradicional (*actas diurnas*, manuscritos e veículos de comunicação em massa; jornal, TV e rádio). Hoje qualquer um é um produtor de conteúdos em potencial, tendo, por exemplo, um celular em mãos, e estando conectado a internet. Dessa forma, o acontecimento ganha vazão, fica difícil de controlar.

No entanto, os veículos digitais e os programas de rádio de Cuiabá ainda constroem suas notícias pautados muito na perspectiva do poder político, das fontes oficiais e interessadas (GOMIS, 2004). Essa é uma lógica vivida por outras metrópoles regionais, inclusive os meios de comunicação que cobrem os bastidores políticos de Brasília. A falta de pluralidade de vozes no noticiário (CHAGAS, 2020) já é algo muito alarmante se pensarmos no jornalismo como um serviço público, que busca se aproximar ao máximo da realidade. A coisa pode se agravar ainda mais se essa produção noticiosa for baseada numa lógica meramente declaratória, pois essas fontes políticas e oficiais tendem a controlar e a manipular o acontecimento. O jornalismo, então, precisa buscar alternativas, no sentido de construir notícias enviesadas para os cidadãos, para o bem comum.

É no campo político que as declarações tendem a ganhar força e *status* de

acontecimentos, até porque, conforme Gomis (2004), há uma necessidade dessa classe em ditar regras, em dizer o que é bom ou ruim para as pessoas. Sendo assim, governo e oposição são “fontes interessadas” em produzir fatos e repassá-los à imprensa e a mídia de uma maneira geral, em especial às redes sociais. São fatos para aprovação de leis, para justificar guerras e invasões a outros países, ou para conquistar o apoio popular visando a processos de impeachment contra presidentes. Fatos que são moldados, convenientemente implantados para atender determinados interesses, especialmente dos mais poderosos. E a mídia, “às fontes interessadas”, compreendem e também podem adaptar às informações “ao que o público deseja saber ou gosta que se diga” (GOMIS, 2004, p. 112).

Encontrando relação com as ideias de Tambosi (2005) sobre as fontes cognitivas de “testemunho” e “memória”, Gomis (2004) destaca que muitos fatos “nascem do que os demais nos contam e do que imaginamos” (GOMIS, 2004, p. 112). Sendo assim, conforme o autor, os estereótipos, a nossa cultura atuam diretamente na informação moldando o fato de uma maneira que nos é mais conveniente. Ele detalha que os estereótipos interceptam a informação quando essa se dirige à consciência:

(...) E, antes mesmo, já condicionaram a interpretação da realidade dada pelo informador. Imaginamos a maior parte das coisas antes de experimentá-las e, ao menos que a educação nos dê consciência disto, esses conceitos antecipados governam profundamente todo o resto de nossa percepção (GOMIS, 2004, p. 112).

Essa abundância de informação, por sinal, é de grande interesse da imprensa, que sobrevive dessa fabricação de fatos, que são uma mescla de intenções que sofrem influências das fontes interessadas, do público e da mídia. Por fim, serão notícias consumidas pelas pessoas, que servirão para justificar suas ideologias.

Os interessados em que conheçamos alguns fatos chamam a atenção dos meios ou inclusive os produzem deliberadamente para provocar na audiência uns efeitos desejados. Os meios aproveitam essa abundância de fatos trazidos ou preparados para oferecer uma imagem chamativa da realidade. E a audiência ou público capta essas imagens surpreendentes e as aproveita para ilustrar seus preconceitos, ou favorecer seus interesses, ao longo da conversação com que socialmente assimila os fatos e se orienta para a previsão de um futuro próximo. Esse é fundamentalmente o processo de produção, uso e consumo de notícias (GOMIS, 2004, p. 113).

Trazendo Foucault (2014) para o diálogo, fontes interessadas, imprensa e público podem ser entendidos como influências internas e externas que atuam nos discursos, no nosso caso, nas notícias, nos fatos jornalísticos.

A influência interna vem de quem produz os fatos (fontes interessadas) e os reverberam (imprensa); e a externa parte do público, do receptor, que recebe o fato em forma de notícia. Ocorre que a influência do receptor exerce uma espécie de interdição no discurso, chamado por Foucault de “Comentário”. E é a partir desse comentário que os acontecimentos ganham novas significações e são moldados de acordo com as conveniências, ideologias, que, segundo Gomis (2004), não deixam de ser um jeito de as pessoas se encontrarem em meio ao caos do mundo.

Foucault (2014), no entanto, faz uma ressalva: apesar das múltiplas possibilidades de sentidos geradas pelos comentários em cima do discurso primeiro, existe um paradoxo nessa história, pois, o comentário, seria sempre a repetição do fato original, mas travestido de uma nova ideia: “O comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, se não o de dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro” (FOUCAULT, 2014, p. 24).

Para a realidade jornalística, os fatos das fontes interessadas são repercutidos na imprensa, aparentemente sem interesse algum, como se o principal interessado nas informações fosse mesmo o público. A partir disso, os espectadores, os ouvintes, internautas e leitores moldam seus comentários, suas percepções diante da produção desses acontecimentos. Mas o que eles estariam fazendo, na verdade, é reproduzir o discurso primeiro que beneficiaria, no final das contas, a fonte interessada, que está ali, mas ao mesmo tempo ocultada devido ao processo de produção jornalística, que dá a entender que o fato gerado é mérito apenas do repórter e de seu trabalho de apuração (GOMIS, 2004).

A lógica de produção de notícias em grande escala e em tempo recorde, que se acirrou com a chegada da internet, somada às rotinas produtivas, precarização do trabalho com demissões em massa e redações cada vez mais enxutas, reforça por parte dos profissionais a busca por esse oficialismo na construção das notícias.

Outro aspecto é que as fontes oficiais já são algo de praxe na cultura jornalística, isso desde o final do século XIX, quando o jornalismo saiu de uma lógica partidária e panfletária para industrializar-se, ganhar contornos profissionais (KOVACK e ROSENSTIEL, 2003). Esses fatores - agravado com a pandemia do novo coronavírus - fazem nos dias atuais com que os profissionais cada vez mais fiquem sentados nas redações, apurando as matérias pelo telefone e buscando, via de regra, as fontes oficiais.

O sistema, sem dúvida, oprime o profissional. Mas, por outro lado, os repórteres não podem se eximir de culpa e precisam oferecer resistência a essa estrutura. Até por conta de uma questão de ética, responsabilidade, exame de consciência e de essência do jornalismo, que precisa colocar o interesse público acima de quaisquer outros interesses privados e/ou

comerciais (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003).

A resistência pode ocorrer por uma inversão na lógica da pauta. Ao invés do jornalista produzir uma notícia sobre uma ação judicial de despejo envolvendo populares, tendo como gancho a decisão do juiz, porque não iniciar a matéria sob a perspectiva dos despejados? Só nesse movimento de inversão de pauta, o jornalista teria em sua matéria pelo menos duas fontes. E o que é mais importante é que seriam fontes diversificadas, vindas de matrizes diferentes, pois, conforme Chagas e Kischinhevsky (2017), há uma diferença entre diversidade e pluralidade das fontes. Às vezes, uma matéria pode ter uma pluralidade de falas que vêm de um mesmo tipo de fonte. Por exemplo, durante a cobertura eleitoral da eleição municipal de Cuiabá, o *MidiaNews* - e tantos outros sites noticiosos da cidade - produziu matéria sobre um debate eleitoral na TV envolvendo os oito candidatos à prefeitura de Cuiabá. Aqui os veículos contaram com uma pluralidade de vozes para construírem as notícias. No entanto, essas vozes vieram apenas de uma matriz: as fontes oficiais.

Já a diversidade envolve uma série de atores que podem vir das fontes oficiais, institucionais, os especialistas, as testemunhas e as fontes populares. Esse seria o caminho para um jornalismo mais democrático.

Também é necessária uma institucionalização (se podemos dizer assim) por parte dos jornalistas em relação às fontes populares, para que as redes informativas de fato tenham pluralidade de informação e possam ampliar seus espectros de cobertura dos acontecimentos. Dessa forma, questões sociais importantes saem da sombra para que leitores de jornais, ouvintes, telespectadores e internautas possam visualizar outros “territórios” que até então estavam “relegados a mais completa escuridão” (ALSINA, 2009, p. 174).

3.3 - Jornalismo Político: seu *ethos* e caráter negocial

O Fetiche da Velocidade (MORETZSOHN, 2002), que se traduz com rotinas produtivas aceleradas, acompanhadas da precarização do trabalho (FÍGARO E SILVA, 2020), atrapalham uma produção jornalística mais elaborada e salutar à democracia. O problema é estrutural. São redações cada vez mais enxutas, “com a destruição de postos de trabalho” (idem, p. 107). Por outro lado, aumenta a pressão da chefia em cima dos repórteres, pelo maior número de matérias produzidas num único dia⁴⁶. *Deadlines* cada vez mais apertados para entregar o material.

⁴⁶ Tal situação é evidenciada num depoimento de uma jornalista da área de política para a pesquisa de Thor (2019) sobre um diagnóstico do Jornalismo Declaratório e Jornalismo de Dados em portais jornalísticos de Mato Grosso. A repórter relata o seguinte: *Uma das coisas, voltando o que a gente estava falando, o fato de o [site] Olhar Direto*

Pressão para escrever rápido, para ser “produtivo” e eficiente, em menor tempo possível. Via de regra, essas são as rotinas de uma redação convencional. E o fetiche da velocidade se agrava no contexto da produção dos sites de notícias, em que há um forte discurso de produção em “tempo real”⁴⁷ (MORETZSOHN, 2002).

Esses problemas estruturais podem condicionar ou até mesmo obrigar os(as) repórteres a fazer uma cobertura dos acontecimentos políticos voltada mais para o confronto, para o declaratório. No entanto, é importante observar que, acompanhado das rotinas produtivas precarizadas, encontra-se o *ethos* jornalístico (ARAÚJO; FEITOSA; MARIA; OLIVEIRA E ÚRSULA, 2017), e aqui nos referimos especialmente dentro da editoria de política. Um *ethos* que, por sua vez, também está atrelado à essência da política, isso desde o seu surgimento, há mais de cinco mil anos, a partir das cidades-Estados, na Grécia antiga (FARIA apud REZENDE, 1986).

Araújo, Feitosa, Maria, Oliveira e Úrsula (2017) constroem a ideia de um *ethos* na profissão, a partir do conceito de campo, do sociólogo Pierre Bourdieu (1989). Para o autor, os campos de interação social estão permeados de poder. Tratam-se de palcos de interação social, em que os atores travam disputas simbólicas e interpretam diferentes papéis da vida real (idem). Nesse sentido, tanto o campo político quanto o jornalístico são constituídos a partir dos diferentes papéis desempenhados pelos atores que estão inseridos nesses universos. São esferas de interação social, que constroem seus sentidos e símbolos, interagindo entre si.

No universo político, os agentes travam debates, tanto em momentos eleitorais quanto no cotidiano governativo, no sentido de construir alternativas de governo que sejam legitimadas pela população por meio do voto direto ou — o que nem sempre é verdadeiro — mediante uma representação conectada com o sentimento popular. Nesse sentido, Bourdieu (1998) defende que o campo político é um universo de produção simbólica em que os agentes procuram impor suas categorias de divisão social a partir de visões de mundo específicas (ARAÚJO; FEITOSA; MARIA; OLIVEIRA E ÚRSULA, 2017, p.184).

Por outro lado, o campo do jornalismo busca se legitimar perante a opinião pública confrontando o campo político, ao produzir, por exemplo, matérias sobre denúncias de desvio de verba pública e tantos outros casos de corrupção.

ser uma empresa grande e reconhecida porque dizer que era de lá me abria muitas portas. Agora, a gente está começando a adotar metodologias diferentes lá, porque é tudo muito corrido, aquela pressão de que você tem que escrever 500 matérias em um dia e é humanamente impossível você escrever algo que presta neste ritmo [grifo nosso]. Até por conta disso é que o nosso jornalismo hoje é muito declaratório [grifo nosso], você não tem tempo de fazer uma pesquisa, de se aprofundar em dados e sair por aí perdendo tempo para fazer uma matéria bacana.

⁴⁷ O site *MidiaNews*, o nosso objeto de investigação, inclusive levanta essa bandeira. No canto superior direito da página inicial do site, acompanhado da logo da empresa, contém a seguinte inscrição: “Credibilidade em tempo real”. Disponível: <https://www.midianews.com.br/>. Acesso em 02.06.2022.

(...) o campo jornalístico é um microcosmo social estruturado em torno de valores que configuram a cultura profissional dos agentes do campo. Tais valores são invocados como modo de legitimação do desempenho do jornalismo na esfera pública. Um desses valores assenta nas ideias de que o jornalismo é o representante da opinião pública e de que o seu trabalho reside em fiscalizar o poder político em nome da sociedade (Traquina, 2004) (ARAÚJO; FEITOSA; MARIA; OLIVEIRA e ÚRSULA, 2017, p.184).

Os autores(as) observam que essa produção simbólica do campo político é carregada de viés negativo por parte da população. Viés esse construído a partir de acontecimentos históricos da política brasileira, como o clientelismo, o coronelismo e a política de café com leite, entre os governos de São Paulo e Minas Gerais, durante a Velha República (1889-1930)⁴⁸. Essa trajetória, por assim dizer, faz com que a população brasileira veja o campo político com muita desconfiança, entendido como um ambiente de relações espúrias, em que valores como a corrupção imperam. “Se levarmos em conta que o conhecimento público de parte importante desses acontecimentos depende do filtro jornalístico, não será difícil compreender por que o jornalismo possui um papel importante na reafirmação e na naturalização desses valores” (ARAÚJO; FEITOSA; MARIA; OLIVEIRA E ÚRSULA, 2017, p.185).

Os autores(as) ressaltam que o jornalismo não está isento desse imaginário, sendo altamente influenciado por esse “clamor público” por mais honestidade na política. E dentro desse campo jornalístico, a partir dessas tensões com o campo político, é estabelecido uma comunidade interpretativa entre os(as) profissionais, o que os autores(as) classificam de *ethos* jornalístico⁴⁹.

A palavra *ethos* vem do grego e significa “caráter moral”. Trata-se de um conceito atrelado à ideia de “comportamento”, “modo de ser”. Dentro de uma tribo (PENA,2017), como

⁴⁸ Na Velha República, se estabelece uma prática que ficou conhecida como “política dos governadores”, em que as oligarquias regionais eram quem, de fato, governavam o Brasil. Nesse período, o poder estava concentrado nos estados de São Paulo, a oligarquia dos produtores de café; e Minas Gerais, a oligarquia dos produtores de leite. Eram essas oligarquias, através de acordos políticos nada republicanos, que escolhiam qual seria o presidente da vez. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/politica-cafe-com-leite.htm>. Acesso em 14.06.2022.

⁴⁹ Araújo, Feitosa, Maria, Oliveira e Úrsula (2017) observaram esse *ethos* ao analisarem uma entrevista que a então presidente Dilma Rousseff concedeu aos jornalistas William Bonner e Patrícia Poeta, durante a programação do Jornal Nacional. A entrevista foi no contexto das eleições presidenciais de 2014. No encontro, os autores e autoras salientam a disputa entre os dois campos (jornalístico e político) por legitimação e autoafirmação. Principalmente, da parte do jornalismo, eles observaram a questão da necessidade de ser o porta-voz da sociedade, de atender aos anseios da população de combate a corrupção na política. Os autores(as) pontuam que o problema não é apontar os casos de corrupção ou fazer matérias nesse sentido. Isso, inclusive, como salientam, se configura como um dos papéis do jornalismo, de questionar os poderosos. O problema, segundo eles, é quando essa confrontação aborda problemas estruturais do país de maneira superficial, produzindo matérias e entrevistas que não visam o esclarecimento, mas sim um interrogatório com objetivo de confirmar algo que “supostamente” já se sabe. Nesse sentido, os autores(as) entendem que o jornalismo perde a chance de ser um mediador construtivo aos cidadãos, que precisam de informações relevantes e esclarecedoras para eleger seus representantes na política. Disponível em: Dilma Rousseff no Jornal Nacional: a construção do *ethos* político e jornalístico na entrevista política televisiva. **Revista Compólitica**. 2017, vol. 7(2), pp. 182-201. ISSN 2236-4781.

é o caso dos(das) jornalistas, *ethos* seria uma forma de representação coletiva, com o qual os profissionais buscam legitimar seu campo de atuação, perante a sociedade. Em tempos de polarização política, os(as) autores (2017) enfatizam que essa legitimidade tem se dado em detrimento da erosão do campo e do *ethos* político.

(...) propomos pensar a noção de *ethos* político e jornalístico como construtos identitários ou retratos, na acepção romana, que correspondem ao modo pelo qual o político e o jornalista constroem a sua imagem e são vistos perante a opinião pública (...) Assim, defendemos que parte considerável do processo de construção do *ethos* desses dois campos está nos contextos interacionais entre ambos, em particular naqueles em que existem modalidades de tensão na interação, como é o caso da entrevista política. A entrevista é um dos gêneros em que o jornalista costuma enfatizar, com maior evidência, certas “mitologias glorificantes” — na expressão de Mário Mesquita (2003) — como a ideia de que a sua atuação profissional está vinculada à missão de representar a opinião pública (ARAÚJO; FEITOSA; MARIA; OLIVEIRA e ÚRSULA, 2017, p. 187).

Então, nesse *ethos* jornalístico, está incorporado a ideia do jornalismo como “Quarto Poder”, como o cão de guarda da sociedade, responsável por fiscalizar a coisa pública e os atos dos poderosos. No Brasil, essa prerrogativa de fiscal ficou patente, principalmente com o término das eleições de 2014, que reelegeram Dilma Rousseff como presidenta da República - cujo resultado das urnas foi questionado pelo candidato derrotado Aécio Neves, do PSDB⁵⁰. As dúvidas levantadas quanto à lisura do processo eleitoral, davam indicativos de que o segundo mandato de Dilma seria conturbado, na relação com os seus pares no Congresso Nacional. E foi isso que aconteceu. Dilma perdeu base política na Câmara dos Deputados, ao ponto do Governo ter muitas dificuldades em aprovar pautas de seu interesse. A economia entrou em crise, puxada pela alta da inflação e uma grande taxa de desemprego⁵¹. A aprovação do Governo perante a opinião pública derreteu, chegando a ínfimos 9%⁵². Nesse período houve o acirramento da polaridade política (Esquerda *versus* Direita) e veículos de comunicação da imprensa hegemônica do país se “especializaram” em fazer uma cobertura rasa e denunciadora dos casos de corrupção do Executivo (OLIVEIRA, 2018), alimentando ainda mais a percepção

⁵⁰ Plenário do TSE: PSDB não encontra fraude nas Eleições 2014. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2015/Novembro/plenario-do-tse-psdb-nao-encontra-fraude-nas-eleicoes-2014>. Acesso em 14.06.2022.

⁵¹ Brasil tem a maior inflação oficial em 13 anos, encerrando 2015 em 10,67%. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/08/economia/1452253515_364203.html. Acesso em 14.06.2022.

⁵² Governo Dilma tem aprovação de 9% e reprovação de 70%, diz Ibope. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/governo-dilma-tem-aprovacao-de-9-e-reprovacao-de-70-diz-ibope.html>. Acesso em 14.06.2022

na população de que os “políticos não prestam”, acentuando o viés negativo dos símbolos alocados no campo político, e reforçando os símbolos do campo jornalístico de “vigilante da sociedade”.

(...) uma das estratégias mais poderosas de busca de legitimidade pelo jornalismo está na realização de uma “cobertura adversária” em relação à política. Assim, as noções de “contra-poder” ou de “jornalismo cão-de-guarda” deixam de ser unicamente valores constitutivos da cultura profissional dos jornalistas para se transformarem em estratégias de afirmação da legitimidade do campo. Assim, a “cobertura adversária” parece pressupor que a busca da legitimidade dos jornalistas implica um proporcional declínio do capital simbólico do campo político diante da sociedade (ARAÚJO; FEITOSA; MARIA; OLIVEIRA E ÚRSULA, 2017, p. 185).

No entanto, os autores(as) ponderam que essa aspiração a cobertura adversária tem provocado sérios danos colaterais à profissão, em muitos casos, contribuindo “para a descrédibilização do sistema político e da democracia perante os cidadãos” (ARAÚJO; FEITOSA; MARIA; OLIVEIRA e ÚRSULA, p. 184). “(...) Quando isso ocorre, o jornalismo se converte em ator institucional cujo desempenho é capaz de criar, e não apenas de mediar, conflitualidades com e entre campos sociais, como o campo político e o campo judicial” (idem).

Cook (2017) observou bem esse movimento conflitual do Jornalismo Político ao estudar o comportamento de repórteres que cobriam o Congresso norte-americano, durante a década de 1990. Ele notou que os fluxos de produção de notícias se davam mais a partir de declarações polêmicas, que ora eram alimentadas entre os congressistas (democratas *versus* republicanos), ora alimentadas entre os porta-vozes da Casa Branca, *versus* o Congresso. O autor observou também que um assunto virava notícia se ele carregasse consigo não valores de importância/relevância, mas sim valores de produção, calcados em imagens chamativas e um tipo de tema que pudesse favorecer um esquema de narrativa baseado em impasse e conflito, vítimas e vilões e desfecho. Caso contrário, a história dificilmente seria publicada, e se fosse, não ganharia destaque na primeira página, ficando relegada às páginas mais secundárias dos jornais.

O conflito faz assim parte do processo de produção da notícia. Acima de tudo, para qualquer meio jornalístico, o que quer que a fonte faça deve fazer parte de uma narrativa. A história deve ter não só protagonistas e antagonistas em conflito, mas as ações da fonte devem mover a história até um novo episódio. Na falta de tal movimento, os jornalistas tendem a concluir que “nada aconteceu” e, portanto, não há notícia (COOK, 2011, p. 209).

Assim, dá-se a impressão que o Jornalismo Político seria um mero objeto de instrumentalização dos políticos, que a partir de suas declarações polêmicas, buscaria orientar

o noticiário a seu favor. Mas para Cook (2017), por mais que a cobertura dos bastidores da política seja voltada ao acirramento de declarações, ele pondera que, no final das contas, os políticos não têm o total controle do que sairá no noticiário. A isso ele chama de “valores de negociação” (COOK, 2017, p. 210) entre as fontes oficiais (políticos e funcionários públicos) e os(as) repórteres.

Essa negociação entre os dois lados supera uma troca de diálogo mais superficial entre fontes e jornalistas. A negociação ocorre de maneira sofisticada e, via de regra, não se trata de algo declarado. E o processo interacional se torna complexo ao ponto de repórteres e fontes anteverem o movimento de cada um, durante a construção da notícia. De um lado, às fontes selecionam informações, numa estratégia de controlar o noticiário. Do outro, os(as) repórteres buscam fazer previsões de qual será a reação do político, quando a matéria for publicada (COOK, 2017). “(...) o noticiário é uma co-produção constante, ainda que raramente consciente, de funcionários públicos e jornalistas” (COOK, 2017, p. 223).

O caráter negocial dessa relação também prevê que quando um repórter vai produzir uma matéria que tenha como foco a ação de um político ou do Governo, ele não irá entrevistar apenas as fontes interessadas na notícia. Ao ouvir o político A, o repórter também ouvirá o político B, além de outras fontes especializadas, como cientistas políticos. É nesse processo de apuração que a fonte interessada perde o controle da matéria e o caráter negocial se estabelece. No final das contas, segundo Cook (2017), jornalismo e política, como instituições, dependem um do outro, de maneiras diferentes. O jornalismo para concluir seu trabalho. E a política para fazer valer e aparecer seu trabalho.

É dentro desse caráter negocial que o jornalismo sai fora do eixo, afrontando e incomodando os políticos. Via de regra, os poderosos conseguem ditar regras e controlar o noticiário, mas nem sempre a coisa sai como o planejado. Os meios de comunicação, por outro lado, também podem pegar uma declaração ou um evento que seria favorável a fonte oficial, retirá-lo do contexto original, e reconstruir uma realidade (SPONHOLZ, 2009) que traga novos contextos e sentidos, a partir da apuração de outros dados e das declarações de outras fontes.

Para o experiente jornalista Franklin Martins (2021), que por décadas cobriu os bastidores da política brasileira, em Brasília (DF), também entram nessa negociação, os leitores, telespectadores, ouvintes e internautas. Isso porque, os cidadãos cada vez mais tem possibilidade de receber informações, por diferentes meios. Nesse caso, os donos dos veículos podem até fazer valer, num primeiro momento, seus interesses, que, em muitos casos, estão alinhados com determinados grupos políticos. Mas, num segundo momento, ajustes terão que ser feitos no noticiário, devido às pressões sociais.

Evidente, se o dono do jornal quiser imprimir um determinado viés ao noticiário, sua decisão prevalecerá sobre qualquer outra consideração. Pior para ele: se o assunto for relevante e a agressão aos fatos for muito nítida, em pouco tempo a pressão dos leitores recolocará o tema em discussão, impondo ajustes, adaptações ou mesmo revisões na decisão anterior. A curto prazo, a opinião do dono pesa muito, mas, a longo prazo, a opinião do leitor pesa mais (MARTINS, 2021, p. 26).

No entanto, Martins (2021) faz ressalva sobre a influência dos cidadãos no noticiário. Observa que esse poder de negociação tem mais força nos grandes centros do país, como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, onde encontram-se os principais conglomerados de comunicação, como o Grupo Folha, Rede Bandeirantes e as organizações Rede Globo. Em contexto de regiões periféricas - como é o caso de Cuiabá (MT), no qual o nosso objeto de investigação está inserido - há uma forte tendência que os meios de comunicação fiquem reféns da verba pública, para financiarem seus negócios. Diante desse cenário, os interesses dos poderosos têm muito mais influência sobre os meios do que a opinião pública.

É evidente que em alguns estados e em muitas cidades, as maiores pressões sobre o jornalista parte do poder - do governador, do prefeito, dos caciques políticos, dos grandes empresários etc. Isso ocorre especialmente em regiões e municípios em que a sociedade civil é de certo modo frágil e o Estado, um grande empregador e um grande anunciante. No caso dos jornais de municípios do interior, que dependem das verbas das Prefeituras para se sustentar, não há dúvidas de que a maior ameaça vem das próprias Prefeituras. Nos estados mais pobres do Brasil também (MARTINS, 2021, p. 36).

Cook (2017) também aborda em sua teoria o aspecto do viés e da seletividade no Jornalismo Político. Destaca que é importante distinguir os diferentes vieses que há numa cobertura política. Há, por exemplo, o viés situacional, que envolve as preferências dos(das) jornalistas por determinados políticos. Preferências essas que, não necessariamente, ficam explícitas nas matérias. E há também o viés estrutural, que é quando os atores políticos, de um determinado grupo de poder, se utilizam de critérios de noticiabilidade (PENA, 2017) para engendrar a imprensa. Com isso, eles conseguem aparecer no noticiário de forma sistemática e favorável.

A respeito da seletividade, Cook (2017) entende que ela não é um problema em si, tendo em vista que se trata de uma característica intrínseca ao noticiário: “Os repórteres só podem atender a alguns dos eventos possíveis” (COOK, 2017, p. 206). Também destaca que a seletividade, em si mesma, não se traduz automaticamente em uma notícia enviesada: “Afinal,

não obteríamos uma visão enviesada do mundo se as notícias tomassem uma amostra aleatória de todos os eventos possíveis a cada dia” (idem).

O problema, conforme o Cook (2017), é quando essa seletividade se restringe a determinadas fontes. Isso sim torna a cobertura política enviesada, principalmente do ponto de vista estrutural. E com uma cobertura enviesada, o jornalismo perde o seu poder de negociação com a fonte [sobre qual viés a matéria será publicada]; e também sua relevância social de ser um prestador de serviço aos cidadãos, no sentido de fazer a mediação da Esfera Pública (HABERMAS, 1990), para esclarecer possíveis declarações imprecisas ou até mesmo mentirosas, com intuito de propagar *fake news*.

Esfera Pública, conforme o filósofo Jürgen Habermas (1990), é um espaço em que diferentes atores políticos estão inseridos em uma mesma rede extensa de interação e cooperação. Os integrantes dessa esfera, muitas vezes podem não concordar entre si. Mas, segundo Habermas (1990), até para discordar eles fazem parte de um mesmo horizonte comum, de conhecimento adquirido e construído coletivamente. Se não houver esse entendimento inicial, a Esfera Pública não se viabiliza, comprometendo a construção de opiniões que favoreçam ao conhecimento e ao fortalecimento da democracia.

A Revolução Francesa foi o propulsor para o movimento de politização de uma esfera pública inicialmente de cunho literário e voltada para a crítica de arte. Isso vale não só para França, mas também para Alemanha. "Uma politização da vida social", a ascensão de uma imprensa opinativa e a luta contra a censura e pela liberdade de opinião caracterizam a mudança de função da rede expandida da comunicação política até a metade do século XIX (HABERMAS, 1990, p. 38-39).

E no contexto de negociação entre jornalistas e fontes, Chagas (2016) entende que é preciso ter uma Esfera Pública efetivamente democrática e funcional, no sentido de abarcar posições e opiniões dos mais diferentes setores e atores da sociedade (sindicatos, partidos políticos, movimento negro e movimentos sociais, feministas, movimento LGBTQIA+ e etc.).

A esfera pública então se torna ampla e com a comunicação não vista somente pela decadência dos debates mercadológicos, mas com diversas condições para fazer valer aspectos discursivos. É nesta perspectiva que se enquadra a necessidade de termos as mais diversas vozes compondo os debates para a formação da opinião essencialmente pública (CHAGAS, p. 2016, p. 88).

No entanto, as possibilidades de uma Esfera Pública genuinamente democrática e cidadã ficam limitadas, se a cobertura jornalística se pautar pelo enquadramento de “corrida de cavalo” (PORTO, 2001), principalmente em contexto de eleições partidárias. Na corrida de cavalos, o foco é na agenda dos candidatos, nas diferentes estratégias que eles utilizam para subir nas

pesquisas de intenção de voto. Assim, as notícias se resumem, basicamente, aos posicionamentos, as declarações dos atores políticos durante a corrida eleitoral.

Ao estudar as seleções de fontes na emissora de rádio Capital FM de Cuiabá, durante a cobertura das eleições de 2018, Chagas (2019) percebeu o enquadramento da "corrida de cavalos" na produção de notícias do veículo. Seu estudo revelou que devido à predominância de fontes oficiais, a cobertura das eleições ficou restrita aos temas do campo político, envolvendo, principalmente, quem estava à frente das pesquisas eleitorais, o conteúdo das campanhas em si, e casos de corrupção. Também corroborou para o enquadramento corrida de cavalos fatores relacionados às condições de trabalho dos(das) repórteres, como o número baixo de profissionais, e o trabalho sentado e ausente do palco dos acontecimentos (CHAGAS, 2019, p. 104). "Os problemas presentes em um Estado que tem Cuiabá com 300 anos de história e a ausência de políticas públicas na área de educação e saúde, por exemplo, passam despercebidas no modelo de cobertura como uma corrida de cavalos" (idem).

A consequência disso é a construção de um noticiário capenga, que atende muito mais aos interesses de um determinado grupo político. Diante disso, surge a necessidade de se equilibrar a balança do noticiário, também dando espaço para a periferia (os cidadãos comuns) dizer o que pensa, e pautar a imprensa sobre os reais problemas da cidade.

Como já discutimos mais acima, os(as) jornalistas possuem condições de negociar com as fontes o viés de uma notícia. Mas esse poder de negociação pode ficar fragilizado para o lado dos profissionais da comunicação, se acontecer um processo de dependência e passividade do(a) jornalista (O'NEILL e O'CONNOR, 2008).

As autoras explicam que o fenômeno se dá muito devido à profissionalização das fontes (CHAPARRO, 2007), que conhecem os ritmos das redações e sabem o tipo de conteúdo e declarações que podem emplacar mais como notícia. Aliado a isso, há também os releases da assessoria de imprensa, que já enviam a matéria pronta para ser publicada. Tais situações, conforme O'Neill e O'Connor (2008), resultam num circuito fechado entre fontes oficiais e os(as) jornalistas, dando pouca vazão para um exercício da profissão mais voltado para as questões sociais, que atingem os cidadãos comuns no dia-dia. O resultado dessa falta de diversidade é que podem prevalecer discursos interesseiros, sem preocupação com a coletividade, além de danos colaterais à democracia (O'NEILL e O'CONNOR, 2008).

Diante dessa passividade dos(das) jornalistas, reféns dos releases, os atores políticos têm a possibilidade de ditar a regra do jogo, sem muitas interferências e resistências do campo jornalístico. Assim, essas fontes oficiais ficam à vontade para nortear as políticas públicas, de acordo com os seus interesses. Nesse processo, tanto de passividade quanto de dependência,

O'Neil e O'Connor (2008) reforçam que a profissão perde aquela ideia de autonomia e criticidade perante a sociedade atual. As autoras (2008) destacam também que a dependência das fontes oficiais e organizadas coincide com as pressões e a proximidade das instituições junto às redações jornalísticas. No Brasil, essa relação se estreitou a partir da abertura democrática (CHAPARRO, 2007), com o fim da Ditadura Militar, que vigorou de 1964 a 1984.

Os (as) jornalistas tendo acesso a poucas fontes, ou às fontes de um mesmo espectro organizacional, ocorre um desequilíbrio na relação negocial entre os dois campos. A tendência, nesse sentido, é que os(as) profissionais tenham poucas manobras de vazão para trazer um material diferenciado aos cidadãos, que inclusive, surpreenda as fontes que foram entrevistadas, que é um dos aspectos mais importantes do caráter negocial (COOK, 2017). Com a dependência e passividade dos(das) jornalistas em alta, o que as fontes oficiais declararem, é o que será publicado pela imprensa de uma forma geral, em especial, pelos sites de notícias, se pensarmos no objeto de investigação deste trabalho.

4. METODOLOGIA E ANÁLISE

Investigamos a manifestação do Jornalismo Declaratório na imprensa cuiabana a partir do site de notícias *MidiaNews*. A coleta de dados da pesquisa teve como base as notícias que seguem as definições sobre Jornalismo Declaratório, durante o período eleitoral, relacionadas aos candidatos à prefeitura de Cuiabá de 2020. O recorte temporal da coleta de notícias compreendeu as duas últimas semanas do período eleitoral, que foi de 9 a 13 de outubro (1º turno) e de 23 a 27 de novembro (2º turno) de 2020. A escolha deste período para estudar as manifestações do JD se deu por ser uma época em que as declarações dos políticos estão em mais evidência e são usadas constantemente pelos jornalistas como gancho principal das matérias. Ao todo foram analisadas 77 notícias durante o período eleitoral.

Escolhemos o site inserido no jornalismo online pela capacidade que essa mídia tem de produzir notícias em grande escala, em alta velocidade, e baseadas em métricas de audiência (busca por assuntos que deem mais cliques a página, por exemplo) (ASSUNÇÃO e EHRENBERG, 2015). Fatores que, por si só, podem comprometer a qualidade da informação, devido à falta de verificação das declarações das fontes inseridas nas matérias. Essa lógica veloz do jornalismo online também vai ao encontro do conceito de Fetiche da Velocidade, proposto pela professora Sylvia Moretzsohn (2002). Segundo ela, o jornalismo sempre teve essa ânsia de dar às notícias em primeira mão, situação que se agravou ainda mais com o surgimento da internet.

Falando mais especificamente do porquê da escolha do *MidiaNews* para essa investigação, trata-se de um site inaugurado em 1999, e que está entre os veículos de comunicação digital mais antigos e também mais acessados de Mato Grosso, a partir de uma amostragem do serviço da *Web Alexa Top Sites*⁵³. No entanto, a escolha do *MidiaNews* se deu principalmente pelo seu pioneirismo e relevância na política regional. Foi um veículo, que juntamente com o Olhar Direito⁵⁴ e o RD News⁵⁵, inaugurou toda uma forma de fazer jornalismo político digital (THOR, 2019). Isso ocorreu no final dos anos 1990, quando a internet ainda era muito incipiente, com poucos usuários no estado. O *MidiaNews* se estabeleceu como referência criando um modelo de negócios que serviu de inspiração para os veículos digitais que se sucederam ao longo das duas últimas décadas. Sua trajetória é marcada por uma forte cobertura dos bastidores da política local e das eleições municipais e estaduais de Mato Grosso. Em sua editoria de política, as matérias são marcadas pela busca de uma factualidade e se

⁵³ Mais detalhes da audiência do *MidiaNews*, ver na Introdução desta pesquisa.

⁵⁴ <https://www.olhardireto.com.br/>. Acesso em 02.11.2021

⁵⁵ <https://www.rdnews.com.br/>. Acesso em 02.11.2021

restringem às declarações das autoridades políticas, que repercutem os assuntos gerados pelo campo político local, como: projetos de leis, disputa eleitoral, articulação de bastidores, coligações partidárias e troca de acusações entre as figuras políticas mais proeminentes de Cuiabá e do estado.

A respeito da metodologia para analisar o *corpus* de pesquisa deste trabalho, optamos por duas ferramentas para estudar as características do Jornalismo Declaratório do *MidiaNews*. Trata-se de uma metodologia que possui uma parte quantitativa e a outra qualitativa. Na quantitativa, o método usado foi o Protocolo de Análise de Cobertura Jornalística (SILVA e MAIA, 2011). Já na qualitativa, adaptamos os conceitos da Teoria dos Atos de Fala (AUSTIN, 1990; SEARLE, 1995). Essas ferramentas nos auxiliaram a identificar e a descrever as características das notícias baseadas em Jornalismo Declaratório, durante a cobertura do período eleitoral em Cuiabá, como veremos adiante.

4.1 Análise da Cobertura Jornalística

A Análise da Cobertura Jornalística (ACJ) auxilia a avançar em questões específicas do produto noticioso e se organiza como uma forma multimétodo de olhar para o período analisado no *MidiaNews*. Essa adaptação da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) para os estudos em Comunicação focados no jornalismo (SILVA e MAIA, 2011) também são aqui reorganizadas de forma a entender a entrada das declarações e das fontes associadas a essas falas.

A ACJ possui ferramentas adicionais para analisar as especificidades de uma notícia, como, por exemplo, as marcas de apuração contidas no próprio texto. A partir das técnicas desse protocolo é possível saber se, para produzir a matéria, o jornalista foi até o local do acontecimento ou apurou somente pelo telefone, quais tipos de fontes ele consultou ou se trata de uma informação em primeira mão, que segundo Silva e Maia (2011, p. 28) são “obtidas diretamente pelos autores do texto e podem ser fornecidas por fontes de naturezas diversas (inclusive por meio de declarações públicas em coletivas de imprensa e eventos em geral)”.

As autoras frisam que o protocolo foi desenvolvido para analisar textos em jornais impressos. No entanto, entendemos que os três níveis analíticos da ferramenta – “(1°) **Marcas de apuração**, (2°) **Marcas da composição do produto** e (3°) **Aspectos da caracterização contextual**” (SILVA E MAIA, 2011, p. 26) podem ser adaptados para os objetivos desta pesquisa. Dessa forma, nos apropriamos desses níveis para, a partir do material coletado, estabelecer tipos de categorias e as formas de apuração do Jornalismo Declaratório, ou seja:

saber quais fontes foram usadas, como são relacionadas às declarações, número de fontes por notícia e se houve contraditório.

Como destacamos na Introdução, o contraditório é um princípio jurídico que a prática jornalística adaptou da área do Direito. No Direito, o contraditório está inserido no contexto da ampla defesa de um réu (BASTOS, 2001). Neste caso, a pessoa acusada em processo jurídico tem o direito de apresentar a versão que lhe convenha a todo ato que é produzido contra si, “(...) ou ainda de fornecer uma interpretação jurídica diversa daquela feita pelo autor. Daí o caráter dialético do processo, que caminha através de contradições a serem finalmente superadas pela atividade sintetizadora do juiz” (BASTOS, 2001, p. 235).

No contexto jornalístico, o contraditório está previsto no artigo 14, do Capítulo 3, do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (1985-2007), em que diz o seguinte: “O jornalista deve: a) Ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, todas as pessoas objeto de acusações não comprovadas, feitas por terceiros e não suficientemente demonstradas ou verificadas. b) Tratar com respeito a todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar” (FENAJ, 2007, s/n).

No caso da nossa pesquisa, o contraditório, além de suas premissas já basilares, ganha contexto mais amplo, a partir de uma diversidade de fontes que podem ser acionadas, como forma de fazer contraponto às declarações dos políticos durante o período eleitoral. Ou seja, o contraditório, na acepção de Chagas e Kischinhevsky (2017), não deve ser estabelecido somente entre as fontes oficiais, que no campo político costumam trocar farpas e acusações entre si. Também deve ser estabelecido a partir de outras vozes, como fontes populares e especializadas. As especializadas (cientistas, professores e pesquisadores), por sinal, são fundamentais para contrapor inverdades, discursos reacionários e autoritários. Dessa forma, a pesquisa verificou, por meio da ferramenta de Análise de Cobertura Jornalística, quantos e quais tipos de vozes foram acionadas pelos jornalistas para estabelecer o contraditório nas matérias durante o período eleitoral.

Para entendermos como essa ferramenta nos ajudou na caracterização do JD proposto por esta pesquisa, iremos detalhar os três níveis analíticos originais do protocolo, além do quarto nível inserido por nós, que permitiu detalhar as declarações do JD durante o período eleitoral em questão.

O 1º Nível, as autoras explicam que se trata de um nível mais específico, em que a análise é feita diretamente no produto jornalístico, no caso, as notícias onde "são explorados indícios do método de apuração e da estratégia da cobertura em close-up" (SILVA E MAIA, 2011, p.27). Dessa forma, esse nível (as **Marcas de apuração**), contém três tópicos: 1)

Assinatura; 2) *Local de apuração/ acesso do jornalista ao local do acontecimento*: e 3) *Origem da Informação*.

O tópico *Assinatura* é subdividido em: Local (repórter da matriz da redação); Correspondente; Enviado especial; Colaborador; Agência de notícias: Não assinado.

Já o segundo tópico (*Local de apuração/ acesso do jornalista ao local do acontecimento*), Silva e Maia (2011) explicam que o pesquisador(a) consegue verificar vestígios desse item "no contexto geral da notícia, mas a assinatura (item 1) pode ajudar" (SILVA E MAIA, 2011, p. 27). As subdivisões desse tópico - Interno (redação) ou indefinido e Externo -, também ajudam a desvendar se o jornalista apurou o texto de dentro da redação ou foi para o local do acontecimento. A marca de apuração Interna se apresenta quando não há evidências no texto de que o jornalista foi à rua apurar a matéria.

Já a marca de apuração Externa é quando há sinais no texto de que o jornalista saiu de dentro da redação para apurar a matéria. Esses sinais podem ser percebidos na própria narrativa do jornalista, com frases como: "a reportagem esteve no local para registrar a situação"; ou até mesmo no registro fotográfico para ilustrar o texto, quando a autoria do repórter fotográfico do veículo pode indicar de que a equipe se deslocou até o local para produzir a notícia.

Ainda neste item podem ser levantadas questões como:

[...] algum profissional da redação foi mobilizado? Foi preciso deslocar alguém? Em que dia em relação ao acontecimento a pessoa foi deslocada? O veículo dispõe de redações/sucursais em diversos locais? O veículo publica textos que não foram produzidos por jornalistas da redação? O veículo conta com marcadores ou setoristas? Tais aspectos ajudam a entender, por exemplo, por que determinados acontecimentos e/ou locais foram cobertos e outros deixados de fora e como essas estratégias moldam os acontecimentos cobertos (SILVA E MAIA, 2011, p.28).

Já o terceiro tópico do 1º nível (**Origem da Informação**) fornece elementos que mostram como o jornalista adquiriu a informação ou de que maneira ela chegou até ele. Silva e Maia (2011) ressaltam que há inúmeras formas de se fazer esse tipo de classificação. Elas sugerem uma categorização que mescla três situações: "(a) a forma como a informação foi obtida (direta ou indiretamente); (b) a natureza das fontes (humana, documental ou eletrônica); e (c) a posição das fontes no contexto dos acontecimentos (no caso de fontes humanas), ou seja, o lugar a partir do qual a fonte fala para dar as informações (SILVA E MAIA, 2011, p.28).

A nossa pesquisa utiliza esses critérios para caracterizar o JD no *corpus* de análise, mas também acrescenta uma outra categorização de fontes, proposta por Chagas e Kischinhevsky (2017). Como essa categorização trabalha diretamente com fontes humanas, acreditamos que ela seja mais apropriada para ajudar a pensar as vozes que são acionadas na produção do JD em

Cuiabá.

Em detalhes, segue a categorização:

- **Oficiais** – Ocupantes de cargos eletivos e funcionários do Executivo, do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público, de autarquias, fundações e empresas públicas, em níveis federal, estadual e municipal;
- **Empresariais** – Associações representativas dos setores comercial, financeiro, industrial, agronegócio, de serviços, corporações, consultorias, executivos;
- **Institucionais** – Integrantes de organizações do terceiro setor, organismos multilaterais, movimentos sociais, organizações sindicais;
- **Testemunhais** – Personagens que presenciaram acontecimentos com valor-notícia atribuído por jornalistas e radialistas;
- **Populares** – Pessoas comuns, que em geral são representadas no noticiário como vítimas de determinada situação – um crime, uma injustiça, uma política pública ineficiente – ou lançam mão de táticas de espetacularização para se fazer ouvir e reivindicar melhorias no seu cotidiano;
- **Especialistas** – Profissionais com reconhecido saber técnico ou científico sobre determinado campo em torno do qual se desenvolve uma cobertura jornalística;
- **Notáveis** – Celebidades, artistas, esportistas, comunicadores, pessoas que desempenham ou desempenharam atividades de grande reconhecimento social, sobre as quais se atribuem variáveis valores-notícia. (CHAGAS E KISCHINHEVSKY, 2017, p. 116-117).

O 2º nível (**Marcas da composição do produto**) auxilia a mostrar os diferentes gêneros jornalísticos que os repórteres utilizam para produzir as matérias. Entre esses gêneros, conforme Silva e Maia (2011) estão: Nota; Notícia; Fotonotícia/fotolegenda; Entrevista; Reportagem; Reportagem especial/dossiê (SILVIA E MAIA, 2011, p.30).

Outro item desse nível são os *Recursos visuais/adicionais* que podem vir nas matérias, como Gráfico ou tabela; Box; Infográfico; Imagem não fotográfica (como ilustrações e montagens); e Fotografia (SILVA E MAIA, 2011, p. 31).

E, por último, temos o 3º nível do protocolo original, que são os **Aspectos do contexto de produção**, que se dividem em Contexto interno e Contexto externo.

No Interno, conforme Silva e Maia (2011, p. 31) trata-se da “caracterização visual, editorial e organizacional do veículo/empresa”. Esses aspectos, como detalham as autoras, podem revelar o estilo da redação, a lógica do trabalho diário, que são as rotinas produtivas; além do tipo de formatação do produto, se ele é segmentado ou dirigido.

Já o Externo tem mais a ver com os aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais locais, nos quais o veículo de comunicação está inserido.

Em relação aos três níveis do protocolo, Silva e Maia (2011) ressaltam que eles foram categorizados a partir dos estudos de Kovach e Rosenstiel (2003), que organizaram os principais postulados do que eles chamam de "disciplina da verificação" (idem).

Eles [KOVACK E ROSENSTIEL] mencionam uma série de aspectos técnicos do processo produtivo que podem ser explicitados – e, logo, estudados empiricamente – em produtos jornalísticos comuns: (1) fontes de informação consultadas; (2) **tendência ao jornalismo declaratório [grifo nosso]**, ou seja, à transposição exagerada de falas; (3) preponderância de análises e interpretações sobre a busca de fatos novos; (4) recorrência do denunciismo – quando o jornal publica suspeitas e alegações sem sustentá-las em uma investigação própria; (5) recurso abusivo ao off; (6) emprego de métodos não-ortodoxos de apuração, como câmera escondida, disfarce e infiltração; (7) frequência da apuração de segunda mão; (8) **predomínio de fontes oficiais [grifo nosso]**; entre outros. Convertidos em categorias e variáveis de análise, os aspectos levantados por Kovach e Rosenstiel (2004) contribuem para estruturar o protocolo apresentado aqui (SILVA E MAIA, 2011, p.26).

Para verificar a relação entre as declarações e as fontes, inserimos um 4º nível, que chamamos de **Marcas da Declaração** para observar às seguintes incidências: a) tipos de declaração de acordo com a Teoria dos Atos de Fala; b) número de fontes por notícia; c) Fontes com declarações que embasaram a notícia ou foram fontes únicas; d) Declarações sem contraditório; e) Declarações com contraditório; e f) Tipos de fontes com declarações selecionadas.

Com esse quarto nível é possível perceber de onde vem as informações, se do poder público, de autoridades políticas, instituições privadas, assessorias de imprensa ou de fontes populares. Inserimos também algumas especificidades - dentro desse nível - como as marcas de contraponto para perceber se essas declarações foram noticiadas sem resistência ou contraditório; as formas de verificação apresentadas no texto sobre as declarações.

Por fim, todos esses elementos da cobertura jornalística - organizados nos quatros níveis do protocolo - nos ajudaram a demonstrar como o acontecimento foi sendo apreendido pelo *MidiaNews* durante a cobertura das eleições à prefeitura de Cuiabá, em 2020.

Para separar, no *corpus* de análise, as notícias como sendo Jornalismo Declaratório, utilizamos como critério as definições de Tambosi (2005) e Oliveira (2018) sobre o assunto. Conforme Tambosi, Jornalismo Declaratório seriam notícias construídas apenas com base nas declarações das fontes. Oliveira (2009) acrescenta que nessa construção, a questão da verificação das declarações fica em segundo plano. Ou seja, priorizam-se as falas que são colocadas como verdades nas notícias, que beneficiam a fonte que fez a declaração que originou

a

matéria

jornalística.

A partir desse entendimento, selecionamos as notícias da seguinte forma: a) produzidas a partir das declarações dos candidatos à prefeitura de Cuiabá: aqui entram, por exemplo, notícias construídas com base em entrevistas com os candidatos feitas pelos jornalistas e notícias que foram construídas a partir dos programas eleitorais dos candidatos, veiculados nas emissoras de rádio e TV; e b) notícias produzidas a partir das declarações de outros agentes políticos, que também estavam inseridos no processo eleitoral: esses agentes podem ser cabos eleitorais, bem como outros políticos de expressão, que apoiam determinados candidatos.

4.2 Teoria dos Atos de Fala

Os Atos de Fala (AUSTIN, 1990; SEARLE, 1995) também podem nos ajudar a compreender melhor os tipos de declarações contidas no Jornalismo Declaratório. Essa teoria foi formulada na primeira metade do século XX pelo filósofo britânico John Langshaw Austin (1990), integrante do movimento de pensadores que fundaram a filosofia analítica da linguagem. Esse grupo quebrou uma tradição do século XIX a respeito da linguagem, que era vista mais como relato formal dos acontecimentos, ou seja, algo não diretamente conectado ao mundo real, mas que apenas o descrevesse. Austin (1990), por sua vez, entendia que não. Para o autor, as palavras, as expressões ordinárias, agem diretamente sobre o mundo e as pessoas. Mais do que isso, as palavras moldam o mundo e as nossas relações cotidianas, ou seja: dizer, em muitos casos, é literalmente fazer.

Para tirar essas conclusões, Austin (1990) teve que sistematizar algumas categorias de palavras ou expressões em classes que ele chamou de “atos locucionários”, “ilocucionários” e “perlocucionários” (AUSTIN, 1990, p. 85).

O ato locucionário é o proferimento de um determinado conjunto de palavras, a linguística de forma mais pragmática; o ato ilocucionário é quando dizer também é fazer, é prometer ou delegar algo a outrem, nas palavras do próprio teórico: “a realização de um ato ao dizer algo, em oposição à realização de um ato de dizer algo” (AUSTIN, 1990, p. 89); já o ato perlocucionário é a consequência do que foi dito:

(...) em que realizar um ato locucionário, e assim um ato ilocucionário, pode ser também realizar um ato de outro tipo. Dizer algo frequentemente, ou até normalmente, produzirá certos efeitos ou consequências sobre os sentimentos, pensamentos, ou ações dos ouvintes, ou de quem está falando, ou de outras pessoas. E isso pode ser feito com o propósito, intenção ou objetivo de produzir tais efeitos. Em tal caso podemos dizer, então, pensando nisso, que o falante realizou um ato que pode ser descrito fazendo-se referência, meramente oblíqua (C.a), ou mesmo sem fazer referência alguma (C.b) à

realização do ato locucionário ou ilocucionário. Chamaremos a realização de um ato deste tipo de realização de um ato perlocucionário; ou perlocução (AUSTIN, 1990, p.90).

O doutor em linguística aplicada, Vilson Leffa, nós dá um exemplo bem didático de como essas três dimensões dos atos da fala interagem:

(...) um professor X, por exemplo, faz algo ao dizer para seus alunos “Eu gostaria que vocês ficassem o texto A”, posto que essa sentença não se esgota num mero jogo de regras gramaticais esvaziadas de sentido (o locucionário por si mesmo), mas é, antes disso, porta-voz de um pedido e/ou mandato do professor a seus alunos. Desse modo, há a evidência de um ato ilocucionário, entre os vários que o contexto pode revelar. Ora, esse dizer (pedido e/ou mandato) pode acarretar diferentes reações: os alunos fazerem a atividade proposta ou, quem sabe, recusarem o pedido como protesto são supostas respostas ao que fora dito. E, nesse caso, há a referência ao ato denominado por Austin de perlocucionário⁵⁶.

Austin (1990) também observa que as declarações são performativas sobre o mundo. Ou seja, o ato de afirmar algo, alertar, aconselhar ou prometer sempre terá consequências práticas no cotidiano. Não se trata apenas de constatações ou de que o que foi dito é falso ou verdadeiro. Uma pessoa pode dizer que está chovendo e isso é passível de verificação. Quem recebeu a mensagem, basta ir até a janela e confirmar. A princípio, tal afirmação seria apenas uma constatação de algo, e o ato de falar se encerraria por aí (locução). No entanto, os estudos de Austin (1990) indicam que esse tipo de fala não se trata apenas de uma constatação. O que foi dito sobre a chuva continua gerando ecos sobre o mundo ao redor e repercutindo, principalmente no receptor da mensagem, que passa a performar sobre aquilo que foi dito, ou seja, a fala, para além de uma constatação, é um ato ilocucionário e gerou um ato perlocucionário, pois, sabendo que está chovendo, ou que poderá chover, essa pessoa pode cancelar uma reunião ou comprar um guarda-chuva.

Partindo da premissa de que os atos de fala são todos ilocucionários, Austin (1990) também buscou categorizar grupos de verbos que evidenciam as palavras como forma de ação sobre o mundo. Assim ele classifica os atos ilocucionários como: *verditivos*, *exercitivos*, *comissivos* ou *compromissivos* (SEARLE, 1995), *comportamentais* e *expositivos*.

Os *verditivos*, como o próprio nome sugere, são verbos, atos que exprimem um veredito, um juízo de valor, a exemplo de quando um júri estabelece que uma pessoa é culpada por um crime. Ou quando um juiz de futebol dá cartão vermelho ao jogador. Mais do que palavras, são atos que provocam uma ação, pois, quando um padre diz: “eu vos declaro, marido e mulher”,

⁵⁶ **A Teoria dos Atos de Fala: história, taxonomias e formas de aplicação.** Disponível em: http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/ECLAE_II/linguagem%20texto%20e%20a%C3%A7%C3%A3o/direita.htm. Acesso em 03.02.2002.

ele está criando um casal. Alguns exemplos desses verbos são: “absolver”, “condenar”, “calcular”, “descrever” e “analisar”. Esses atos ilocucionários, conforme Austin (1990) também são encontrados nas apreciações ou avaliações de caráter, tais como "Eu o chamaria de empreendedor" (AUSTIN, 1990, p.124).

Os *exercitivos*, por sua vez, consistem no exercício de poderes, direitos ou influências. Por exemplo: designar, votar, ordenar, instar, aconselhar, avisar, etc.” (AUSTIN, 1990, p. 123). Trata-se de uma decisão, de uma sentença, quando uma mãe aplica um castigo ao filho: “hoje, de casa você não sai”.

Os *comissivos ou compromissivos* possuem a força ilocucionária de prometer ou se comprometer com algo. É quando um político em campanha se compromete a entregar a obra de um hospital, por exemplo: “Esse é um compromisso que assumo com vocês, caros eleitores. Nossa cidade terá o melhor hospital da região”, pode dizer o candidato.

Já os *comportamentais* são verbos de reação diante da conduta de outrem. Podem ser para pedir desculpas por algo, se indignar, prestar condolências ou expressar solidariedade. Alguns exemplos de verbos nesse sentido são: "deploro", "me compadeço", "cumprimento-o", "condô-me", "me congratulo", "felicitoo", "me compadeço" (AUSTIN, 1990, p.129).

Por fim, os *expositivos*, Austin (1990) salienta que são mais complicados de determinar. Mas destaca que esses atos ilocucionários “esclarecem o modo como nossos proferimentos se encaixam no curso de uma argumentação ou de uma conversa, como estamos usando as palavras, ou seja, são, em geral, expositivos” (AUSTIN, 1990, p.124). Alguns dos exemplos são: "contesto", "argumento", "concedo", "exemplifico", "suponho", "postulo".

Foi Austin (1990) quem inaugurou essa sistematização dos atos ilocucionários, que foi aperfeiçoada pelo filósofo linguista norte-americano John Rogers Searle (1995). Ele, por sua vez, buscou aperfeiçoar o conjunto de atos ilocucionários proposto por Austin (1990), no sentido de trazer uma visão mais abrangente e conceitual para a teoria, além de remodelar alguns tópicos já estabelecidos na primeira sistematização. Buscou, acima de tudo, estabelecer um método de aplicação dos atos de fala.

A partir desses ajustes, Searle (1995) propõe os atos ilocucionários “assertivos”, “diretivos”, “compromissivos”, “expressivos” e “declarativos”.

É interessante observar como Sponholz (2009), ao estudar os fatos jornalísticos, percebe a incidência dos atos de fala nas declarações das fontes que são utilizadas pelos repórteres durante a construção de uma matéria. Partindo da sistematização de Austin e Searle ela distingue três tipos de declarações (*assertivas, diretivas ou expressivas*) que, via de regra, são encontradas nos textos jornalísticos (***ver em detalhe na página 31 do capítulo 2***).

Sponholz (2009) faz ponderações importantes sobre os atos ilocucionários dentro do contexto jornalístico. Ela pega como exemplo as declarações assertivas, que possuem a pretensão de verdade, que muitas das vezes se estabelecem como fatos concretos durante as conversações do cotidiano. Para a produção de realidades e sentidos no jornalismo, há um perigo nisso, ou seja, tomar declarações assertivas como fatos consumados.

Declarações assertivas procuram descrever o mundo exterior ou realidade. Daí advém a ideia equivocada de que elas revelam a realidade em estado puro. No entanto, assim como a fato de uma montanha não é a montanha em si, uma declaração descritiva sobre um acontecimento não é o acontecimento em si (cf. Langer, 1993, 180). Isto significa que toda proposição é uma figura, uma imagem de um fato. Esta proposição ajuda-nos a entender o acontecimento, mas não o duplica. Além disso, nenhuma proposição pode traduzir a realidade em todos os sentidos (SPONHOLZ, 2009, p. 22).

Austin (1990) também observa que certas declarações se apresentam como tais - principalmente do ponto de vista semântico, sintático e gramatical - mas na prática condizem pouco ou nada com a realidade. Austin (1990) destaca que a filosofia classifica essas expressões como pseudo-declarações. No jornalismo essa situação pode ser entendida como pseudo-fatos (GOMIS, 2005; CHAGAS, 2020b). Ao longo da pandemia de Covid-19, o presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, foi um grande propagador de pseudo-declarações e a imprensa repercutiu muitas delas sem dar o devido contexto, principalmente no início da pandemia. Por exemplo, quando o presidente disse que a doença altamente contagiosa e letal se tratava de uma "gripezinha". A declaração pode ser enquadrada como uma pseudo-declaração, já que não possui nexos com a realidade: a Covid-19 não é uma "gripezinha", mas possui sintomas semelhantes ao de uma gripe comum. E essa declaração não termina em si. Ela possui intencionalidade e na medida em que foi proferida e reverberada pelos meios de comunicação ela saiu de uma mera locução, se tornou um ato ilocucionário e posteriormente um ato perlocutório.

Ilocucionário porque o proferimento “gripezinha ou resfriadinho”⁵⁷ no contexto em que foi aplicado tinha a intenção de provocar uma ação e provavelmente encorajou muita gente a enfrentar o vírus sem os devidos cuidados⁵⁸. E perlocutório porque esse ato de fala gerou

⁵⁷ Em março de 2020, Bolsonaro fez um pronunciamento em cadeia nacional referindo a Covid-19 como “gripezinha”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>. Acesso em 12.12.2021

⁵⁸ Estudos das universidades da Carolina do Norte, nos Estados Unidos, e de Bocconi, na Itália, demonstraram que a taxa de transmissão do novo coronavírus é maior nos apoiadores de Bolsonaro em comparação aos que não apoiam o presidente. Para chegar ao resultado, o estudo usou dados de cidades que tinham ao menos um caso confirmado de Covid-19, no período entre 8 e 26 de março de 2020, e levou em conta o percentual de votos pró-Bolsonaro no primeiro e no segundo turno da eleição presidencial de 2018. Pesquisa avaliou o comportamento da população em 255 municípios brasileiros. Ela indica que os moradores dessas regiões podem ter parado de seguir as medidas de distanciamento social, influenciados pelo comportamento de Bolsonaro. Disponível em:

reações adversas, quando, por outro lado, muitas pessoas não concordaram com a fala do presidente e agiram num movimento contrário à declaração ou pseudo-declaração. O presidente falou A e muitos fizeram B.

Tendo os Atos de Fala também constituindo o Jornalismo Declaratório ele, então, não ficaria restrito apenas ao campo da retórica ou da figuração. Quando ele se efetiva, quando uma matéria é publicada aos moldes do declaratório, trata-se de uma ação direta sobre o mundo, a fim de mudar, transformar ou criar uma realidade. Trocando em miúdos, o Jornalismo Declaratório não termina em si, como mera reprodução do que foi dito, numa lógica de correspondência com a realidade. A declaração, a linguagem é uma forma de agirmos sobre o mundo e constituí-lo, nas palavras de Austin (1990): “quando dizer é fazer”.

A linguagem é uma prática social concreta e, como tal, deve ser analisada. Não há mais uma separação radical entre "linguagem" e "mundo", porque o que consideramos a "realidade" é constituído exatamente pela linguagem que adquirimos e empregamos (AUSTIN *apud* MARCONDES , 1990, p. 10).

Quando um político ou mesmo uma fonte popular declara algo do tipo “eu sei que ele é inocente da acusação”. Esse tipo de frase nem sempre será uma constatação. Pode ser um ato performativo em que o falante gostaria que fosse assim e atua para essa condição de felicidade. No jornalismo, esse ato de fala pode se estabelecer quando uma matéria é publicada e leva várias pessoas a acreditar na inocência do acusado.

4.3. Dados e Resultados: características do JD no *MidiaNews*

Nas duas últimas semanas do período eleitoral de 2020 - de 9 a 13 de outubro (1º turno) e de 23 a 27 de novembro (2º turno) - foram encontradas 77 notícias inseridas no contexto da cobertura eleitoral, no site investigado. Todas elas estão inseridas nas características centradas no cotidiano e na agenda dos candidatos, o que configura a ideia do enquadramento “corrida de cavalos” como uma prática de produção de notícias do *MidiaNews* durante o período (PORTO, 2002).

Com a aplicação dos critérios definidos para entender o Jornalismo Declaratório foram selecionadas 57 notícias para análise, as quais se baseavam apenas na fala das fontes para construir o material noticioso, o que representa 72,7% do total de matérias produzidas durante o período (77).

O restante das matérias (21), que não entraram na análise, tratam-se de notícias produzidas com base em fontes documentais, a exemplo de decisões judiciais, como foi o caso da notícia produzida no dia 9 de novembro de 2020: "**Juiz manda Gisela retirar programa que chama Abílio de "aventureiro"**"⁵⁹. Neste caso, a repórter elaborou a notícia com base na decisão do juiz eleitoral que determinou que a então única candidata mulher e negra à prefeitura de Cuiabá retirasse do ar um de seus programas eleitorais que teria ofendido a honra de Abílio Júnior (Podemos), que também concorria ao posto de prefeito.

Como a notícia foi produzida com base em uma decisão judicial, ela - e as demais desse gênero - não entraram no rol de análise. Outros exemplos que não entraram na análise foram matérias sobre arrecadação de recursos dos candidatos durante a campanha⁶⁰ e notícias sobre pesquisas eleitorais⁶¹. Estes foram textos produzidos com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e de institutos de pesquisas, respectivamente.

Detalhados o recorte temporal da pesquisa e os critérios de definição do *corpus* de análise, nos Quadros 1 e 2, que seguem abaixo, temos as datas de publicação, os títulos, bem como os links das 57 matérias que foram analisadas, a partir das ferramentas metodológicas da Análise de Cobertura Jornalística e da Teoria dos Atos de Fala.

Quadro 1 - Notícias analisadas do Mídia News (1º turno)

DATA DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	LINKS
(1) 9.11.20	"A população percebe que a cidade não pode parar", diz Emanuel	https://bityli.com/PejEO
(2) 9.11.20	Casa Civil critica "falta de reconhecimento" de Emanuel a Mauro	https://www.midianews.com.br/politica/casa-civil-critica-falta-de-reconhecimento-de-emanuel-a-mauro/387230
(3) 9.11.20	Emanuel: "Adversários não têm propostas e partem para baixaria"	https://www.midianews.com.br/politica/emanuel-adversarios-nao-tem-propostas-e-partem-para-

⁵⁹ **Juiz manda Gisela retirar programa que chama Abílio de "aventureiro"**. Disponível em: <https://www.midianews.com.br/politica/juiz-manda-gisela-retirar-programa-que-chama-abilio-de-aventureiro/387638>. Acesso em 02.11.2021

⁶⁰ **Gisela e Emanuel lideram arrecadações de campanha em Cuiabá**. Disponível em: <https://www.midianews.com.br/politica/gisela-e-emanuel-lideram-arrecadacoes-de-campanha-em-cuiaba/387653>. Acesso em 02.11.2020.

⁶¹ **Abílio venceria Emanuel em um eventual 2º turno, aponta Ibope**. Disponível em: <https://www.midianews.com.br/politica/abilio-venceria-emanuel-em-um-eventual-2-turno-aponta-ibope/387951>. Acesso em 02.11.2020

		baixaria/387681
(4) 9.11.20	Gisela diz que respeita decisão, mas mantém opinião sobre Abílio	https://www.midianews.com.br/politica/gisela-diz-que-respeita-decisao-mas-mantem-opinioao-sobre-abilio/387669
(5) 9.11.20	Mendes diz não ser "momento de aventura" e pede voto a França	https://www.midianews.com.br/politica/mendes-diz-nao-ser-momento-de-aventura-e-pede-voto-a-franca/387716
(6) 9.11.20	"Aventureira é ela, que mudou para Cuiabá só para se candidatar"	https://www.midianews.com.br/politica/aventureira-e-ela-que-mudou-para-cuiaba-so-para-se-candidatar/387690
(7) 9.11.20	"Não tenho amarrações com donos de empresas"	https://www.midianews.com.br/politica/nao-tenho-amarracoes-com-donos-de-empresas-diz-aecio/387714
(8) 9.11.20	Abílio quer vice como secretário ou coordenador de todas Pastas	https://www.midianews.com.br/politica/abilio-quer-vice-como-secretario-ou-coordenador-de-todas-pastas/387781
(9) 10.11.20	"RIVALIDADE": "Emanuel tem medo de me enfrentar no 2º turno, pois já o venci"	https://www.midianews.com.br/politica/emanuel-tem-medo-de-me-enfrentar-no-2-terno-pois-ja-o-venci/387791
(10) 10.11.20	PROGRAMA:França promete bancar 1ª CNH; Abílio cita maior acessibilidade	https://www.midianews.com.br/conteudo.php?sid=1&cid=387750
(11) 10.11.20	"Gestão Mendes deixou esqueletos a céu aberto e dor de cabeça"	https://www.midianews.com.br/politica/gestao-mendes-deixou-esqueletos-a-ceu-aberto-e-dor-de-cabeca/387698
(12) 10.11.20	Gisela vê chance de 2º turno e pede comparação entre candidatos	https://www.midianews.com.br/politica/gisela-ve-chance-de-2-terno-e-pede-comparacao-entre-candidatos/387686

(13) 10.11.20	REELEIÇÃO: Na reta final, Emanuel vai priorizar o corpo a corpo nos bairros	https://www.midianews.com.br/politica/na-reta-final-emanuel-vai-priorizar-o-corpo-a-corpo-nos-bairros/387727
(14) 11.11.20	Emanuel: adversários combinaram ataques e baixaram o nível	https://www.midianews.com.br/politica/emanuel-adversarios-combinaram-ataques-e-baixaram-o-nivel/387837
(15) 11.11.20	Emanuel cita obra; Gisela mostra vice; França fala com indecisos	https://www.midianews.com.br/amp/politica/387870
(16) 11.11.20	“Fui agredido e tive que responder”, diz França sobre bate-boca	https://www.midianews.com.br/politica/fui-agredido-e-tive-que-responder-diz-franca-sobre-bate-boca/387853
(17) 11.11.20	Júlio diz que França estará no 2º turno e vencerá eleição em Cuiabá	https://www.midianews.com.br/politica/julio-diz-que-franca-estara-no-2-turno-e-vencera-eleicao-em-cuiaba/387808
(18) 11.11.20	Emanuel cita condenação de França, que rebate: “Lave a boca”	https://www.midianews.com.br/politica/emanuel-cita-condenacao-de-franca-que-rebate-lave-a-boca/387803
(19) 11.11.20	“Não há invasão; entrei na Secretaria da Mulher como vereador”	https://www.midianews.com.br/conteudo.php?sid=1&cid=387804
(20) 11.11.20	Veja os momentos mais "quentes" do debate da TV Vila Real	https://www.midianews.com.br/politica/veja-os-momentos-mais-quentes-do-debate-da-tv-vila-real/387852
(21) 12.11.20	DEM inteiro está com França e atuando para ele ir ao 2º turno”	https://www.midianews.com.br/politica/dem-inteiro-esta-com-franca-e-atuando-para-ele-ir-ao-2-turno/387897
(22) 12.11.20	França diz que dará “lapada” na corrupção e exhibe direito de resposta	https://www.midianews.com.br/politica/franca-diz-que-dara-lapada-na-corrupcao-e-exibe-direito-de-

		resposta/387953
(23) 12.11.20	França: “Verdadeira pesquisa é no dia 15; estaremos no 2ª turno”	https://www.midianews.com.br/politica/franca-verdadeira-pesquisa-e-no-dia-15-estaremos-no-2-turno/387912
(24) 12.11.20	“Tem cunho eleitoral, é tudo pelo poder”, diz primeira-dama	https://www.midianews.com.br/politica/tem-cunho-eleitoral-e-tudo-pode-pelo-poder-rebate-primeira-dama/387889
(25) 13.11.20	Abílio: “Usaram a pandemia para fazer ‘cabidão’ de empregos”	https://www.midianews.com.br/politica/abilio-usaram-a-pandemia-para-fazer-cabidao-de-empregos/387751
(26) 13.11.20	“Emanuel deixou uma bomba-relógio”	https://www.midianews.com.br/politica/emanuel-deixou-uma-bomba-relogio-que-vai-estourar-em-2021/388022.com.br/fCFZ0
(27) 13.11.20	“França no 2º turno irá derrotar momento obscuro que Cuiabá viveu”	https://www.midianews.com.br/conteudo.php?sid=1&cid=387958

Fonte: Elaboração do autor

Quatro 2 - Notícias analisadas do MidiaNews (2º Turno)

(28) 23.11.20	"Quem vota em Emanuel não é eleitor, é cúmplice", diz Wellaton	https://www.midianews.com.br/politica/quem-vota-em-emanuel-nao-e-eleitor-e-cumplice-diz-wellaton/388649
(29) 23.11.20	"Não vejo qualificação em meus adversários para me condenar"	https://www.midianews.com.br/politica/nao-vejo-qualificacao-em-meus-adversarios-para-me-condenar/388344
(30) 23.11.20	"Não tenho convicção sobre apoio e mantereí o meu voto secreto"	https://www.midianews.com.br/politica/nao-tenho-conviccao-sobre-apoio-e-mantereí-o-meu-voto-secreto/388648

(31) 23.11.20	Mendes diz que, quando foi eleito, não tinha experiência	https://www.midianews.com.br/politica/mendes-diz-que-quando-foi-eleito-nao-tinha-experiencia/388687
(32) 23.11.20	Marqueteiro nega fake news e diz que Abílio é "expert" no assunto	https://www.midianews.com.br/politica/marqueteiro-nega-fakenews-e-diz-que-abilio-e-expert-no-assunto/388697
(33) 23.11.20	Gisela: Emanuel reeleito vai perpetuar clientelismo na Prefeitura	https://www.midianews.com.br/politica/gisela-emanuel-reeleito-vai-perpetuar-clientelismo-na-prefeitura/388677
(34) 23.11.20	Emanuel: Abílio quer promover desmonte do funcionalismo	https://www.midianews.com.br/politica/emanuel-abilio-quer-promover-desmonte-do-funcionalismo/388659
(35) 23.11.20	Em sabatina, Abílio chama Stopa de criminoso por reforma em praça	https://www.midianews.com.br/politica/em-sabatina-abilio-chama-stopa-de-criminoso-por-reforma-em-praca/388703
(36) 23.11.20	“Continuo sendo o mesmo Abílio; mudei um pouco a linguagem”	https://www.midianews.com.br/politica/continuo-sendo-o-mesmo-abilio-mudei-um-pouco-a-linguagem/388448
(37) 23.11.20	Abílio traz denúncia contra Emanuel e depoimento de 1ª dama	https://www.midianews.com.br/politica/abilio-traz-denuncia-contr-emanuel-e-depoimento-de-1-dama/388660
(38) 23.11.20	Abílio acusa Emanuel de espalhar fake news: “Não seja covarde”	https://www.midianews.com.br/politica/abilio-acusa-emanuel-de-espalhar-fake-news-nao-seja-covarde/388644
(39) 24.11.20	Abílio e Emanuel trocam acusações durante debate na Fecomércio	https://www.midianews.com.br/politica/abilio-e-emanuel-trocam-

		acusacoes-durante-debate-na-fecomercio/388749
(40) 24.11.20	Contra Abílio, líderes do PT gravam apoio a Emanuel	https://www.midianews.com.br/politica/contrabilio-lideres-do-pt-gravam-apoio-a-emanuel-veja/388708
(41) 24.11.20	Coordenador: "Estamos em empate técnico; vamos virar até 5ª"	https://www.midianews.com.br/politica/coordenador-estamos-em-empate-tecnico- virar- virar-ate-quinta/388727
(42) 24.11.20	Emanuel cita experiência e diz: "Abílio nunca administrou nada"	https://www.midianews.com.br/politica/emanuel-cita-experiencia-e-diz-abilio-nunca-administrou-nada/388735
(43) 24.11.20	Emanuel nega lockdown: "Não há possibilidade, nem necessidade"	https://www.midianews.com.br/politica/emanuel-nega-lockdown-nao-ha-possibilidade-nem-necessidade/388641
(44) 24.11.20	Na TV, Abílio acusa secretária de Emanuel de coagir servidores	https://www.midianews.com.br/politica/na-tv-abilio-acusa-secretaria-de-emanuel-de-coagir-servidores/388736
(45) 24.11.20	"Não seria digno eu apoiar alguém que é símbolo de corrupção"	https://www.midianews.com.br/politica/nao-seria-digno-eu-apoiar-alguem-que-e-simbolo-de-corrupcao/388700
(46) 25.11.20	Abílio fala de sintonia com Mendes e Bolsonaro e cita paletó	https://www.midianews.com.br/politica/abilio-fala-de-sintonia-com-mendes-e-bolsonaro-e-cita-paletoveja/388815
(47) 25.11.20	"Em Cuiabá nenhum dos projetos nos representa"	https://www.midianews.com.br/politica/em-cuiaba-nenhum-dos-projetos-nos-representa-diz-pdt/388718
		https://www.midianews.com

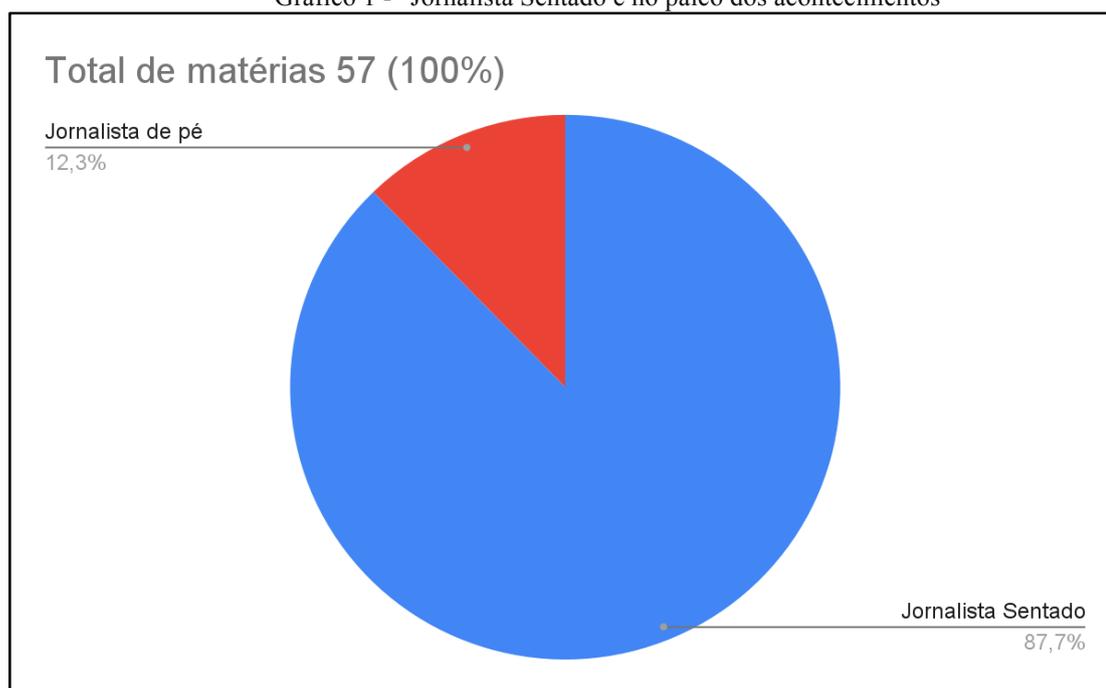
(48) 25.11.20	Emanuel cita obras e pede que eleitor compare "histórico de entregas"	om.br/politica/emanuel-cita-obras-e-pede-que-eleitor-compare-historico-de-entregas/388854
(49) 25.11.20	Emanuel se defende do paletó; Márcia cita valorização da mulher	https://www.midianews.com.br/politica/emanuel-se-defende-do-paletomarcia-cita-valorizacao-da-mulher/388814
(50) 26.11.20	"Cuiabá está vendo em Abílio uma nova forma de fazer política"	https://www.midianews.com.br/politica/cuiaba-esta-vendo-em-abilio-uma-nova-forma-de-fazer-politica/388805
(51) 26.11.20	Na TV, Emanuel e Abílio se acusam sobre "fantasmas" e paletó	https://www.midianews.com.br/conteudo.php?sid=1&cid=388888
(52) 26.11.20	Stopa diz que obras ajudarão a reverter vantagem de Abílio	https://www.midianews.com.br/politica/stopa-diz-que-obras-ajudarao-a-reverter-vantagem-de-abilio/388869
(53) 27.11.20	Abílio e Emanuel batem boca e clima de baixaria predomina na TV	https://www.midianews.com.br/politica/abilio-e-emanuel-batem-boca-e-clima-de-baixaria-predomina-na-tv/388941
(54) 27.11.20	Abílio rebate acusações sobre madrasta que seria fantasma na AL	https://www.midianews.com.br/politica/abilio-rebate-acusacoes-sobre-madrasta-que-seria-fantasma-na-al/388927
(55) 27.11.20	Abílio traz avô, lê carta para filho, lembra perdas e chora	https://www.midianews.com.br/politica/abilio-traz-avo-le-carta-para-filho-lembra-perdas-e-chora-veja/388973
(56) 27.11.20	Emanuel traz fala da mãe e diz que foco agora é a pandemia	https://www.midianews.com.br/politica/emanuel-traz-fala-da-mae-e-diz-que-foco-agora-e-a-pandemia-veja/388971

(57) 27.11.20	Faiad diz que TJ anulou decisão que afastou ex-secretário de Saúde	https://www.midianews.com.br/politica/faiad-diz-que-tj-anulou-decisao-que-afastou-ex-secretario-de-saude/388974
------------------	--	---

No 1º nível de análise, que identifica as **Marcas de apuração**, o conjunto de notícias analisadas evidenciou uma apuração interna, dentro das redações na maioria das unidades selecionadas. Das 57 matérias declaratórias, 50 foram produzidas de maneira interna, com o jornalista apurando as informações sem sair da redação, o que representa 87,7% do material analisado. Isso evidencia uma característica das redações na atualidade, que é o Jornalista Sentado (NEVEU, 2006). Segundo o sociólogo francês, esse profissional é diferente daquele dos séculos XIX e XX, em que se criou quase que uma consciência coletiva de que o jornalista era aquela pessoa que saía às ruas em busca das histórias e das coletas de dados.

Kischinhevsky (2009), no entanto, aponta que essa realidade - ou entendimento de quem são os jornalistas - mudou drasticamente a partir da primeira década do século XXI. Pois a partir da era digital, do aumento da velocidade das informações, bem como a utilização das TICs [Tecnologias da Informação e Comunicação] na produção das reportagens, os jornalistas, que antes estavam mais nas ruas para acompanhar os acontecimentos, hoje estão mais restritos ao trabalho nas redações, com muitas matérias apuradas por telefones ou a partir do envio de áudios dos colegas que estão numa determinada coletiva de imprensa. É esse fenômeno que Neveu (2006) conceitua de "jornalista sentado", em oposição ao jornalista de pé.

Gráfico 1 - “Jornalista Sentado e no palco dos acontecimentos”



Fonte: Do autor

Ainda no **1º nível** o protocolo nos ajudou a identificar sete matérias (de 57) produzidas pelos jornalistas no local do acontecimento, o que representa 12,3% do material analisado. Aqui é importante fazer uma ressalva. No jornalismo *online*, é uma prática comum que o(a) profissional que sai para a rua envie os áudios das entrevistas que coletou para o colega ou a colega que está na redação, ou seja, em muitos casos - principalmente envolvendo coletivas de imprensa - ele não retorna à redação com as informações apuradas para escrever a matéria. Isso é feito pelo seu colega que recebe as sonoras dos entrevistados.

Aliás, pela discussão teórica deste trabalho, isso parece ser uma prática comum do jornalismo *online* de uma maneira geral. Moretzsohn (2012), ao investigar a velocidade no jornalismo, nos dá uma boa dimensão disso, quando transcreve um depoimento de uma estagiária que se assusta ao se deparar com a rotina produtiva da agência de notícias online *Investnews*, da *Gazeta Mercantil*. O depoimento está no livro *Jornalismo “em tempo real”: O fetiche da velocidade* (MORETZSOHN, 2012).

Com fones de ouvido - utilizados para receber as notas passadas pelos colegas que estão em coletivas na rua - e com aparatos de proteção nas mãos, para proteger-se da tendinite (inflamação dos tendões muito comum àqueles que fazem esforço repetitivo, como o uso intensivo do *mouse*), esses jornalistas encarnam o estereótipo do operário-padrão da era pós-industrial. O clima geral é de extrema concentração. São raras as conversas “paralelas”, mesmo envolvendo discussões a respeito de matérias. Às reuniões de pauta, quase inexistentes. Para todos que ali estão, qualquer uma dessas práticas pode levá-los a adiar um ponto final na notícia, o que não combina com a essência atribuída ao veículo: a rapidez. (...) [E] esses jornalistas têm de estar empenhados em tornar 100% de seu expediente na agência produtivos, pois

sobre eles recai de modo subliminar, mas recorrente, uma espécie de índice da produtividade. Do mesmo modo que um operador de telemarketing é avaliado pelo número de vendas realizadas e o atendente de *call center* pelo atendimento, a produção de um jornalista *on line* é medida pelo número de notas que ele é capaz de lançar no sistema - algo fácil de ser checado pelo chefes ou dirigentes da empresa: basta digitar o nome do avaliado no espaço reservado para a pesquisa de texto por palavra-chave e, em seguida, lá estarão listadas todas as notícias produzidas por eles (MORETZSOHN, 2012, p.130-131).

O relato é muito exemplar para nos mostrar a dinâmica acelerada, a corrida irracional contra o tempo (uma luta geralmente perdida) do jornalismo *online*, que no entendimento de Assunção e Ehrenberg (2015) mexeu na estrutura clássica dos valores-notícia, colocando a velocidade como mais crucial para veiculação de conteúdos, em detrimento a valores consagrados da profissão, como credibilidade e exatidão.

Também chama a atenção como o relato colhido nos anos 2000, ou seja, há mais de 20 anos, ainda é pertinente e se encaixa em relação às rotinas produtivas da redação do *MidiaNews*, durante a cobertura das eleições municipais de novembro de 2020.

Mas voltando ao protocolo, ele nos dá justamente esses indícios de “jornalistas *call center* e sentado” em matérias como **Emanuel: adversários combinaram ataques e baixaram o nível**⁶². Essa matéria foi publicada quatro dias antes da votação em primeiro turno e teve como fonte única e oficial a declaração do candidato à reeleição a prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB). Na oportunidade, ele concedeu entrevista aos jornalistas logo após um debate televisivo e se queixou dos diversos ataques pessoais que teria sofrido de seus adversários políticos. A marca de apuração do protocolo na parte de *Assinatura* nos mostra que essa notícia publicada no *MidiaNews* - que teve como gancho o reclame do prefeito - foi produzida por duas repórteres, sugerindo que uma coletou a declaração do político no local da coletiva de imprensa improvisada e enviou o áudio à redação para que a colega construísse a notícia. É um indício que se reforça ainda mais com a utilização de recursos visuais na matéria, no caso uma foto, que mostra o prefeito cercado por jornalistas que gravaram as declarações dele com o uso de celulares. O *recurso visual* também é um dos itens que constam na ACJ, que ajudam a evidenciar os caminhos que os profissionais costumam percorrer durante a construção das notícias. Ele aparece com um dos tópicos do 2º Nível do protocolo denominado **Marcas da Composição do Produto**.

⁶²**Emanuel: adversários combinaram ataques e baixaram o nível.** Disponível em: <https://www.midianews.com.br/politica/emanuel-adversarios-combinaram-ataques-e-baixaram-o-nivel/387837>. Acesso em 03.11.2020

Figura 3 - “Coletiva do prefeito Emanuel Pinheiro”.

ALVO DO DEBATE 11.11.2020 | 15h01 Tamanho do texto A- A+

Emanuel: adversários combinaram ataques e baixaram o nível

Prefeito de Cuiabá diz que foco dos concorrentes durante o evento estava em tentar atacá-lo

Marcus Mesquita/Assessoria



LISLAINE DOS ANJOS E CÍNTIA BORGES DA REDAÇÃO

O prefeito de Cuiabá e candidato à reeleição, Emanuel Pinheiro (MDB), criticou os adversários no final do debate realizado na TV Vila Real, afirmando que eles “baixaram o nível” por não terem propostas e estarem focados em atacá-lo.

“Candidatos sem propostas, sem ideias e sem sugestões. Focaram em tentar atacar o prefeito, baixando o nível, tentando desqualificar o trabalho de uma gestão muito bem avaliada, que tem 80% de aprovação popular”, disse.

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro: participação em debate

Emanuel comentou o fato de que, em momentos do debate, parecia que os concorrentes evitavam fazer perguntas diretamente a ele, afirmando que vê o ato como uma “jogada ensaiada”.

Fonte: Compilação do autor⁶³

Tal situação se encaixa com o conceito de Fetiche da Velocidade proposto por Moretzsohn (2002), que abordamos no capítulo teórico. Pois, essa agilidade de mandar o áudio para a redação está mais relacionada com as métricas de audiência (quantidades de cliques, por exemplo), com a notícia em primeira mão, do que com o postulado da credibilidade, “qualidade na qual a imprensa sempre se apoiou na sua história” (ASSUNÇÃO e EHRENBERG, 2015, p. 55).

Ainda na parte de recursos visuais do protocolo, outra coisa que chama a atenção é a **capacitação das fontes** (CHAPARRO, 2007) e a profissionalização das assessorias de imprensa como uma característica também do interesse em mobilizar a opinião pública durante a cobertura (SALGADO, 2012) é identificada na utilização de imagens e fotografias identificadas pelo crédito.

Nesse sentido, é possível apontar a possibilidade de uma curadoria dos materiais oriundos das fontes e suas assessorias em que os(as) repórteres e editores(as) reestruturam os textos em acordo com os interesses do site, mas não buscam contraditórios ou outras fontes para exercitar essas práticas. Nesse sentido, as assessorias de imprensa são utilizadas como interfaces num jogo de relações de poder entre os empresários da comunicação e as instituições públicas, privadas, além dos próprios políticos. Priorizam-se os interesses particulares em detrimento do interesse público.

⁶³ Ilustração elaborada pelo autor da dissertação a partir de uma imagem printada de uma notícia que faz parte do corpus de análise dessa pesquisa.

A extraordinária expansão da assessoria de imprensa no Brasil [a partir de 1980], e a sua qualificação como atividade jornalística exercida nos pólos de origem da informação, significa que as fontes aumentaram o seu poder de influência na opinião pública, porque capacitaram para atuar e fazer parte dos processos jornalísticos. Nessa nova realidade, fontes e meios praticam uma cooperação de recíproca conveniência: os jornalistas das redações escrevem cada vez mais sobre os fatos que não observaram e sobre assuntos de que não entendem - precisam de bons informantes e intérpretes da realidade - às fontes empresariais e institucionais, geradoras de fatos e atos de relevância social, e detentoras da capacidade de explicitá-los, não sobrevivem sem a comunicação com os ambiente externos - precisam dos meios. O problema é que, nesse ajustamento de conveniências, o jornalismo frequentemente se reduz a algumas técnicas usadas com ferramentas de propaganda, para servir a interesses particulares - às vezes, dos próprios jornais e jornalistas (CHAPARRO, 2007, p. 91).

Na mesma linha, Neveu (2006, p. 95) chama esse procedimento de profissionalização das fontes e sua capacidade de “desenvolver uma racionalidade estratégica baseada na antecipação das rotinas e das práticas dos jornalistas para abastecê-los com material pronto para publicar ou veicular”.

Essa profissionalização das fontes, que busca instrumentalizar os veículos para os seus interesses, enfraquece o caráter negocial (COOK, 2011) para o lado do jornalista, na sua relação com as fontes. Enfraquece, principalmente, no sentido do(a) profissional buscar controlar melhor a narrativa da notícia, para produzir conteúdos jornalísticos de maior interesse e relevância aos cidadãos. Se as fontes profissionais dominam a cena, constituindo, majoritariamente, às falas nas matérias, a margem de manobra dos (as) jornalistas fica muito limitada, pois não há outras vozes para contrapor às fontes oficiais e dar mais diversidade ao jornalismo.

Foi justamente o caso da matéria citada mais acima (*Emanuel: adversários combinaram ataques e baixaram o nível*), quando a única voz para construir a matéria foi a do prefeito de Cuiabá. Logicamente, ele vai buscar um discurso que o favoreça, e se os profissionais produzirem o texto com base só nesse declaratório, praticamente não existe o caráter negocial. No caso em questão, o controle do gancho da matéria foi totalmente da fonte profissionalizada. Quando o prefeito afirma que a sua gestão “possui 80% de aprovação popular”, não há nenhum contraditório, ou até mesmo uma outra fonte para avaliar, rechaçar ou ponderar tal assertiva. O contraditório, inclusive, poderia ter sido assumido pelo próprio jornalista, por meio de checagem através de pesquisas de avaliação da gestão municipal, ou por meio de um jornalismo mais interpretativo. Quando o prefeito profere a declaração assertiva: “*Cuiabá é um canteiro de obras, ações, programas e projetos em todas as áreas da gestão, em todas as regiões da cidade e é claro que o que eles queriam é exatamente isso: tentar baixar o nível porque não*

têm propostas”⁶⁴, será que foi só isso mesmo? Num debate extenso na TV, com horas de duração, os adversários se limitaram a fazer apenas ataques pessoais contra Emanuel Pinheiro (MDB)? Se não fosse o Fetiche da Velocidade (MORETZSOHN, 2002), que se impõe sobre as rotinas produtivas do site, e até mesmo uma certa cultura do declaratório, que se estabeleceu pela produção de matérias em larga escala nesse sentido, os (as) repórteres poderiam buscar o contraditório às falas do prefeito, nas declarações dos outros candidatos que participaram do debate, mostrando, assim, que os adversários não apenas “combinaram ataques e baixaram o nível”, como quis valer matéria. No entanto, nada disso aconteceu, e os atos de fala do prefeito, mais uma vez, reinaram absoluto no *MidiaNews*.

Também prevaleceu nessa matéria - e no *corpus* de análise, de uma maneira geral - o discurso interesseiro dos candidatos, resultante da dependência e passividade dos jornalistas (O’NEILL e O’CONNOR, 2008), diante da profissionalização das fontes. O prefeito Emanuel Pinheiro (MDB), mas não apenas ele, é uma fonte experiente, que fala bem, que conhece os meandros e os cacoetes de uma imprensa voltada para o sensacionalismo, ávida por declarações chamativas. Sabendo muito bem disso, em suas entrevistas, durante o período eleitoral, sempre procurou declarações que lhe rendessem boas manchetes. Dessa forma, centrada mais nas declarações dos candidatos, e não em temas mais amplos, visando o bem comum dos cidadãos e eleitores cuiabanos, a cobertura das eleições municipais pelo *MidiaNews* foi operacionalizada a partir de uma dependência e passividade das fontes oficiais, que ficaram a vontade para ditar os temas, às pautas que seriam de interesse público, segundo a ótica do campo político, que busca capturar a agenda de assuntos numa eleição, por meio de envio de releases às redações, em dias e horários estratégicos, para o material ser publicado.

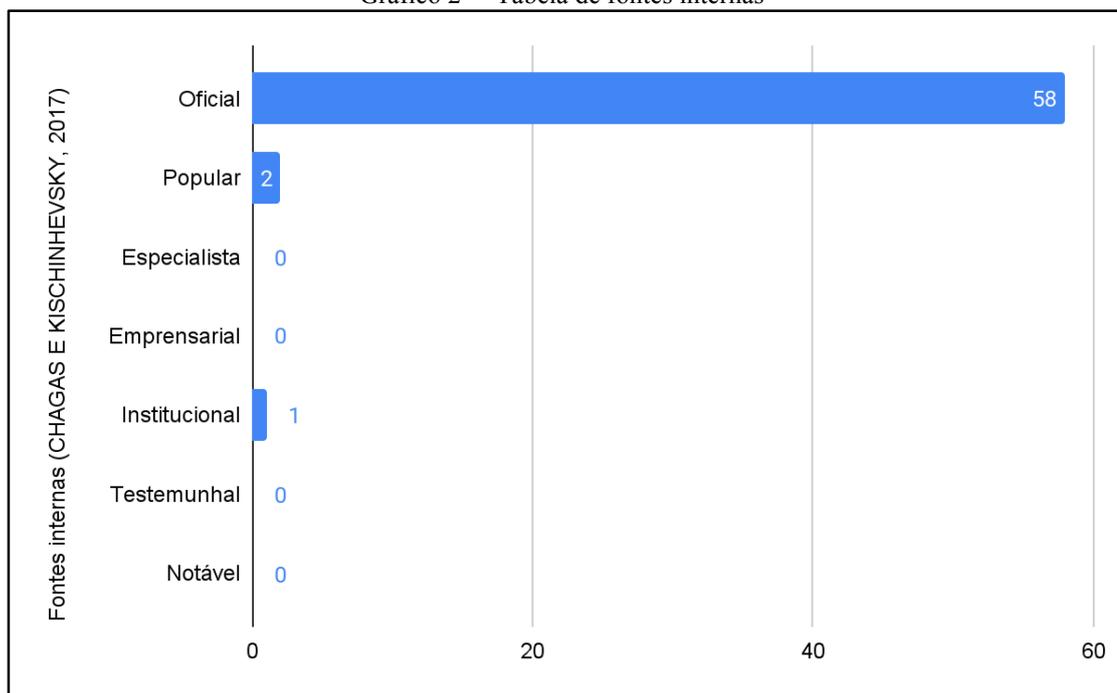
Essa ausência do contraditório também pode ser percebida no conjunto de fontes. Durante o período analisado, um total de 61 fontes foram utilizadas. Desse universo, 58 foram oficiais, o que representa 95% do material coletado. A preponderância desse tipo de voz é uma característica que afeta a diversidade noticiosa e impõe à cobertura uma hegemonia do mundo político (MIGUEL e BIROLI, 2010) foi a marca do portal durante esse período. Não há outras vozes, ainda que especialistas, populares, empresariais ou institucionais reivindicando políticas, questionando ações ou propondo saídas para os problemas sociais enfrentados pela cidade em um momento marcado pela pandemia do novo coronavírus. A supremacia das fontes oficiais na

⁶⁴Emanuel: adversários combinaram ataques e baixaram o nível. Disponível em: <https://www.midianews.com.br/politica/emanuel-adversarios-combinaram-ataques-e-baixaram-o-nivel/387837>. Acesso em: 21.08.2022.

prática do JD do *MidiaNews* se estende aos formatos utilizados, com notícias rápidas caracterizadas por fontes únicas e com recursos adicionais escassos.

De fato, a ACJ evidenciou 2 fontes populares (3,2% do material coletado) na construção das notícias do *MidiaNews*. No entanto, a falas dessas fontes estavam num contexto de propaganda eleitoral, sendo mais instrumentalizadas para os interesses dos candidatos, no caso, o interesse do prefeito, e candidato à reeleição Emanuel Pinheiro (MDB), tendo em vista, que às duas vozes populares em questão, eram de apenas uma matéria que foi produzida, com base nas informações do programa eleitoral do candidato, que fora veiculado na TV.

Gráfico 2 - “Tabela de fontes internas”



Fonte: Do autor

A prevalência das fontes oficiais no *corpus* de análise encontra muito eco no *ethos* do jornalismo político, que acabou incorporando essa natureza do confronto, a partir da interação com o campo político. Isso ficou latente no *corpus* de análise como um todo, tendo em vista que o declaratório foi canalizado em 95% para às fontes oficiais, que, pela reconstrução da realidade do *MidiaNews*, passaram às duas últimas semanas do período eleitoral falando entre si.

Exemplo de *ethos* do jornalismo político voltado para o declaratório estão em matérias como:

- (6) **“Aventureira é ela, que mudou para Cuiabá só para se candidatar”**, publicada em 9.11.20 (1º turno), quando o candidato Abílio Júnior (Podemos) diz que a candidata Gisela Simona (Pros) só mudou de domicílio eleitoral para concorrer a eleição na capital;
- (9) **"RIVALIDADE": “Emanuel tem medo de me enfrentar no 2º turno, pois já o venci”**, publicada em 10.11.20 (1º turno), quando o candidato Roberto França (Patriota), sugere um certo temor do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) de enfrentá-lo num contexto de uma disputa polarizada;
- (18) **Emanuel cita condenação de França, que rebate: “Lave a boca”**, publicada em 11.11.20 (1º turno), quando o candidato Roberto França (Patriota) discutiu com o candidato à reeleição, prefeito Emanuel Pinheiro (MDB), durante um debate televisivo;
- (20) **Veja os momentos mais "quentes" do debate da TV Vila Real**, publicada em 11.11.20 (1º turno), quando o *MidiaNews* produz uma matéria com vídeos, para destacar as declarações mais polêmicas dos candidatos, durante um debate televisivo;
- (25) **Abílio: “Usaram a pandemia para fazer ‘cabidão’ de empregos”**, publicada em 13.11.20 (1º turno), quando o candidato Abílio Júnior (Podemos) acusa, sem provas, a gestão do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) de contratar servidores comissionados apenas com objetivo de acomodações políticas;
- (28) **"Quem vota em Emanuel não é eleitor, é cúmplice”, diz Wellaton**, publicada em 23.11.20 (2º turno), quando o candidato a vice-prefeito pela chapa de Abílio Junior (Podemos), Felipe Wellaton (Cidadania), chama de cúmplices de corrupção os eleitores que votarem no prefeito e candidato à reeleição, Emanuel Pinheiro (MDB), em razão do escândalo do paletó⁶⁵;
- (32) **Marqueteiro nega fake news e diz que Abílio é "expert" no assunto**, publicada em 23.11.20 (2º turno), quando o marqueteiro de campanha do prefeito e candidato à reeleição Emanuel Pinheiro (MDB), Carlos Rayel, rebate as acusações do candidato Abílio Júnior (Podemos), de que o prefeito estaria proliferando fake news durante a campanha;

⁶⁵ O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), apareceu em vídeo, numa reportagem do Jornal Nacional, juntamente com outros políticos do estado, colocando em seu paletó dinheiro de suposta propina, oriunda de recursos públicos. Na época do acontecimento, o gestor cuiabano atuava na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, como deputado estadual. Disponível em: <https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=437588¬icia=jornal-nacional-mostra-video-em-que-emanuel-pinheiro-e-deputados-aparecem-recebendo-mensalinho>. Acesso em 23.08.2022.

- (34) **Emanuel: Abílio quer promover desmonte do funcionalismo**, publicada em 23.11.20 (2º turno), quando o prefeito e candidato à reeleição Emanuel Pinheiro (MDB), acusa, sem provas, o candidato Abílio Júnior (Podemos) de promover demissões em massas de servidores públicos, no caso dele ser eleito como prefeito da capital;
- (38) **Abílio acusa Emanuel de espalhar fake news: “Não seja covarde”**, publicada em 23.11.20 (2º turno), quando o candidato Abílio Júnior (Podemos) disse que o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) estaria atacando ele e a sua família com informações falsas.

Percebe-se, pelo material acurado, que, apesar de temas relevantes estarem na pauta, a exemplo da corrupção, *fake news*, pandemia e funcionalismo público, o *ethos* do jornalismo político do *MidiaNews* buscou declarações que se traduziram em confrontos limitados, que não aprofundaram nas discussões, fazendo com que a produção noticiosa tivesse pouco poder de esclarecimento junto aos cidadãos, que precisam de informação de qualidade para eleger, da melhor maneira possível, seus representantes em cargos eletivos. Nesse contexto, temos um *ethos* jornalístico que incorpora o declaratório do campo político de modo muito literal, deixando de lado premissas básicas da profissão, como o contraditório e a verificação das declarações assertivas (SPONHOLZ, 2009).

Aquilo que ainda seria o 2º nível, com as marcas da composição do produto, revela um conjunto de fotos enviadas por assessorias de imprensa e o destaque às declarações como preferência no formato visual das páginas web. O “olho” utilizado como um recurso adicional em uma matéria baseada somente na declaração amplia a leitura superficial em que o que importa deixa de ser a apuração ou os dados de contraposição do repórter. Nesses casos, para além daquilo que já é o habitual quando se priorizam as aspás, ao invés da Disciplina da Verificação (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003), o jornalismo amplia seu espaço para eventuais equívocos, julgamentos e outras pré-concepções que tornam questionável essa produção de conhecimento quando, analisada na ótica de Tambosi (2005), “[...] o jornalismo declaratório produz informações, mas é difícil saber se são verdadeiras, por mais “checadas” que sejam e por mais críveis e honestas que sejam as fontes. Pode, por isso, induzir a crenças falsas. Nesse sentido, não produz conhecimento” (TAMBOSI, 2005, p. 37).

Aprofundando a análise sobre a utilização do “olho”, a partir da aplicação do protocolo, foi possível quantificar que, das 57 matérias inseridas na análise, 45 (78,9%) possuíam esse recurso gráfico/visual. Isso reforça ainda mais a natureza declaratória das notícias. Situação que fica bem evidente na matéria **Emanuel cita condenação de França, que rebate: “Lave a**

boca”. A notícia foi produzida no dia 11 de novembro de 2020, a partir de um debate na TV entre os oito candidatos à prefeitura de Cuiabá. O texto foi produzido em tempo real e envolveu a autoria de quatro jornalistas do *MidiaNews*. De longe, é a notícia mais extensa do material coletado, em que há uma pluralidade de fontes. Só nessa matéria há utilização de oito ‘olhos’ que dão destaque às declarações dos oito candidatos envolvidos no debate.

Figura 4 - “Debate dos candidatos”

The image shows a screenshot of a news article from MidiaNews. At the top, there is a navigation bar with categories: POLÍTICA, FOGO AMIGO, COTIDIANO, JUDICIÁRIO, VARIEDADES, OPINIÃO, and POLÍCIA. Below this is a red banner that says "DEBATE QUENTE" and a timestamp "11.11.2020 | 11h00 Tamanho do texto A- A+". The main headline is "Emanuel cita condenação de França, que rebate: “Lave a boca”". Below the headline is a sub-headline: "Principais concorrentes ao cargo farão perguntas entre si e apresentarão propostas para a Capital". There is a photo of the debate stage with several candidates at podiums. To the right of the photo is the author information: "DOUGLAS TRIELLI, CÍNTIA BORGES, LISLAINE DOS ANJOS E THAIZA ASSUNÇÃO DA REDAÇÃO". Below the photo is a caption: "Os candidatos a prefeito de Cuiabá no estúdio da TV Vila Real, onde acontece o debate". To the right of the photo is the main text of the article, which starts with "O debate entre os oito candidatos a prefeito de Cuiabá, realizado pela TV Vila Real nesta quarta-feira (11), foi marcado por ataques mútuos. Porém, o principal alvo foi o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB), que em vários momentos teve que ouvir declarações indiretas ou perguntas sobre o caso do paletó." and continues with "No momento de maior tensão, Emanuel e o adversário Roberto França (Patriota) protagonizaram um bate-boca e os microfones dos dois precisaram ser cortados." and "Tudo começou quando França questionou Emanuel sobre o caso paletó. "Você não é o mais indicado para falar em combate à corrupção. O senhor é um condenado por corrupção por este caso de prisão", afirmou França. Em seguida, França pediu que Emanuel lavasse a boca para falar dele.".

Fonte: Compilação do autor⁶⁶

⁶⁶*Print* da matéria que faz parte da análise desta pesquisa. No detalhe, a foto que ilustra a presença dos oito candidatos durante o debate. O viés declaratório da notícia é revelado a partir do título, com a utilização da declaração expressiva “Lave a boca”, acompanhada do recurso das aspas. A matéria também é assinada por quatro jornalistas, o que aponta para o aspecto de Fetichismo da Velocidade (Moretzsohn, 2002), quando parte dos jornalistas captam a sonora dos entrevistados e a enviam para os colegas, que estão na redação, produzir o texto. A estratégia acelera o processo de construção e publicação da notícia, com objetivo de que o veículo ‘saia na frente’ do corrente, dentro de uma lógica pautada pelo número de visualizações que a página terá (ASSUNÇÃO E EHRENBERG, 2015).

Figura 5 - “Declaração em destaque”

Em sua resposta, o prefeito disse já ter se posicionado para a sociedade sobre o assunto e cutucou o ex-juiz e passou a falar sobre as suas obras na Capital, principalmente a entrega do Hospital Municipal de Cuiabá.

"Muito me estranha que um ex-juiz não saber que eu não poderia me manifestar em processo sob sigilo. Eu gostaria de lembrar que promovemos as maiores realizações da história de Cuiabá", disse.

Julier então falou de sua proposta para a Saúde da Capital, o "Saúde em Casa", e repetiu a pergunta ao prefeito, que rebateu:

"Fico feliz que o ex-juiz já conhece o nosso governo e sabe que já criamos o atendimento em casa, principalmente para os idosos. Muito obrigado por aprovar a minha gestão", alfinetou.

Julier questiona Gisela sobre gestão Mauro Mendes e Jair Bolsonaro (atualizada às 11h20)

Julier Sebastião questionou a candidata do Pros, Gisela Simona, sobre como ela analisa a gestão do governador Mauro Mendes (DEM) e o presidente Jair Bolsonaro (sem partido), insinuando que ela atua contra o servidor público.

Gisela respondeu que é servidora pública concursada desde 2001 e disse que teve a honra de ser superintendente do Procon.

Ela ainda ressaltou que é contra a reforma da Previdência, mas disse que na prefeitura terá um bom diálogo com Mendes e Bolsonaro.

“Fico feliz que o ex-juiz já conhece o nosso governo e sabe que já criamos o atendimento em casa, principalmente para os idosos”

Fonte: Compilação do autor⁶⁷

Aqui, as declarações também cumprem um ritual estratégico de objetividade (TUCHMAN, 1999), pois, ao reproduzi-las entre aspas, a impressão que fica é que o(a) jornalista, de fato, foi objetivo. Mas na prática, como vimos na discussão teórica desta pesquisa, esse procedimento funciona mais como um mecanismo de defesa, tanto do jornalista quanto da empresa que quer, por exemplo, se livrar de eventuais processos judiciais. Por isso, é estratégico não assumir as informações mais delicadas e jogá-las na boca das fontes, praticando assim o “jornalismo de mãos limpas”, como pressupõe Moretzsohn (2007). Ou seja: às informações estão aí, caro leitor. Tire suas próprias conclusões.

Como diz Henriques (2020), se objetividade for apenas isso, reproduzir fielmente às falas dos entrevistados, de fato, cumpre-se com essa premissa tão controversa no jornalismo, cujo significado real se perdeu ao longo do tempo (KOVACH E ROSENSTIEL, 2003), pelo menos no contexto do exercício da profissão.

Mas, para Kovack e Rosenstiel (2003), objetividade tem mais a ver com o método de apuração dos fatos, do que com o jornalista em si, já que é impossível retirar a subjetividade de um ser humano. E nesse método, conforme Genro Filho (2012) e Henriques (2020), está incluída a subjetividade do(a) repórter, pois ela ajuda a questionar as declarações das fontes. Ao questionar, o profissional submete as falas à “disciplina da verificação”, que seria a essência do jornalismo, conforme (KOVACH E ROSENSTIEL, 2003. p. 113). E ao submetê-las à

⁶⁷Print da matéria **Emanuel cita condenação de França, que rebate: “Lave a boca”**. No detalhe é mostrado um dos oito ‘Olhos’, que são utilizados durante a matéria para reforçar as declarações dos candidatos, em oposição à Disciplina da Verificação (KOVACH E ROSENSTIEL, 2003).

verificação, essas declarações também passam por um processo de intersubjetividade (SPONHOLZ, 2009), quando o jornalista checa se outras pessoas também chegaram aos resultados que determinada declaração está propondo.

Além do mais, reivindicar isenção, imparcialidade, objetividade, a partir de uma notícia construída apenas com base nas declarações das fontes, é muito temerário e questionável, tendo em vista que tais assertivas podem vir carregadas de preconceitos e imprecisões.

Em uma das matérias analisadas pelo protocolo de Análise de Cobertura Jornalística, o candidato Abílio Júnior (Podemos) afirma que a Prefeitura de Cuiabá usou a pandemia de Covid-19 como pretexto para lotear a administração pública com pessoas em cargos comissionados, que foram colocadas lá a partir de indicações políticas.

Pensando ainda no **2º Nível do protocolo**, como marca de composição do produto, no recurso do ‘olho’, vem destacado a seguinte declaração da fonte: “Usaram o discurso da pandemia para fazer um ‘cabidão de emprego’ principalmente na empresa cuiabana [...]. Essas pessoas foram colocadas para encher a prefeitura, mesmo”.

Aqui se configura um claro exemplo da objetividade como ritual estratégico. Primeiro, porque o veículo não assumiu a informação central da matéria, tendo a preocupação de colocar entre aspas as palavras mais polêmicas. **Cabidão de empregos**, que já estava dentro de uma oração entre aspas, ganhou o reforço de aspas simples, para ficar ainda mais acentuado que tal declaração saiu da boca do entrevistado e não tem nada a ver com o que o veículo de comunicação pensa. E, em segundo, essa objetividade tem mais a ver com ritual estratégico porque a fonte que deu a declaração não apresentou nenhuma prova concreta sobre o **cabidão de empregos** na Prefeitura de Cuiabá e a notícia sequer pondera isso. Diante do contexto, se torna mais do que necessário o *MidiaNews* apelar para o recurso das aspas.

Figura 6 - “Cabidão de empregos”

COMISSIONADOS 13.11.2020 | 11h41 Tamanho do texto A- A+

Abílio: “Usaram a pandemia para fazer ‘cabidão’ de empregos”

Candidato garante que, caso eleito, irá reduzir cargos comissionados para fazer concursos públicos

MidiaNews



**CÍNTIA BORGES
DA REDAÇÃO**

Candidato a prefeito de Cuiabá, o vereador Abílio Júnior (Podemos) acusou a Prefeitura de Cuiabá de realizar diversas contratações de servidores comissionados por meio de indicações políticas durante a pandemia do novo coronavírus.

Ele afirmou que a Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Empresa Cuiabana – que administra o Hospital Municipal de Cuiabá e o Hospital São Benedito – de fazer um verdadeiro “cabidão de empregos”.

“Usaram o discurso da pandemia para fazer um ‘cabidão de emprego’ principalmente na empresa cuiabana, onde hoje atua o HMC e o Hospital São Benedito. Gente que não passou por um processo seletivo, gente que não passou em um concurso público, mas que vem utilizado por um vereador ou outra liderança e colocaram lá. Essas pessoas foram colocadas para encher a Prefeitura, mesmo”, afirmou o candidato.

A declaração foi feita durante a live promovida pelo **MidiaNews** nesta semana.

Fonte: Compilação do autor⁶⁸

Quanto ao aspecto de pluralidade, que também observamos na matéria que envolveu as declarações dos oito candidatos à Prefeitura de Cuiabá, é importante dizer que isso não necessariamente se traduz em diversidade, como observam Chagas e Kischinhevsky (2020). No caso, eram oito candidatos, oito fontes oficiais, e o contraditório foi estabelecido entre elas.

Figura 7 - Recurso do olho que reforça o declaratório

⁶⁸ *Print* da matéria 25 que faz parte do *corpus* de análise desta pesquisa (veja no Quadro 1, p. 80). Aspas no título: um dos recursos da objetividade como ritual estratégico.

"Vimos cenas de dinheiro no bolso. O que aconteceu? Quanto de dinheiro estava no bolso do paletó naquele dia?", questionou.

Em sua resposta, o prefeito disse já ter se posicionado para a sociedade sobre o assunto e cutucou o ex-juiz e passou a falar sobre as suas obras na Capital, principalmente a entrega do Hospital Municipal de Cuiabá.

"Muito me estranha que um ex-juiz não saber que eu não poderia me manifestar em processo sob sigilo. Eu gostaria de lembrar que promovemos as maiores realizações da história de Cuiabá", disse.

Julier então falou de sua proposta para a Saúde da Capital, o "Saúde em Casa", e repetiu a pergunta ao prefeito, que rebateu:

"Fico feliz que o ex-juiz já conhece o nosso governo e sabe que já criamos o atendimento em casa, principalmente para os idosos. Muito obrigado por aprovar a minha gestão", alfinetou.

Julier questiona Gisela sobre gestão Mauro Mendes e Jair Bolsonaro (atualizada às 11h20)

Julier Sebastião questionou a candidata do Pros, Gisela Simona, sobre como ela analisa a gestão do governador Mauro Mendes (DEM) e o presidente Jair Bolsonaro (sem partido), insinuando que ela atua contra o servidor público.



Fonte: Compilação do autor⁶⁹

Nesse sentido, os autores enfatizam que diversidade e pluralidade são tratados de modo genérico, quase que como sinônimos. No entanto, diante da complexidade dos sistemas de comunicação atuais é preciso compreender que nem sempre essas duas premissas caminham juntas. Dessa forma, Chagas e Kischinhevsky (2017) afirmam que um site de notícias ou programa de rádio podem acionar uma grande quantidade de fontes, como forma de dizer “que nós somos imparciais, apartidários e isentos”. Isso, em certa medida, pode até garantir pluralidade ao noticiário, mas não garante a diversidade. Esse foi justamente o caso da matéria do *MidiaNews*, que envolveu uma pluralidade de fontes, só que de uma mesma natureza oficial.

Outro recurso gráfico, detectado nas matérias, a partir do protocolo, é a utilização de *hyperlinks*, ao final dos textos, que direcionam os internautas para outras matérias. O **Canaltech**, site especializado em tecnologia, explica que o *hyperlink* serve para: “conectar ao texto informações complementares, que você pode ler naquele momento ou posteriormente e podem trazer mais referências para tornar o conteúdo mais rico, além de não deixar o texto tão longo e extenso”⁷⁰. Raugust (2013) ressalta que os *hyperlinks* viabilizam a prática do hipertexto - de leitura não-linear -, da internet, que é uma das principais características do jornalismo online (ou webjornalismo), no qual o *MidiaNews* está inserido. Ele também acrescenta que o

⁶⁹ Montagem feita pelo autor da dissertação para ilustrar como o recurso gráfico do olho acentua o teor declaratório das notícias. A matéria faz parte do corpus de análise dessa pesquisa.

⁷⁰ **O que é e como criar um hiperlink.** Disponível em: <https://canaltech.com.br/software/hyperlink-o-que-e-como-criar/#:~:text=O%20nome%20disso%20%C3%A9%20hiperlink,texto%20t%C3%A3o%20longo%20e%20extenso>. Acesso em: 10.04.2022

hyperlink dá a possibilidade de jornalistas e internautas de aprofundarem nos temas que são veiculados:

O *hyperlink* não pode ser visto apenas como uma ferramenta que permite vincular internamente um documento a outro. Ele tem o poder de transmitir credibilidade à notícia. A partir dele, é possível oferecer a opção de aprofundamento ao leitor e o teor como uma técnica que permite apresentar a origem da informação, atestar legitimidade às fontes e dados que venham a ser utilizados no material (RAUGUST, 2013, p. 50).

Entretanto, apesar de toda essa potencialidade, na prática, não foi isso que aferimos nesta pesquisa, tendo em vista que os *hyperlinks* não foram utilizados para dar “credibilidade à notícia” ou “atestar legitimidade às fontes”, pelo contrário: seu uso durante o período eleitoral serviu, meramente, para conectar as notícias baseadas no declaratório. Como veremos adiante, os *hyperlinks* trouxeram pouca contextualização e nenhum tipo de material mais elaborado, como reportagens históricas ou textos focados na verificação das declarações. No material analisado, esses *hyperlinks* vêm acompanhados do subtítulo “**Leia mais sobre o assunto**”, o que, no entendimento do professor Bruno Araújo, traz um aspecto de circularidade ao Jornalismo Declaratório⁷¹.

O protocolo verificou que, das 57 matérias, 17 possuíam *hyperlinks*, o que corresponde a 29,8% do *corpus* de análise. Das 17 matérias, cinco possuíam dois *hyperlinks* cada, enquanto que as demais contavam apenas com um. No final das contas, o protocolo contabilizou 22 *hyperlinks*, no material analisado.

O aspecto de circularidade (ou ciclo vicioso) do JD, fica evidente na matéria: **Gisela: Emanuel reeleito vai perpetuar clientelismo na Prefeitura**⁷², publicada no dia 23.11.2020. O texto possui dois *hyperlinks*, que encaminham os internautas para as matérias que deram origem ao ciclo, no caso os *hyperlinks*: “**A corrupção mata as pessoas**”, diz Gisela ao decidir apoiar Abílio⁷³; e “**Ânsia do poder pelo poder**”, diz Emanuel sobre apoio de Gisela⁷⁴.

Antes de entrarmos na análise, propriamente dita, deste ponto, aqui, cabe uma ressalva: os dois últimos *hyperlinks* citados acima não fazem parte do período de análise desta pesquisa,

⁷¹ Observação feita durante a banca de qualificação desta pesquisa, em 4 mar. 2022. Participaram da banca os professores doutores Rafael Henriques Paes (Ufes), Bruno Araújo (UFMT) e Luãn Chagas (UFMT), sendo o último, como professor/orientador do autor desta dissertação de mestrado.

⁷² Matéria 28 do *corpus* de análise deste trabalho (ver *Quadro 2*, p. 81).

⁷³ “**A corrupção mata as pessoas**”, diz Gisela ao decidir apoiar Abílio. Disponível em: <https://www.midianews.com.br/politica/a-corrupcao-mata-as-pessoas-diz-gisela-ao-decidir-apoiar-abilio/388415>. Acesso em: 09.04.2022.

⁷⁴ “**Ânsia do poder pelo poder**”, diz Emanuel sobre apoio de Gisela. Disponível em: <https://www.midianews.com.br/politica/ansia-do-poder-pelo-poder-diz-emanuel-sobre-apoio-de-gisela/388436>. Acesso em: 09.04.2022.

sendo publicados no dia 19.11.2020. No entanto, estão umbilicalmente ligados a matéria publicada no dia 23.11.2020, esta, já inserida no *corpus* de análise, fazendo parte das notícias que foram veiculadas no *MidiaNews*, na última semana, antes da votação do 2º turno. Essas duas notícias foram produzidas num período de entressafra, ou seja: no meio da semana que antecedeu o início da campanha eleitoral, no segundo turno. Foi um período de muita movimentação política, em que os dois candidatos vitoriosos no primeiro turno, se articularam intensamente em busca dos apoios mais expressivos, para vencer a eleição.

Feito esse pequeno preâmbulo, a primeira matéria do ciclo é: "**A corrupção mata as pessoas**", diz Gisela ao decidir apoiar Abílio, publicada às 9h20, do dia 19.11.2020, em que a candidata a prefeita, Gisela Guimarães (Pros), derrotada no 1º turno, resolve manifestar apoio a candidatura de Abílio Júnior (Podemos), que foi para disputa do 2º turno com o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB). Uma declaração dessas - "*A corrupção mata as pessoas*" -, de cunho expressivo (ver sobre os *Atos de Fala*, p. 74), logo chamou a atenção dos jornalistas. No *MidiaNews*, tal declaração foi a manchete da matéria sobre o apoio de Gisela a Abílio. Vale destacar que a notícia, por ser a primeira do ciclo, não possui *hyperlink*.

Figura 8 - "O apoio de Gisela"

"RESPONSABILIDADE"

19.11.2020 | 09h20 Tamanho do texto A- A+

"A corrupção mata as pessoas", diz Gisela ao decidir apoiar Abílio

Ela citou corrupção da atual administração e afirmou ter "responsabilidade com Cuiabá"

MidiaNews



A ex-superintendente do Procon, Gisela Simona e o candidato Abílio Junior

THAIZA ASSUNÇÃO E LISLAINE DOS ANJOS DA REDAÇÃO

A ex-superintendente do Procon, Gisela Simona (Pros), declarou apoio ao candidato Abílio Junior (Podemos) no segundo turno das eleições para prefeito de Cuiabá.

O anúncio foi feito durante coletiva de imprensa na manhã desta quinta-feira (19), em um hotel da Capital.

O apoio de Gisela tem um peso importante na disputa já que ela ficou em terceiro lugar no primeiro turno, recebendo 52.191 votos.

Fonte: Compilação do autor⁷⁵

Não demorou muito para que tivesse a resposta do prefeito, até porque, há uma tendência natural dos jornalistas de buscarem o "outro lado", pautados pela lógica do jornalismo burguês,

⁷⁵ Print da primeira matéria que dá início ao ciclo do JD. Em destaque (*grifo nosso*), a declaração expressiva de Gisela (*A corrupção mata as pessoas*), que mereceu manchete no *MidiaNews*, e gerou atos perlocutórios (ver página 74) para além de uma retórica política.

de objetividade como ritual estratégico (TUCHMAN, 1993), e dos pressupostos neutralidade e imparcialidade (MORETZSOHN, 2007; SPONHOLZ, 2009). Nesse contexto, surge a segunda matéria do ciclo do declaratório, intitulada: **“Ânsia do poder pelo poder”, diz Emanuel sobre apoio de Gisela**, na qual o prefeito critica a aliança entre Abílio e Gisela. Chama a atenção que essa matéria também foi publicada no dia 19.11.2020, só que às 14h10, ou seja: apenas horas depois da primeira publicação. E, nessa segunda matéria, há o *hyperlink*, no final do texto, remetendo para a primeira matéria que originou a discussão, confirmando a característica de circularidade do JD.

Figura 9 - “Toma lá, dá cá”

“TOMA LÁ, DÁ CÁ”

19.11.2020 14h10 tamanho do texto A- A+

“Ânsia do poder pelo poder”, diz Emanuel sobre apoio de Gisela

Na manhã desta quinta-feira, a candidata que ficou em terceiro lugar manifestou apoio a Abílio Junior

Divulgação



O candidato à reeleição, Emanuel Pinheiro, que criticou seu adversário

CÍNTIA BORGES
DA REDAÇÃO

Candidato à reeleição, o prefeito de Cuiabá Emanuel Pinheiro (MDB) afirmou que seu adversário no segundo turno, Abílio Júnior (Podemos), fez concessões à velha política na busca pelo poder.

Uma delas foi tentar e obter o apoio da candidata derrotada no primeiro turno, Gisela Simona (Pros). Ela anunciou apoio ao nome do Podemos na manhã desta quinta-feira (19).

“É um toma lá, dá cá. Ele sempre mostrou que seria diferente, que era uma alternativa à política convencional. E ele acabou mostrando a verdadeira face, na ânsia do poder pelo poder”, disse Emanuel.

Fonte: Compilação do autor⁷⁶

Figura 10 - “Hyperlink”

⁷⁶ *Print* da segunda matéria do ciclo do declaratório. Os destaques (*grifos nosso*) são para o horário de publicação do texto, veiculado como o “outro lado” do prefeito, horas depois da primeira matéria; e para o chapéu do título, denominado de “TOMA LÁ, DÁ CÁ”, que também sugere a conexão e interdependência entre as duas notícias, criando assim, um cenário favorável para a circularidade do Jornalismo Declaratório.

Leia mais sobre o assunto:

"A corrupção mata as pessoas", diz Gisela ao decidir apoiar Abílio

Fonte: Compilação do autor⁷⁷

No entanto, ao chegar a semana derradeira do segundo turno, esse ciclo ganha contornos maiores, a partir da inserção da matéria: **“Gisela: Emanuel reeleito vai perpetuar clientelismo na Prefeitura”**, publicada em 23.11.2020. Nesse ponto, finalmente entramos na notícia que faz parte diretamente do nosso *corpus* de análise. No final desse texto, estão os dois *hyperlinks*, com objetivo de direcionar os internautas para as matérias originárias da polêmica, gerando assim esse efeito de *looping*.

Figura 11 - “A terceira do ciclo”

EXPEDIENTE FALE CONOSCO DENUNCIE A REDAÇÃO PESQUISAR NO MIDIANEWS

CUIABÁ, SÁBADO

POLÍTICA FOGO AMIGO COTIDIANO JUDICIÁRIO VARIEDADES OPINIÃO POLÍTICA

ARTILHARIA 23.11.2020 | 15h40 Tamanho do texto A- A+

Gisela: Emanuel reeleito vai perpetuar clientelismo na Prefeitura

Em carta aberta publicada nas redes sociais, Gisela voltou a explicar razões de ter apoiado Abílio

MidiaNews

CÍNTIA BORGES
DA REDAÇÃO

Candidata derrotada à Prefeitura de Cuiabá, a servidora pública Gisela Simona (Pros) afirmou que o “combate a corrupção” o o principal fator que a levou a apoiar o candidato Abílio Júnior (Podemos) no segundo turno do pleito.

Em carta aberta publicada nas redes sociais, na tarde desta segunda-feira (23), Gisela afirmou que a reeleição do atual

Leia mais sobre o assunto:

"A corrupção mata as pessoas", diz Gisela ao decidir apoiar Abílio

"Ânsia do poder pelo poder", diz Emanuel sobre apoio de Gisela

Entre no grupo do MidiaNews no WhatsApp e receba notícias em tempo real (CLIQUE AQUI).

Fonte: Compilação do autor⁷⁸

Essa crítica da circularidade também encontra fundamentos no diagrama 1 de Oliveira (2018), a respeito do fluxo mais comum do Jornalismo Declaratório (ver Figura 1, p.17). Pelo

⁷⁷ No detalhe (*grifo nosso*), o *hyperlink* remetendo a primeira matéria do ciclo do declaratório. O trecho printado e o final da segunda matéria do ciclo [**“Ânsia do poder pelo poder”, diz Emanuel sobre apoio de Gisela**]. Disponível em: <https://www.midianews.com.br/politica/ansia-do-poder-pelo-poder-diz-emanuel-sobre-apoio-de-gisela/388436>. Acesso em: 09.04.2022.

⁷⁸ *Print* da matéria 28 (ver Quadro 2, p. 81), que faz parte do corpus de análise desta pesquisa, e que fecha o ciclo mais comum do jornalismo declaratório (ver Diagrama 1, p.17). Em destaque (*grifo nosso*), os dois *hyperlinks*, que buscam o efeito de circularidade, ao remeter o internauta para as duas primeiras matérias do ciclo.

fluxo, surge a primeira declaração, da fonte principal A, e ela é publicada instantaneamente pelo veículo de imprensa. Em seguida, B, a fonte secundária, discorda de A, e reivindica seu direito de resposta. Uma nova matéria é feita, e ela já serve como se fosse o “outro lado”, que não saiu na primeira matéria. No entanto, agora é A que discorda B, e, a partir disso, uma nova matéria pode surgir, estabelecendo, assim, esse ciclo vicioso do Jornalismo Declaratório.

No diagrama 1, é possível perceber que, a partir de uma declaração, forma-se uma rede de informações. O *ethos* e os princípios da ética jornalística de apuração e construção da notícia (TRAQUINA, 2005, pp. 126-175) foram respeitados. O que chama a atenção é que a declaração deveria ter sido apurada com outros critérios, o que significa verificar a autenticidade da informação, o interesse público e qual o interesse de publicação dessa declaração. O interesse, nesse caso, é o de saber se favorece ou não algo ou alguém. Nesse diagrama, à primeira vista, parece que o caminho é mais longo, porém rende mais matérias e, dependendo do tipo de declaração, mais vendas e um tratamento “novelístico” (OLIVEIRA, 2018, p. 23).

Tal situação também remete às observações de Oliveira (2018), a respeito do JD ter essa característica de roteiro novelístico. No caso, os *hyperlinks* levariam o internauta para o próximo capítulo de uma trama, via de regra, com roteiro fraco: “quem perde é o interesse público. O que se segue não traz nenhum final feliz” (OLIVEIRA, 2018, p.38).

Já o 3º nível, **Aspecto do Contexto de Produção**, conforme já explicamos mais acima neste capítulo, “oferece um plano geral do objeto, captando aspectos da dimensão organizacional e do contexto sóciohistóricocultural em que se insere a produção jornalística” (SILVA E MAIA, 2017 p. 27). Ou seja: é um nível que nos ajuda a mostrar tanto as rotinas produtivas da redação do *MidiaNews* (contexto interno), quanto o contexto externo relacionado a situação política em que vive o país, por exemplo, e de que maneira o veículo está inserido nesta história, e como esta história interfere na cobertura política do site de notícias investigado neste trabalho.

Agora, partindo para a análise, no contexto interno, nas rotinas produtivas, o protocolo identifica quatro repórteres para produzir as matérias do período eleitoral. Como o protocolo já revelou, ao todo, o *MidiaNews* produziu 77 matérias nas duas últimas semanas das eleições municipais, envolvendo os candidatos a prefeito de Cuiabá. Dessas, 57 entraram na análise como sendo Jornalismo Declaratório. E das 57, 50 foram produzidas dentro da redação, revelando assim uma produção intensa de matérias factuais na perspectiva do jornalista sentado (NEVEU, 2006).

Outro aspecto que o 3º Nível revela a respeito das rotinas produtivas pode ser pensado a partir do gênero das matérias. O protocolo mostra que das 57 matérias analisadas, 54 são do gênero notícia e apenas 3 do gênero entrevista.

A opção do veículo por trabalhar majoritariamente com notícias vai ao encontro das investigações de Moretzsohn (2012), Assunção e Ehrenberg (2015) a respeito da velocidade como um dos principais valores-notícia nas redações *online*, tendo em vista que a notícia tem justamente esse caráter informativo/factual, podendo ser produzida pelos jornalistas de maneira rápida, sem grandes contextualizações, diferente do gênero reportagem, por exemplo, que prevê a construção de um texto interpretativo, com diversidade de fontes e uma narrativa atraente (PENA, 2017).

A opção por textos mais rápidos permitiu que, dentro das rotinas produtivas do *MidiaNews*, os jornalistas do site conseguissem produzir um número elevado de matérias durante o período das eleições. Tendo como foco a quantidade e não a qualidade, matérias produzidas com base no declaratório facilitam essa lógica de produção em grande escala.

Ainda no contexto interno, o “**expediente**” do veículo nos dá apontamentos quanto a linha editorial do *MidiaNews*, que se define como um veículo “*apartidário, pluralista e imparcial*”. Em seguida acrescenta: “*Nossa principal missão é fornecer conteúdo que ajude os cidadãos a se informarem sobre os fatos do dia a dia e, em seguida, formar opinião sobre os mesmos*”⁷⁹. Outra marca de aspectos de contexto da produção é o *slogan* do site: “**Credibilidade em tempo real**”.

De acordo com Silva e Maia (2011), essas marcas de contexto são aspectos que ajudam a compreender porque as notícias do *MidiaNews* são do jeito que são. Ou pelo menos se apresentam ao público desse jeito: “objetivas”, “imparciais”, “equilibradas”, “plurais” e “apartidárias”.

Para se apresentar como imparcial - que seria a “impossibilidade de associação do ponto de vista do jornalista ou da publicação com às posições políticas já existentes” (SPONHOLZ, 2009, p.29) - o *MidiaNews* segue a objetividade como ritual estratégico (TUCHMAN, 1999), e também aquela ideia de objetividade deturpada, como oposição à subjetividade (GENRO FILHO, 2012; SPONHOLZ, 2009; HENRIQUES, 2020; e KOVACK e ROSENSTIEL, 2003).

[...] a separação absoluta entre subjetividade e objetividade é não somente impossível, como também indesejável. Subjetividade e objetividade não são antônimos, pelo contrário, subjetividade é uma condição para se alcançar objetividade (Bentele, 1982, 131), assim com interesse uma condição para o conhecimento (cf. capítulo 3) (SPONHOLZ, 2009, p. 28).

Objetividade como ritual estratégico por se utilizar da prerrogativa de imparcial mais para evitar possíveis ataques vindos dos leitores/internautas ou das próprias fontes, que podem

⁷⁹ Disponível em: <https://www.midianews.com.br/quem-somos/>. Acesso em 01.01.2022

se sentir ofendidas com a veiculação de algum conteúdo do site. Por isso, se utiliza do expediente da imparcialidade “ouvindo o outro lado” ou meramente reproduzindo às declarações das fontes, sem dar a devida interpretação para o que a fonte falou, pois se o fizer, o veículo estará se despedindo daquela aura de imparcial, já que o público também está contaminado com o discurso da imparcialidade como estratégia e não como um objetivo em si:

Schoühagen mostra, no entanto, que imparcialidade se aplica a fatores políticos e econômicos quando escreve sobre os aspectos que os próprios jornais associam com uma cobertura imparcial: “1) Credibilidade das fontes; 2) Neutralidade dos mediadores (que não devem se colocar na frente do julgamento); 3) A mediação fiel (voltada para os diferentes interesses e para às necessidades dos leitores)” (Schönhagen, 1998, grifo de L.S.). Imparcialidade jornalística não está somente associada a uma tarefa política, como também às necessidades do leitor. Não se trata somente de democracia, mas também de economia de mercado (SPONHOLZ, 2009, p. 30).

Aqui, como afirma Moretzsohn (2012), também é praticado o “jornalismo de mãos limpas”, com as declarações sendo jogadas nas matérias para que as pessoas façam o seu juízo de valor e decidam por si mesmas, pois, “os fatos estão aí, e agora é com você, caro leitor”.

Mas até que ponto o *MidiaNews* está sendo objetivo - se utilizando da imparcialidade - e realmente ajudando os seus leitores a se “*informarem sobre os fatos do dia a dia e, em seguida, formar opinião sobre os mesmos*”. Quando o veículo reproduz a declaração do candidato Abílio Júnior (Podemos) que acusa a Prefeitura de Cuiabá de ser um “cabidão de emprego”⁸⁰, sem apresentar prova alguma; e por outro lado, o site sequer menciona isso, que tipo de opinião está se formando aqui? Que fatos são esses?

O veículo pode até estar cumprindo com uma suposta imparcialidade, principalmente nesse sentido de reproduzir a declaração das fontes sem vinculá-las diretamente a um contexto sócio-político, mas até que ponto isso é interessante para o jornalismo como fonte produtora de conhecimento e mediadora da realidade (SPONHOLZ, 2009)?

Moretzsohn (2012) destaca que, ao longo de sua história, o jornalismo sempre se propôs a isso, ser um mediador da realidade, tratando as informações, produzindo a notícia e, em seguida, trazendo o esclarecimento às pessoas. Mas, na prática, e diante da era digital, que acirrou ainda mais o fetiche da velocidade, esse *status* parece cada vez mais distante em meio uma infinidade de matérias mal apuradas, sem contexto e interpretação.

⁸⁰ Declaração disponível em: Abílio: “Usaram a pandemia para fazer ‘cabidão’ de empregos”. <https://www.midianews.com.br/politica/abilio-usaram-a-pandemia-para-fazer-cabidao-de-empregos/387751>. Acesso 01.01.2022

O site também se define “pluralista”. Trata-se de outra marca de composição do produto, que sugere a linha editorial do veículo, ainda dentro dos aspectos de contexto interno do 3º Nível.

Na prática, quando buscamos identificar essa pluralidade nas notícias, de fato, percebe-se uma pluralidade de fontes acionadas. Ao longo da cobertura eleitoral, das 56 matérias aferidas, o *MidiaNews* produziu diferentes matérias onde reproduziu as vozes de todos os oito candidatos a prefeito de Cuiabá, além dos demais atores inseridos no processo, que invariavelmente declaravam apoios e preferências na disputa - cabos eleitorais, governador do Estado, secretários estaduais e municipais, além de lideranças políticas da região.

Nesse sentido, entendemos que o *MidiaNews* cumpriu com a premissa da pluralidade ao dar espaço para a manifestação de diferentes pensamentos e correntes políticas, se estabelecendo, em certa medida, como uma ágora para o debate público, em que diferentes opiniões são colocadas para julgamento e avaliação do eleitores (SPONHOLZ, 2009).

Por outro lado, o protocolo nos mostra que falta **diversidade** no acionamento das vozes que construíram as notícias no período, tendo em vista que todas as fontes que compõem as matérias são de natureza oficial, ou seja, trazem uma visão de mundo unilateral sobre a realidade local, num momento em que a população tem a oportunidade de refletir e apontar os principais problemas da cidade, fazendo com que o jornalismo seja esse ambiente propício para o debate da esfera pública (HABERMAS, 1998). Aqui cabe reforçar, como afirmam Chagas e Kischinhevsky (2017), que não se pode confundir pluralidade com diversidade.

A construção da notícia demanda a escuta de fontes que possam confrontar diferentes opiniões e assim fornecer informações que agreguem os diversos interesses particulares para a busca do interesse público. Isso pressupõe reconhecer a possibilidade de fontes populares que também interpretem os acontecimentos políticos, econômicos, de segurança pública, em toda a sua ressonância. Também é permitir que a interpretação e o comentário acerca do noticiário possam partir de pessoas que não representem somente o Estado, instituições, empresas ou especialistas, agregando setores da sociedade civil organizada e cidadãos comuns, capazes de relacionar seu cotidiano aos debates públicos que encontram lugar no jornalismo (CHAGAS E KISCHINHEVSKY, 2017).

Há outro aspecto sobre o jornalista sentado (NEVEU, 2006) importante de se observar na lógica produtiva do *MidiaNews*. Essas matérias foram produzidas num período em que a pandemia de Covid-19, depois de um período de queda dos casos, voltava a contaminar de maneira mais intensa a população, não só de Cuiabá e de Mato Grosso, mas também em escala mundial. E aqui o 3º Nível do protocolo já entra no contexto externo, pois além das pressões das rotinas produtivas internas, às medidas sanitárias de distanciamento social também

favoreceram que um grande número de matérias fossem apuradas de dentro da redação, com a utilização, por exemplo, do celular, ligando para entrevistar às fontes; e das sonoras das mesmas como materialização dos fatos (CHAGAS, 2020).

Com relação ao 4º nível “**Marcas da Declaração**” - que acrescentamos ao protocolo original, para ajudar a caracterizar o JD - todas as 57 notícias baseadas em declaratório foram feitas com fontes únicas, de natureza oficial. Os jornalistas, por exemplo, não fizeram nenhuma entrevista com fontes populares ou ouviram especialistas, no sentido de trazer o contraditório.

Das 57 notícias analisadas, 39 delas contaram apenas com as falas dos candidatos à prefeitura de Cuiabá, o que representa 68,4% do material analisado. Já nas notícias restantes (18), as declarações vieram de outros atores políticos inseridos no processo eleitoral, também dentro da lógica do oficialismo. Foram declarações de apoio ou crítica a determinados candidatos. As declarações do governador de Mato Grosso, Mauro Mendes (DEM), por exemplo, renderam duas notícias durante a última semana de cobertura das eleições, antes da votação no primeiro turno. Durante o período eleitoral, o governador declarou apoio ao candidato Roberto França (Patriota) ao dizer que ele era “o melhor para nossa Cuiabá”⁸¹. Já nas vésperas da votação, Mendes declarou ao *MidiaNews* que França, no segundo, turno iria derrotar o “momento obscuro que Cuiabá viveu”⁸², fazendo uma crítica direta ao seu adversário político, o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), que na época era candidato à reeleição. Mesmo com todo apoio e expectativa do governador, França não foi para o segundo turno, ficando apenas em quarto lugar na disputa eleitoral⁸³.

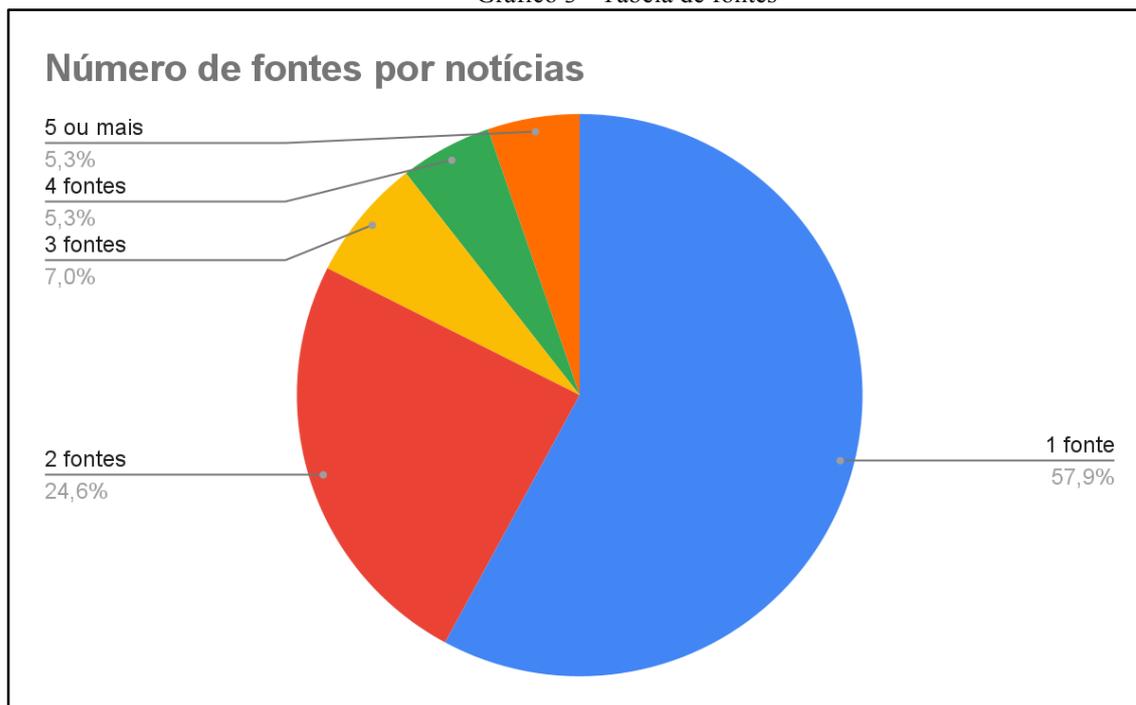
Outro aspecto importante evidenciado pelo 4º *Nível* do protocolo foi o número de fontes por notícias. Das 57 aferidas, em 33 delas os jornalistas consultaram apenas uma fonte para fazer o texto, o que representa mais da metade (57,9%) do material analisado. Em segundo lugar, constam 14 matérias (24,1%), cada uma produzida somente com declarações de duas fontes. Em seguida, vem 4 notícias com 3 fontes (6,9%), 3 notícias com 4 fontes cada (5,2%) e mais 3 notícias produzidas com 5 fontes ou mais (5,2%), sendo que uma delas contou com as declarações de oito fontes oficiais, no caso os candidatos envolvidos na disputa pela prefeitura de Cuiabá.

⁸¹ Mendes diz não ser “momento de aventura” e pede voto a França. Disponível em: <https://www.midianews.com.br/politica/mendes-diz-nao-ser-momento-de-aventura-e-pede-voto-a-franca/387716>. Acesso em: 01.01.2022.

⁸² “França no 2º turno irá derrotar momento obscuro que Cuiabá viveu”. Disponível em: <https://www.midianews.com.br/politica/franca-no-2-turno-ira-derrotar-momento-obscuro-que-cuiaba-viveu/387958>. Acesso em: 01.01.,2022

⁸³ Cuiabá (MT): Abílio e Emanuel Pinheiro disputarão 2º turno. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Novembro/cuiaba-mt-abilio-e-emanuel-pinheiro-disputarao-segundo-turno-para-a-prefeitura>. Acesso em 01.01.2022

Gráfico 3 - Tabela de fontes



Fonte: Do autor⁸⁴

Esse “apego” às fontes oficiais tem relação com o que foi proposto por Gomis (2004) e Chagas (2020) a respeito das fontes interessadas. No caso em questão, tratam-se de agentes políticos que rotineiramente buscam dominar o noticiário para divulgar ao público suas ações. Num processo eleitoral, em que os holofotes da mídia se voltam diretamente para os candidatos, é aí que o domínio dessas fontes tende a se agravar ainda mais. Aqui ocorre também - como percebemos nas matérias analisadas - a naturalização das declarações dos políticos como fatos (MORETZSOHN, 2007). A predominância de fontes oficiais também confirma a falta de diversidade e pluralidade de vozes no noticiário, principalmente a ausência de fontes populares (CHAGAS, 2020). Isso resulta em um jornalismo pautado pelo discurso hegemônico e desconectado de uma realidade social mais ampla. Nesse sentido, o caráter democrático da profissão também fica extremamente prejudicado, em razão do domínio das fontes oficiais.

4.4. Tipos de Declarações (Atos de Fala)

Também identificamos no corpus de análise do *MidiaNews* alguns Tipos de Declaração (SPONHOLZ, 2009) ou Atos de Fala (AUSTIN, 1990; SEARLE, 1995), a exemplo das declarações descritivas, com pretensão de verdade; as declarações expressivas, de manifestação

⁸⁴ Gráfico elaborado pelo autor para o aferimento dos dados obtidos através do Protocolo de Análise de Cobertura Jornalística (ACJ).

de sentimentos a respeito de algo ou em relação a outrem; e comissivas, quando a pessoa se compromete a fazer algo.

Vejamos o exemplo do chefe da Casa Civil de Mato Grosso, Mauro Carvalho (DEM), que no dia 9 de novembro de 2020 declarou à imprensa que o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), não soube reconhecer a importância do governador Mauro Mendes (DEM) para a construção do novo Pronto Socorro de Cuiabá. A declaração de Carvalho estava inserida num contexto de apoio ao candidato Roberto França (Patriota), que à época das eleições era apoiado pelo grupo político do governador. *“Uma grande injustiça e falta de reconhecimento do prefeito Emanuel Pinheiro, como sempre atuando dessa forma. Quem iniciou, quem fez o projeto desse novo Pronto Socorro foi o governador Mauro Mendes junto com a sua equipe. Ele deixou a obra mais de 30% finalizada”*⁸⁵.

Figura 12 - “Declaração de Carvalho”

CONSTRUÇÃO DO HMC 09.11.2020 | 07h00 Tamanho do texto A- A+

Casa Civil critica "falta de reconhecimento" de Emanuel a Mauro

Mauro Carvalho diz ser injustiça prefeito dizer que é único responsável por construção de hospital

MidiaNews

THAIZA ASSUNÇÃO E LISLAINE DOS ANJOS DA REDAÇÃO

O secretário-chefe da Casa Civil, Mauro Carvalho, classificou como "falta de reconhecimento" o fato do prefeito e candidato à reeleição Emanuel Pinheiro (MDB) dizer em seus programas eleitorais que é o único responsável pela construção do Hospital Municipal de Cuiabá (HMC).

Carvalho declarou que quem projetou e iniciou a obra foi o governador Mauro Mendes (DEM), na época em que era prefeito da Capital.

O secretário chefe da Casa Civil, Mauro Carvalho: críticas a Emanuel Pinheiro. **“Uma grande injustiça e falta de reconhecimento do prefeito Emanuel Pinheiro, como sempre atuando dessa forma. Quem iniciou, quem fez o projeto desse novo Pronto Socorro foi o governador Mauro Mendes junto com a sua equipe. Ele deixou a obra mais de 30% finalizada”, afirmou.**

“O mínimo que ele deveria ter feito era terminar o Pronto Socorro e de fato foi feito. Mas, ao mesmo tempo, a UPA do Verdão, que o governador deixou com 95% pronta,

“ É o desespero, queda em todas as pesquisas, correndo um grande risco

Fonte: Compilação do autor⁸⁶

No dia seguinte (10.11.2020) veio a resposta do grupo político do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB), pela secretária de Governo e Saúde de Cuiabá, Ozerina Félix. Ela encaminhou nota à imprensa criticando a “falta de conhecimento” de Mauro Carvalho em relação à atuação do prefeito para concluir a obra do novo Pronto Socorro. Sites, como o *MidiaNews*,

⁸⁵Essa notícia foi produzida no primeiro dia da última semana antes da votação em primeiro turno. O texto está inserido em nossa análise. Disponível em: <https://www.midianews.com.br/politica/casa-civilcritica-falta-de-reconhecimento-de-emanuel-a-mauro/387230>. Acesso em 01.05.2021

⁸⁶ *Print* da matéria 2 que faz parte do *corpus* de análise desta pesquisa (veja no Quadro 1, p. 78). No destaque, em vermelho, a declaração expressiva do chefe da Casa Civil de Mato Grosso.

transformaram o texto em notícia baseada apenas na declaração da gestora, como é exemplificado no *print* abaixo:

Figura 13 - “Declaração da Secretária Ozerina”

“É admirável a falta de conhecimento do secretário-chefe da Casa Civil, Mauro Carvalho. Será que ele sabe que a obra do novo Pronto Socorro estava em apenas 26% e completamente abandonada, como nossos registros fotográficos podem comprovar? E que em vez de entregar um pronto-socorro, entregamos o maior hospital do estado de Mato Grosso, o HMC?”, questionou a secretária em nota encaminhada à imprensa na segunda-feira (9).

Fonte: Compilação do autor⁸⁷

No exemplo exposto, consideramos, com base no que foi proposto por Searle (1995) e Sponholz (2009), essas declarações entram na categoria *assertiva* ou *descritiva*. Isso porque, no contexto do discurso midiático, foram declarações que, à época, poderiam ter sido verificadas pelos jornalistas. Uma pista, inclusive, foi sugerida por uma das fontes, que disse que tinha os documentos probatórios do estágio da obra do hospital. Até onde se sabe, nenhum veículo foi atrás disso. Pelo contrário, o *MidiaNews*, e outros sites noticiosos de renome de Cuiabá, como o *Olhar Direto* e o *RDNews*, se preocuparam apenas em reproduzir a declaração factual da gestora como um fato em si. Dessa forma, nas duas matérias analisadas acima, os Atos de Fala *assertivos* se estabeleceram a partir de afirmações como: “*quem iniciou*”, “*quem fez*”, “(...) *Ele deixou a obra mais de 30% finalizada*”, “*a obra do novo Pronto Socorro estava em apenas 26%*” e “*completamente abandonada*”. Tais declarações são assertivas porque, segundo Searle (1995), elas, em diferentes graus, comprometem os falantes a dizer a verdade ou possuem essa pretensão de verdade (SPONHOLZ, 2009) “Todos os membros da classe assertiva são avaliáveis na dimensão de avaliação que inclui a verdade e o falso (SEARLE, 1995, p.19). Aqui também cabe ressaltar as observações de Sponholz (2009), a respeito das declarações *assertivas*, que no contexto da produção jornalística assumem a pretensão de verdade, mas se tratam de situações que precisam ser verificadas pelos repórteres e não meramente reproduzidas, com as declarações sendo colocadas entre aspas nas matérias, no melhor estilo “jornalismo de mãos limpas”, como já abordamos aqui, a partir dos estudos da professora Sylvia Moretzsohn (2007).

⁸⁷Trecho printado da matéria 11 que faz parte do *corpus* de análise desta pesquisa (veja no *Quadro 1*). Em destaque, a expressão “*como nossos registros fotográficos podem comprovar*”. Trata-se de um ato ilocucionário descritivo, que os jornalistas tinham condições de checar a sua veracidade.

Quanto às ações práticas dos Atos de Fala no discurso midiático, voltemos a um exemplo já exposto no capítulo 2, só que agora sob a ótica dos atos locucionários, ilocucionários e perlocutórios.

Durante a campanha a prefeitura de Cuiabá, o advogado do então prefeito e candidato à reeleição Emanuel Pinheiro (MDB), Francisco Faiad, disse o seguinte a respeito do afastamento do secretário de saúde da gestão municipal, Luiz Antônio Possas de Carvalho, por suposta compra superfaturada de medicamentos⁸⁸: “Foram revogadas todas as cautelares como afastamento do cargo, recolhimento do celular e a proibição de ocupar cargos públicos”⁸⁹.

Figura 14 - “Ato ilocucionário de Faiad”

OPERAÇÃO 27.11.2020 | 15h48 Tamanho do texto A- A+

Faiad diz que TJ anulou decisão que afastou ex-secretário de Saúde

Luis Antonio Possas de Carvalho é investigado por compra de Ivermectina supostamente superfaturada

MidiaNews

O ex-secretário Luiz Antônio Possas, que deve voltar a gestão

CÍNTIA BORGES DA REDAÇÃO

A Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Mato Grosso revogou as medidas cautelares impostas ao ex-secretário municipal de Saúde, Luis Antônio Possas de Carvalho, que foi alvo da Operação Overpriced.

A informação é do pelo advogado Francisco Faiad, que faz a defesa do candidato à reeleição Emanuel Pinheiro (MDB), e pelo próprio Carvalho.

De acordo com Faiad, a determinação foi dada por três votos a zero e ocorreu na quinta-feira (26). No entanto, a publicação da determinação deve ocorrer apenas na noite desta sexta-feira (27).

“Foram revogadas todas as cautelares como afastamento do cargo, recolhimento do celular e a proibição de ocupar cargos públicos”, disse o advogado.

Fonte: Compilação do autor⁹⁰

A declaração de Faiad se encaixa, por exemplo, em um ato ilocucionário. Pensando especificamente na imprensa, a fala provocou uma reação direta e prática, que, no caso, foi a produção de matérias, feitas por diferentes veículos da imprensa local, inclusive o *MidiaNews*, para abordar o assunto sobre o suposto desimpedimento do secretário do prefeito. Pensando em

⁸⁸ Operação Overpriced: Prefeitura de Cuiabá diz que suspendeu pagamentos a empresa. <https://olive.com.br/operacao-overpriced-prefeitura-de-cuiaba-diz-que-suspendeu-pagamentos-a-empresa>. Acesso em 23.01.2022.

⁸⁹ Faiad diz que TJ anulou decisão que afastou ex-secretário de Saúde. Disponível em: <https://www.midianews.com.br/politica/faiad-diz-que-tj-anulou-decisao-que-afastou-ex-secretario-de-saude/388974>. Acesso em 23.01.2022

⁹⁰ Print da matéria 57 que faz parte do *corpus* de análise desta pesquisa (veja no Quadro 1, p. 82). Em destaque, o ato ilocucionário do advogado do prefeito, que performou sobre os jornalistas e as jornalistas, que produziram matérias sobre o caso.

um modo mais subjetivo, a declaração também serviu para tranquilizar os eleitores do prefeito, já que se tratava de um tema complicado, que estava repercutindo há semanas na imprensa, e que minava a credibilidade política e suas chances de reeleição. De certa forma, a declaração de Faid também performou nesse sentido de ajudar a recuperar a credibilidade do gestor perante aos eleitores.

A declaração também se encaixa como um ato ilocucionário assertivo (SEARLE, 1995), já que possuía a intenção de descrever a realidade para os jornalistas, no caso a afirmação de que o Tribunal de Justiça de Mato Grosso teria permitido a volta do secretário de Saúde para o seu cargo na prefeitura de Cuiabá. No entanto, como pode-se observar no dia seguinte, tratava-se de uma declaração falsa, pois as medidas de impedimento jurídico ainda estavam em vigor, ou seja: os desembargadores do Tribunal ainda não haviam decidido se autorizava o regresso do gestor às suas atividades⁹¹.

Na matéria **“A população percebe que a cidade não pode parar”, diz Emanuel**, publicada em 9 de novembro de 2020⁹², percebemos a força ilocucionária *expressiva*. Trata-se de uma declaração, que não pode ser checada empiricamente pelos jornalistas, diferentemente do caso a respeito do estágio de evolução da obra do novo Hospital do Pronto Socorro de Cuiabá. Neste episódio, havia dados mais concretos que poderiam ter sido verificados pelos jornalistas. Já a declaração do prefeito, ao visitar um bairro da cidade, durante a campanha, é subjetiva e retórica. Talvez, como afirma Sponholz (2022), poderia ser checada através de um processo intersubjetivo, em que diferentes fontes são ouvidas sobre o caso.

Brasília é mais bonita que Goiânia. Não é um fato. É epistemicamente subjetivo, e eu não tenho como fazer um controle, eu não tenho como verificar se há uma correlação entre ambas as realidades aqui. Eu teria que quebrar, digamos assim, essa declaração avaliativa em indicadores empíricos: Brasília tem mais áreas verdes do que Goiânia, ou Brasília tem mais praças do que goiana. Isso eu posso verificar. Mas essa declaração: Brasília é mais bonita do que Goiânia, ela não está sujeita a questão da objetividade (SPONHOLZ, 2022, s/n).

Por outro lado, há um aspecto curioso nisso, porque esse tipo de declaração é parasitária, ou seja: também é uma declaração assertiva e factual, no entanto, não significa que seja verdadeira. É o mesmo que afirmar que Campo Grande é a capital de Mato Grosso. Trata-se de uma declaração assertiva, só que ela é falsa, pela convenção social estabelecida, já que Campo

⁹¹ Emanuel diz que Possas merece voltar à prefeitura, mesmo sem decisão do TJ. Disponível: <https://www.rdnews.com.br/eleicoes-2020/emanuel-diz-que-possas-merece-voltar-a-prefeitura-mesmo-sem-decisao-do-tj/137000>. Acesso em 23.01.2022.

⁹² "A população percebe que a cidade não pode parar", diz Emanuel. Disponível em: <https://www.midianews.com.br/politica/a-populacao-percebe-que-a-cidade-nao-pode-parar-diz-emanuel/387642>. Acesso em 24.01.2022.

Grande é a capital de Mato Grosso do Sul e Cuiabá é a capital de Mato Grosso.

Nesse sentido, Sponholz (2022), a partir de um aporte Reconstructivista sobre o que seria objetividade, avalia que declarações assertivas podem ser um caminho para objetividade, mas não o fim: “A gente tende a considerar uma declaração descritiva, como fato em si. Não. Declaração descritiva pode ser errada. Declaração descritiva é uma condição para objetividade, mas não é o mesmo que uma declaração objetiva, tem que corresponder a realidade” (SPONHOLZ, 2022, s/n).

Figura 15 - Prefeito promove passeata

ALENCASTRO 2020 09.11.2020 | 08h30 Tamanho do texto A- A+

"A população percebe que a cidade não pode parar", diz Emanuel

Prefeito, que tenta a reeleição, fez passeata no Bairro São Mateus nesse domingo (8)

Marcus Mesquita/Assessoria

DA REDAÇÃO

Durante passeata neste domingo (8) no Bairro São Mateus, o prefeito de Cuiabá e candidato à reeleição, Emanuel Pinheiro (MDB) elencou aos moradores as sequências de obras que serão entregues pela sua gestão ainda este ano.

Segundo ele, ainda serão entregues a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Jardim Leblon e o viaduto Murilo Domingos, localizado na Avenida Manoel José de Arruda (Beira Rio).

"A sete dias para eleições perceberemos a mesma receptividade e

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro, durante campanha no São Mateus

Fonte: Compilação do autor⁹³

Nessa mesma matéria também encontramos exemplos de declarações *comissivas*, que é quando o interlocutor firma um compromisso com outrem. Um exemplo disso está no parágrafo: *De acordo com Emanuel, se reeleito, a sua gestão deve "continuar fazendo com que as políticas públicas cheguem com eficiência na vida das pessoas"*.

Já no parágrafo seguinte da matéria, consta a seguinte declaração do prefeito: *"Nós melhoramos a qualidade de vida de todos e transformamos Cuiabá em uma cidade melhor pra se viver. Estamos andando pra frente. Este é meu compromisso com [o bairro] São Mateus, dar sequência a essas realizações de entregas de obras e continuar fazendo uma cidade para todos",* prometeu.

Percebe-se que aqui os atos ilocucionários se intercalam nas frases e orações e também estão separados em diferentes períodos do parágrafo. No primeiro período, podemos observar

⁹³ Ilustração feita pelo autor a partir de trecho da matéria que faz parte do *corpus* de análise dessa pesquisa. No print da página eletrônica, percebe-se a força dos atos ilocucionários (assertivos) logo no título da matéria.

que a natureza do ato ilocucionário é mais assertiva, quando o interlocutor está afirmando que a sua gestão à frente da prefeitura de Cuiabá melhorou “*a qualidade de vida de todos e transformamos Cuiabá em uma cidade melhor para se viver*”. Já no segundo período, a declaração do prefeito soa mais como uma promessa, no caso, um ato ilocucionário *compromissivo*: “*Este é meu compromisso com [o bairro] São Mateus, dar sequência a essas realizações de entregas de obras e continuar fazendo uma cidade para todos*”.

Figura 16 - “Os atos compromissivos”

De acordo com Emanuel, se reeleito, a sua gestão deve "continuar fazendo com que as políticas públicas cheguem com eficiência na vida das pessoas".	transformamos Cuiabá em cidade melhor pra se viver
"Nós melhoramos a qualidade de vida de todos e transformamos Cuiabá em cidade melhor pra se viver. Estamos andando pra frente. Este é meu compromisso com São Mateus, dar sequência a essas realizações de entregas de obras e continuar fazendo uma cidade para todos", prometeu.	
Entre no grupo do MidiaNews no WhatsApp e receba notícias em tempo real (CLIQUE AQUI).	

Fonte: Compilação do autor⁹⁴

Ao dizer - independentemente de a declaração ser falsa ou verdadeira - o entrevistado já está provocando uma ação sobre o mundo. Ele está performando e provocando sentidos, trazendo novas realidades que podem ser concretizadas na publicação de uma matéria. Dizer, portanto, é agir. É provocar reações nas pessoas, mesmo que essas informações sejam infundadas ou cuja veracidade do conteúdo não pode ser confirmada.

⁹⁴ Trecho printado que o autor retirou da matéria em que é destacado os dois últimos parágrafos do texto em que atuam os atos ilocucionários assertivos e compromissivos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final dessa pesquisa, podemos apontar as seguintes características do Jornalismo Declaratório durante a cobertura eleitoral em Cuiabá: 1) predominância de fontes oficiais nas matérias. As 57 matérias, ao todo, possuíam 61 fontes, 58 delas, oficiais; 2) ausência de fontes especializadas para trazer contraponto e um texto mais interpretativo. Em nenhuma das 57 matérias houve o registro de vozes de especialistas, como cientistas políticos, para trazer um contraponto qualificado às declarações dos políticos; 3) ausência de fontes populares como protagonistas no debate da esfera pública, principalmente no período eleitoral em que é propício se discutir os principais gargalos econômicos e sociais de uma cidade. Nesse sentido, não houve nenhuma participação em que o discurso da fonte popular fosse protagonista na construção da notícia (ALSINA, 2009); 4) ausência de contraponto nas matérias, em especial dos próprios repórteres produtores das notícias; e 5) jornalismo sentado (NEVEU, 2006), com 50 das 57 matérias analisadas sendo produzidas com os jornalistas apurando os acontecimentos de dentro das redações. A partir da ACJ foi possível perceber que a prática do JD se manifesta, em sua forma mais nociva (OLIVEIRA, 2018), ao priorizar as declarações e relegar a verificação das mesmas ao segundo plano.

Entendemos que esses dados são alarmantes, principalmente se pensarmos na função social do jornalismo. Função essa que busca informar e esclarecer da melhor maneira possível as pessoas, para que elas tomem decisões importantes em seu dia-dia (KOVACH E ROSENSTIEL, 2003; SPONHOLZ, 2009).

No contexto eleitoral, em que os cidadãos da *Polis* precisam de subsídios para escolher seus representantes de forma plena e emancipada, como a atividade jornalística pode ajudar nesse processo, se o seu campo simbólico de produção está dominado por fontes oficiais, que representam apenas uma parcela da sociedade? Como o jornalismo pode contribuir para o fortalecimento da democracia e do exercício da cidadania, se os(as) repórteres, basicamente reproduzem as declarações das fontes durante o período eleitoral? Os questionamentos são retóricos e a resposta é óbvia: não pode. O jornalismo só é efetivo nesse sentido, quando promove uma esfera essencialmente pública (HABERMAS, 1990), com a participação de diversos setores da sociedade, que constroem os entendimentos a partir de um horizonte comum (SPONHOLZ, 2022).

Quanto à pergunta que fizemos na Introdução: “Que tipo de conhecimento o jornalismo promove quando se baseia apenas em declarações das fontes?”, os resultados dessa pesquisa indicam a limitação desta compreensão já que pode favorecer a discursos autoritários e gerar

uma falsa percepção da realidade nas pessoas. Como vimos no capítulo três, jornalismo pode ser uma forma de conhecimento se o(a) repórter tensionar a realidade, a partir de suas vivências. Assim, o profissional consegue (re)significar os dados que chegam, criando entendimentos inéditos para as pessoas, como foi o caso da reportagem produzida pela Pública - agência de jornalismo investigativo, abordada no capítulo três (*ver página 58*). O material que coletamos para essa pesquisa, no entanto, vai contra essas premissas, pois se trata de Jornalismo Declaratório baseado em objetividade como ritual estratégico (TUCHMAN, 1993) e não objetividade como aproximação da realidade (SPONHOLZ, 2009). Assim, o “outro lado” cumpre menos uma função de esclarecimento e mais uma função protocolar, de resguardar a empresa e os jornalistas contra eventuais processos jurídicos, por exemplo.

A ausência de contraditório mais amplo, também foi outra característica do Jornalismo Declaratório, produzido durante a cobertura eleitoral. Os resultados demonstram que ele se estabeleceu mais de forma mecânica, se restringindo entre os atores do campo político, dentro de uma lógica institucional, influenciada pelas doutrinas do Direito. Com isso, queremos dizer que um contraditório, com a possibilidade de diversas vozes questionarem as falas dos políticos ficou longe de acontecer nas matérias produzidas pelo *MidiaNews*. Ficou de fora, inclusive, o contraditório dos(as) repórteres, que, por meio dos processos de verificação, poderiam questionar e evidenciar equívocos, contradições e até mentiras contidas nas falas dessas fontes. No entanto, o que ficou evidente na análise das notícias por meio da ACJ é que a maioria dessas declarações foram reproduzidas pelo site, sem maiores questionamentos e verificação.

De fato, como afirma Cook (2011), a elaboração de uma notícia é resultado de constantes negociações entre os(as) jornalistas e as fontes. Mas essa negociação fica prejudicada para o lado dos(as) jornalistas se, das 57 matérias produzidas, todas elas forem feitas somente com base em declarações de fontes oficiais. E o poder do profissional de controlar o rumo da notícia fica ainda mais limitado se, 84,5% das 57 matérias publicadas, tiverem sido produzidas com apenas uma ou duas fontes. Nesse contexto, sai de cena o caráter negocial e se aplica o conceito de dependência e passividade dos jornalistas (O’NEILL E O’CONNOR, 2008), diante do predomínio das declarações das fontes oficiais e pela falta de diversidade de vozes durante a cobertura eleitoral, envolvendo a disputa pela prefeitura de Cuiabá.

A pesquisa também nos revelou que as rotinas produtivas aceleradas (MORETZSOHN, 2002), a precarização das relações trabalhistas (FÍGARO E SILVA, 2020), o jornalista sentado (NEVEU, 2006), são problemas estruturais nos veículos de imprensa hegemônicos da capital mato-grossense. Defendemos que esses são os principais problemas que favorecem a prática do JD, impedindo que os(as) profissionais tenham mais tempo de apuração para entregar um

material mais crítico, com verificação e contraditório à declarações imprecisas e mentirosas. No entanto, o referencial teórico nos demonstrou que, para além dessas questões estruturais, o confronto está incorporado ao *ethos* do Jornalismo Político. Assim, a prática do JD nas redações também é conveniente nesse sentido, pois trata-se de uma lógica propícia para que esse confronto se estabeleça. O confronto de ideias em regimes democráticos é algo importante e salutar, isso, se feito de maneira qualificada, pertinente, com a participação de diferentes atores da Esfera Pública (HABERMAS, 1990), que constroem consensos em prol de um bem comum. Mas os resultados dessa pesquisa evidenciam que o confronto se estabeleceu de forma mesquinha, entre os atores do campo político, a partir de notícias que se resumiram em troca de farpas e acusações entre os candidatos. Se a mídia, de uma forma geral, não promove uma esfera pública mais diversificada, tensionamentos mais drásticos ficam no campo teórico, sem que os políticos sejam pressionados pelo povo por mudanças substanciais. Dessa forma, a profissão enfraquece a democracia e não contribui em nada para um processo de comunicação emancipatória dos cidadãos.

Quanto à Teoria dos Atos de Fala percebemos a força constante dos atos ilocucionários nas matérias, principalmente por se tratar de conteúdos focados nas declarações das fontes. Entre os atos ilocucionários que mais se destacam estão os assertivos (descrição da realidade); expressivos (que manifestam sentimentos); e os comissivos, que aqui chamaremos de compromissivos, em acordo com as formulações de Searle (1995), que é quando o interlocutor se compromete com algo. Assertivos, porque os políticos buscam pautar os seus discursos trazendo a realidade dos fatos para si. Expressivos, porque a natureza do declaratório busca a polêmica, e isso se acentua ainda mais num contexto de campanha eleitoral. Aqui ocorre o que Olivera (2018) chama de roteiro novelístico do Jornalismo Declaratório, em que a imprensa, ao longo das semanas, vai retroalimentando as declarações da esfera pública, o que gera uma infinidade de matérias baseadas no disse-me-disse, na troca de farpas e acusações entre os envolvidos. A partir disso, se forma uma trama, uma rede de intrigas em que a repercussão da declaração de hoje é aguardada pelo público para os próximos capítulos, no nosso caso, para as próximas matérias.

Compromissivo porque, durante a campanha, os candidatos têm o hábito de fazer muitas promessas para seus eleitores, como na matéria em que o candidato Abílio Júnior (Podemos) promete uma série de ações para cidade de Cuiabá, no caso de ser eleito.

Sem corrupção faremos a saúde funcionar. É a nossa prioridade. Usuário do SUS será tratado com respeito, como cliente da Prefeitura. Vamos colocar ortopedistas nas UPAS e policlínicas. Vamos colocar ultrassom nas unidades

básicas de saúde. Vamos facilitar o atendimento para dar tratamento digno às mães e crianças⁹⁵.

Conforme Austin (1990) e Searle (1995) dizer é agir sobre o mundo e as pessoas. No caso das declarações políticas, os atos ilocucionários não se tratam apenas de retórica. Eles estão carregados de intencionalidades, que afetam os receptores que produzem atos perlocutórios, influenciados pela declaração de determinado político.

Nesse sentido, é fundamental ter uma imprensa mais responsável e reflexiva, que não saia reverberando determinadas declarações de maneira indiscriminada, sem verificação e o devido contexto, pois, as declarações assertivas ou descritivas, como observa Sponholz (2009), não são cópias fiéis da realidade, assim como a foto de uma montanha não é a montanha em si. Por isso, mesmo esses tipos de declarações, com a pretensão de verdade, precisam passar pela Disciplina da Verificação (KOVACK e ROSENSTIEL, 2003) do jornalismo. Algumas delas, por sinal, sequer devem ganhar atenção da imprensa, diga-se de passagem.

Quando iniciamos a pesquisa, já havia uma forte experiência empírica a respeito do abuso de fontes oficiais e da falta de vozes mais diversificadas - em especial as populares - na produção do JD em Cuiabá. Essas impressões acabaram por se confirmar, com a aplicação do método científico. Um problema que não fica restrito apenas ao veículo investigado, pois o nosso levantamento bibliográfico evidenciou que o Jornalismo Declaratório se tornou uma prática corriqueira, diante dos constrangimentos organizacionais vivenciados pelos jornalistas em redações mundo afora (PENA, 2017; OLIVEIRA, 2018). Uma prática que possui lastro no tempo como pode-se perceber durante a discussão teórica desta dissertação.

Cuiabá-MT não foge à regra e a prática do Jornalismo Declaratório se estende pelos veículos de comunicação da cidade com um *modus operandi* similar. O que a pesquisa em um veículo específico nos trouxe foi uma dimensão mais qualificada e sistematizada a respeito da manifestação do Jornalismo Declaratório.

Por fim, tanto os dados extraídos da Análise de Cobertura Jornalística quanto os da Teoria dos Atos de Fala apontam para a necessidade de uma agenda de pesquisa sobre o Jornalismo Declaratório em um período marcado por discursos autoritários, mentirosos e neopopulistas. Nesse momento, o estudo demonstra que a prática não se constitui apenas como se define e se divide a partir da tipologia das vozes acionadas e das estratégias argumentativas com ações específicas das candidaturas na manutenção de seus discursos no cenário de disputa.

⁹⁵ Abílio fala de sintonia com Mendes e Bolsonaro e cita paletó; veja. Disponível em: <https://www.midianews.com.br/politica/abilio-fala-de-sintonia-com-mendes-e-bolsonaro-e-cita-paleto-veja/388815>. Acesso em 27.01.2022

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Bruno; FEITOSA, Adriano Lima; MARIA, Giovanna Silva; OLIVEIRA, Bruno Henrique; e BARBOSA, Úrsula Rodrigues. Dilma Rousseff no Jornal Nacional: a construção do ethos político e jornalístico na entrevista política televisiva. **Revista Compólitica**, vol. 7(2), p. 182-201, 2017.

ARAÚJO, Luana Leite Pereira de; RIOS, Riverson. **A Popularização das Redes Sociais e o Fenômeno da Orkutização**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Recife - PE – 14 a 16/06/2012.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

AUSTIN, John.L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BARBERO, Jesús-Martin. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. 22. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CAMPOS, Fernanda Safira Soares; ARAÚJO, Bruno. **Populismo Autoritário e Meio Ambiente: Enquadramentos do discurso antiambiental de Jair Bolsonaro em editoriais nacionais e internacionais**. 45º Encontro Anual da ANPOCS, GT2 - Mídia e Política, 2021.

CAMPOS, Fernanda Safira Soares; ARAÚJO, Bruno. Enquadramentos da Reforma da Previdência: uma análise de editoriais dos jornais O Globo e O Estado de S. Paulo sobre a PEC 287. **Revista Compólitica**, v. 10(1), p. 110-136, 2020.

CASTILHO. **Ser ou não ser imparcial no jornalismo? Uma velha dúvida numa nova realidade**. Observatório da Imprensa. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/ser-ou-nao-ser-imparcial-no-jornalismo-uma-velha-duvida-numa-nova-realidade/>. Acesso em 10.05.2022.

CHAGAS, Luãn José Vaz. **A seleção das fontes no rádio expandido**. Cuiabá: EdUFMT, 2020c.

CHAGAS, Luãn. **Capital FM Cuiabá e a cobertura eleitoral de 2018: o radiojornalismo em contexto de periferia**. In: MASSUCHIN, Michele; TAVARES, Camila; CAVASSANA, Fernanda (Org.). Comunicação e política: interfaces e esferas regionais. São Luís: EDUFMA, 2019.

CHAGAS, Luãn. Notícias do Front - **Reconfigurações do radiojornalismo da cobertura de guerra à pandemia**. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. Série e Lives

SBPJor em Redes, 25 de setembro de 2020a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WLHQBP9Hw-s>

CHAGAS, Luãn e KISCHINHEVSKY, Marcelo. Diversidade não é igual à pluralidade – Proposta de categorização das fontes no radiojornalismo. **Galaxia (São Paulo, online)**, v. 36, p. 111-124, 2017.

CHAGAS, Luãn. **A Sonora como Materialização do Acontecimento e a Naturalização dos Fatos na Seleção Das Fontes**. Anais do XXIX Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS, 23 a 25 de junho de 2020b.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. São Paulo: Summus Editorial, 1994.

COOK, Timothy E.. O jornalismo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.6, jul/dez. 2011.

DEMARCHI, C. H. O Intervenções e a agenda da democratização da comunicação: um olhar sobre a atuação do coletivo. **Revista Comunicação Dialógica**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 34-46, jun./dez. 2021.

DI FRANCO, Carlos Alberto. **Repensando os jornais**. Disponível em: <https://www.coletiva.net/artigos-home/repensando-os-jornais,183353.jhtml>. Acesso em 25.11.2020.

EM PAUTA, **A imparcialidade no Jornalismo**. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/empauta/a-imparcialidade-no-jornalismo/>. Acesso em 10.05.2022.

EHRENBERG, Karla Caldas; ASSUNÇÃO, Fernando Luis. **Velocidade, Apuração e Credibilidade: provocações e reflexões acerca da prática jornalística na internet**. Revista Estudos de Jornalismo, n.5, v.1, pp. 49-59, 2015.

FENAJ. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Brasília: Fenaj, 2007.

FERREIRA, Peraça Vitória. **Impactos na Credibilidade Jornalística no contexto da pandemia da Covid-19**. Cadernos de Resumos 2021: 11ª Jornada Discente, pp. 33-34. PPGJOR/UFCS/2021. ISSN 2526-1231.

FIGARO, Roseli; SILVA, Ana Flávia Marques da. A comunicação como trabalho no Capitalismo de plataforma: O caso das mudanças no jornalismo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 101-115, abr./jul, 2020.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2014.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide – para uma teoria marxista do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2012.

GENRO FILHO, Adelmo. O Jornalismo e a crise da objetividade burguesa. **Estudo em Jornalismo e Mídia**, v.2, n.1º, 1º semestre de 2005.

GONÇALVES, Regina. Telejornalismo na Cibercultura: **A incidência do Jornalismo Declaratório nas TVs de Campina Grande e sua operacionalidade através do Whatsapp**.

Campina Grande-MT: UFP, 2018.

GOMIS, Lorenzo. Os interessados produzem e fornecem os fatos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 102-117, 2004. ISSN 1984-6924.

GUAZINA, Soares. A normalização da agenda anti-gênero de Jair Bolsonaro: uma análise dos jornais Folha de S. Paulo e Estado de São Paulo. **Sur le journalisme**, v.10, n. 1, p.44-54, 2021.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: Unesp, 1990.

HENRIQUES, Paes Rafael. **O jornalismo declaratório e a objetividade jornalística**. Anais SBPjor.2020.

HENRIQUES, Rafael Paes. **Entendimentos de objetividade entre os jornalistas brasileiros: o que se pretende ser, quando se quer ser objetivo**. BRAZILIAN JOURNALISM RESEARCH (ONLINE), v. 17, p. 792-831, 2021.

HIDALGO, Antonio López; BARRERO, Ángeles Fernández. NOTÍCIAS FALSAS, INCORRETAS E INCOMPLETAS: Os desafios dos jornalistas em busca da retificação voluntária. A experiência espanhola. **SBPjor/Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo**, v. 8, n. 2, pp. 212-236, 2012.

KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo; o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

LOPES, **Limites da identidade jornalística**. Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), Rio de Janeiro - RJ, 4 a 7 de setembro de 2015.

MARTINO, Luis Mauro Sá. **Métodos de pesquisa em Comunicação: projetos, ideias, práticas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

MIGUEL, Alsina. **A construção da notícia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em Tempo Real. O Fetiche da Velocidade**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos: do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

NASCIMENTO, Solano. **O Surgimento da Lava Jato e o sumiço do Jornalismo Investigativo: uma análise de Veja, Época e ISTOÉ**. V Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, 2017.

NASSIF, Luis. **Nassif: a Lava Jato e a falência do jornalismo investigativo brasileiro**. Rede Brasil Atual. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2021/02/lava-jato-jornalismo-investigativo/>. Acesso em 02.02.2022.

NEVEU, Erik. **Sociologia do Jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.

O'NEILL, Dierdre; O'CONNOR, Catherine. The passive journalist: how sources dominate local news. *Journalism Practice*, vol. 2, n. 3, p. 487-500, 2008.

OLIVEIRA, Israel Dias de. **O que é Jornalismo declaratório**. São Paulo: Editora Casa Flutuante, 2018.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2017.

FARIA, Maria do Carmo Bettencourt de. **O Realismo Aristotélico**. In: Antonio Rezende. (Org.). Curso de Filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

RANCIÈRE, Jacques. **As novas razões da mentira**. Folha de S. Paulo, ago. 2004, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2208200403.htm>. Acesso em 03.02.2002

RAMONET, Ignacio. **A tirania da comunicação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

REIS, A. C. S. **O espelho da Branca de Neve: como a mulher negra é retratada no telejornalismo policial**. São Paulo: USP/ECA, 2019.

RUBIM, Antônio Albino; COLLING, Leandro. Cobertura jornalística e eleições presidenciais de 2006 no Brasil. *Revista Política e Sociedade*, n. 10, pp. 173-193, 2007.

RUTILLI Marizandra. **Aproximações a uma abordagem teóricometodológica a partir do newsmaking**. Pesquisa em Comunicação: olhares e abordagens. Santa Maria: Facos – UFSM. 2014.

SALGADO, Susana. Campanhas eleitorais e cobertura mediática: abordagem teóricas e contributos para a compreensão das interações entre política e media. *Rev. Bras. Ciênc. Polit.*, Brasília, n. 9 p. 229-253, dez. 2012.

SEARLE, John R. **Expressão e Significado: Estudos da teoria dos atos de fala**. São Paulo: Martins Fontes - selo Martins, 1995.

SILVA, Gislene. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. *Rumores*, n.10, p. 18-36, 2011.

SPONHOLZ, Liriam. **Palestra com a Profa. Liriam Sponholz (DEZIMInstitut - Alemanha)**. Encontro virtual: Canal FAC, 7 abr. de 2022. 1 vídeo (120 minutos). [Live]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uWqbNqEfHhA&t=5125s>. Acesso em: 15.06.2022

SPONHOLZ, Liriam. **Aula inaugural do curso de Jornalismo** [PUC de Goiás]. Youtube, 29 set. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y5d2h0tgoWM&list=PLnygXqKtysYx2eSEaY1MDo-AwthJXhgLf&index=13&t=3756s>>. Acesso em 15 mar. 2022.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade: além do espelho e das construções.** Florianópolis: Insular, 2009.

SPONHOLZ, Liriam. O papel do jornalismo nas controvérsias. **Estudos em Jornalismo e Mídia.** Ano VII. Nº1. Janeiro a junho de 2010. p. 165-174.

TAMBOSI, Orlando. Informação e conhecimento no jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia.** 2005, n.2, v.2, pp.31-38.

THOR, Lázaro. **Diagnóstico sobre o Jornalismo Declaratório e o Jornalismo de Dados em Portais Jornalísticos de Mato Grosso.** Cuiabá: UFMT, 2019.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: **Traquina, Nelson. Jornalismo: questões, teorias e estórias.** Lisboa: Vega, v. 2, p. 74-90, 1993.